

**CADERNO DE
ORIENTAÇÕES:**

**A PREVENÇÃO E O
TRABALHO SOCIAL COM
FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO
SOCIAL BÁSICA**

MINAS  GERAIS

G O V E R N O D E T O D O S

**CADERNO DE ORIENTAÇÕES:
A PREVENÇÃO E O TRABALHO SOCIAL
COM FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

JULHO 2016

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS- AMM

Presidente da Associação Mineira de Municípios

Antônio Andrada

Superintendente Executivo da AMM

Gustavo Nassif

Assessora do Departamento de Assistência Social

Mayra Camilo

Analista de Políticas Públicas do Departamento de Assistência Social

Analice Pazzini

Estagiária

Yanne Martins

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Governador

Fernando Damata Pimentel

Vice-governador

Antônio Andrade Eustáquio Ferreira

Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Rosilene Cristina Rocha

Subsecretária de Assistência Social

Simone Aparecida Albuquerque

Superintendente de Políticas de Assistência Social

Maíra da Cunha Pinto Colares

Superintendente de Capacitação, Monitoramento, Controle e Avaliação de Políticas de Assistência Social

Jaime Rabelo Adriano

Diretora de Vigilância Social e Monitoramento

Isabela de Vasconcelos Teixeira

Diretora de Capacitação de Gestores e Conselheiros de Assistência Social

Cibele Vieira Feital

Diretora de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social

Claudia Maria Bortot Falabella

Diretor de Proteção Social Básica

Wagner Antônio Alves Gomes

Diretor de Proteção Social Especial

Régis Aparecido Andrade Spíndola

Diretora de Gestão de Cadastro de Entidades

Dalma Veiga

Diretora de Gestão do SUAS

Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação editorial: Simone Aparecida Albuquerque

Redação: Mariana Bernardo de Brito, Jucineia Soares Gonçalves, Renata Alves de Souza, Wagner Antônio Alves Gomes.

Revisão: Maíra da Cunha Pinto Colares, Wagner Antônio Alves Gomes, Dayse Vilas Boas Pinto.

Subsídios de conteúdo: Mara Rúbia de Souza Albano Felix – Consultora da Associação Mineira de Municípios – AMM

Colaboração técnica: Adelmira Gomes Cerqueira, Aidê Cançado Almeida, Alessandra de Almeida Barbosa Pessoa, Alessandra Martins Lara de Rezende, Ana Cláudia Castello Branco Rena, Analice Ribeiro Pazzini Lobo, Andréia Rocha Souza Arruda, Aneci Marília Landim, Carla Bronzo, Carolina Portugal Gonçalves da Motta, Cibele Vieira Feital, Consolação Cifani da Conceição, Daniela Patrícia de Miranda Rezende, Danielle Rosa Silva Santiago de Castro, Dayara Silva Carvalho, Débora Maria David da Luz, Deborah Akerman, Dilma Luiza Jorge Schwenck, Eliete Cristina Rezende Costa, Eva Pinheiro, Fabiana Patrícia Natividade, Flávia Lacerda Teixeira, Francisca Simone Alves Pereira, Gabriele Sabrina da Silva, Geralda Luiza de Miranda, Isabela de Vasconcelos Teixeira, Jefferson Pinto Batista, Jessika Alves de Andrade, Josafá Leite de Oliveira, José Ferreira da Crus, José Orleans da Costa, Juliana de Oliveira Silva, Juliano Aparecido de Almeida, Lanuza Jardim Cerqueira, Léa Lúcia Cecílio Braga, Luciana Reis de Carvalho Colen, Luciane Fátima da Cruz Valente, Luísa de Albuquerque Viana Reis, Luíza Santiago de Assis Márcia Mansur Saadallah, Márcia Regina Lima Costa, Marcos Arcanjo de Assis, Mayra de Queiroz Camilo, Nancy Chistiane Ferreira Silva, Neuza Mires Ferreira, Nilson Pereira Silva, Paula Alves Queiroz, Pedro Henrique Ferreira da Rocha, Priscilla Maia de

Andrade, Régis Aparecido Andrade Spindola, Rhilker Fonseca Sousa, Rodrigo dos Santos França, Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira, Sérgio Augusto Alves de Oliveira, Suênya Thatiane Souza de Almeida, Tatiane Aparecida Gomes, Vânia Maria Mendes.

Contribuições à versão preliminar: Associação Mineira de Municípios – AMM, Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social – COGEMAS, Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS, Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG, Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – CRP/MG, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS/MG, Faculdade Novos Horizontes – FNH, Fundação João Pinheiro – FJP, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH, Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMinas e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Projeto gráfico: Wesley Guimarães Rocha - ME

Diagramação: Wesley Guimarães Rocha - ME

Tiragem: 5.500 exemplares

Impressão: Wesley Guimarães Rocha - ME

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Subsecretaria de Assistência Social
Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves. Rod. Papa João Paulo II, 4.143, Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG
CEP 31630-900 Edifício Minas, 14º andar -
Telefone (31) 3916-8018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
BVJ – Benefício Variável Jovem
CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD – Índice de Gestão Descentralizada
LA – Liberdade Assistida
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NIS – Número de Identificação Social
PAF – Plano de Acompanhamento Familiar
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PEA – População Economicamente Ativa
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PSB – Proteção Social Básica
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PSE – Proteção Social Especial
RF – Responsável pela Unidade Familiar
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SAA – Sistema de Autorização e Autenticação do MDS
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS
SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SICON – Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família
SIGPBF – Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família
SISC – Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUASWeb – Sistema Informatizado do MDS
TSF – Trabalho Social com Famílias

APRESENTAÇÃO

O Programa Qualifica SUAS foi lançado em agosto de 2015 pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, em parceria com a Associação Mineira de Municípios – AMM e a Fundação João Pinheiro – FJP.

Trata-se de uma iniciativa inédita que tem o objetivo de instituir, de maneira sistemática e coordenada, ações continuadas e diversificadas de apoio técnico e capacitação direcionadas aos gestores, equipes e aos conselhos municipais da política de assistência social. Nessa perspectiva, consolida uma das responsabilidades fundamentais do ente estadual no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Programa Qualifica SUAS abarca um conjunto de ações que se concretizam em quatro eixos:

Eixo 1 – Plano de Apoio Técnico para Indução Orientada dos Gastos e Aprimoramento da Gestão do SUAS;

Eixo 2 – Capacitação Continuada;

Eixo 3 – Criação do Núcleo de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais; e,

Eixo 4 – Plano de Supervisão Técnica aos Trabalhadores do SUAS.

Esta publicação integra o Eixo 2 do Qualifica SUAS que tem como objetivo promover a qualificação e a capacitação continuada dos trabalhadores do SUAS para a melhoria da qualidade das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados aos usuários da Política de Assistência Social no estado de Minas Gerais.

O Caderno aqui apresentado fará parte do material do Curso do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (Capacita SUAS) e dialoga com as expectativas dos profissionais, dando subsídios e referências técnico-operativas para que possam desenvolver processos de trabalho voltados para a dimensão preventiva do trabalho social com famílias.

O objetivo deste Caderno é retomar o debate sobre as funções de prevenção e vigilância socioassistencial exercida pela Proteção Social Básica - PSB e abordar: a gestão territorial e a

utilização dos instrumentos informacionais do SUAS na identificação de alguns públicos prioritários, na identificação da rede socioassistencial e no planejamento da oferta dos serviços da PSB.

Dessa forma, o conteúdo trabalhado neste Caderno pretende, a partir de uma visão técnico-operativa, apoiar os profissionais no aprimoramento das ofertas da PSB nos municípios de Minas Gerais. Contribui, portanto, para a geração de conhecimentos e saberes que deem conta dos novos desafios e complexidades colocados para os trabalhadores do SUAS na execução cotidiana dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A parceira da SEDESE com a AMM materializa uma Secretaria de Estado melhor e mais próxima dos municípios, construtora e indutora de uma rede que protege e promove os direitos de seus usuários, contribuindo para o avanço da qualidade do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais.

**Associação Mineira
de Municípios – AMM**

**Secretaria de Estado de Trabalho e
Desenvolvimento Social
Governo do Estado de Minas Gerais**

INTRODUÇÃO

Temos vivenciado um momento histórico para o SUAS em Minas Gerais, especialmente no último ano. A SEDESE, em parceria com importantes interlocutores e instâncias de pactuação e controle social, consolidou as bases legais para o cofinanciamento estadual via Fundos de Assistência Social de forma regular e automática e assegurou o repasse do Piso Mineiro aos municípios; iniciou a implantação do Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial; regulamentou os serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade no estado e criou o Serviço Estadual de Família Acolhedora; elencou na legislação estadual os serviços públicos de assistência social como serviços essenciais e intensificou as ações de apoio técnico do Programa Qualifica SUAS. No âmbito da Proteção Social Básica, as ações de apoio técnico da SEDESE têm reforçado a importância da integralidade da oferta de serviços e benefícios socioassistenciais e colaborado, dessa forma, para as entregas da política de assistência social aos seus usuários.

Percebe-se que esse conjunto de medidas tem contribuído para o aprimoramento da gestão e a melhoria da qualidade dos serviços e benefícios socioassistenciais e ratificam a relevância do ente estadual na conformação deste sistema descentralizado e participativo. Há muito os municípios mineiros apresentam essas e outras reivindicações ao Governo do Estado e temos somado esforços para atendê-las.

A capacitação dos profissionais está entre as atribuições do Governo do Estado no âmbito do SUAS e um dos desafios atuais está na formulação de conteúdos que dialoguem com a gestão e operação dos serviços, benefícios, programas e projetos sem perder a dimensão e complexidade que envolve a concepção da proteção socioassistencial. Esse é um desafio que tem sido apontado pelos gestores, trabalhadores, conselheiros e entidades socioassistenciais do SUAS.

A presente publicação tem como objetivo contribuir para a superação desse desafio, oferecendo um caderno complementar ao material do Curso do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) que, este ano, pretende discutir o tema “Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica no SUAS”. O conteúdo estadual priorizou o tema da prevenção no campo da PSB e acrescentará aos conteúdos do CapacitaSUAS as particularidades de Minas Gerais.

O Caderno abordará as dimensões ético-política e teórico-metodológica, mas a tônica do conteúdo é técnico-operativa. Essa é uma reivindicação e recomendação frequente dos profissionais que atuam na PSB e a SEDESE fez um esforço para aprofundar a dimensão técnico-operativa tendo como temas principais a prevenção e o planejamento dos processos de trabalho.

Através de uma linguagem técnico-operativa e de fácil compreensão, a proposta é indicar ações que, unidas às experiências e aos conhecimentos dos trabalhadores do SUAS que operam a PSB, propiciem ofertas ainda mais focadas na prevenção, proatividade e proteção.

Sabemos que o grande entrave nos pequenos municípios consiste na falta de cobertura das ofertas de Proteção Social Especial que muitas vezes se sobrepõem às demandas da PSB. No entanto, esse fator não pode ser determinante das ofertas de PSB. Precisamos resgatar o modelo proposto pelo SUAS: centrado na prevenção e que pressupõe o uso da informação produzida pelos trabalhadores para fundamentar o seu trabalho com as famílias e nos territórios.

Veremos que a prevenção é um processo de trabalho que retroalimenta todas as ações da PSB, desde a identificação dos públicos até às atividades de atendimento e acompanhamento dos usuários. Não se trata da criação de fluxos ou níveis de complexidade, mas de meios para a inclusão mais efetiva dos públicos nas ações do CRAS, por meio do conhecimento prévio de algumas de suas peculiaridades e/ou situações de vulnerabilidades que enfrentam.

Este Caderno está estruturado em três unidades. A Unidade I discorre de forma geral sobre o tema da prevenção na PSB, apresentando o público prioritário para as ações e os conceitos de território, vulnerabilidade e risco.

Na Unidade II, abordaremos o estudo de alguns sistemas e aplicativos do SUAS e a importância da utilização e disseminação dos dados produzidos, por meio da função de vigilância socioassistencial executada na PSB para o desenvolvimento das ações preventivas e protetivas. Veremos, ainda, como as informações inseridas nas bases de dados do SUAS, por meio dos instrumentos informacionais, podem contribuir para a identificação de alguns públicos prioritários da PSB e da rede socioassistencial.

Na Unidade III, mostraremos como esses dados poderão subsidiar a organização dos serviços da PSB e a relação entre as informações produzidas pela vigilância socioassistencial e o planejamento de ações. A dimensão técnico-operativa desse planejamento será enfatizada como forma de orientar os profissionais no desenvolvimento de seus processos de trabalho.

A partir da leitura deste Caderno vocês poderão utilizar as informações que registram nos instrumentos informacionais do SUAS para identificar alguns públicos prioritários e a rede de atendimento, com o intuito de orientar a busca ativa e os encaminhamentos, e planejar a inclusão dos públicos em atividades que considerem suas demandas e especificidades.

Bons estudos!

SUMÁRIO

UNIDADE I: A PREVENÇÃO E A FUNÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....12

| | |
|---|----|
| 1.1 A Prevenção no Âmbito da Proteção Social Básica..... | 13 |
| 1.2 Público Prioritário da Proteção Social Básica..... | 16 |
| 1.3 Território, Vulnerabilidade e Risco no Campo da Proteção Social Básica..... | 17 |

UNIDADE II: A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS INFORMACIONAIS DO SUAS NA IDENTIFICAÇÃO DE ALGUNS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS E DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DA PSB.....21

| | |
|--|----|
| 2.1 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico..... | 23 |
| 2.1.1 Variáveis do Formulário do Cadastro Único..... | 23 |
| 2.1.1.1 Variável 1 – Identificação e Controle..... | 24 |
| 2.1.1.2 Variável 2 – Características do Domicílio..... | 25 |
| 2.1.1.3 Variável 3 – Identificação da Família..... | 26 |
| 2.1.1.4 Variável 4 – Identificação da Pessoa..... | 27 |
| 2.1.1.5 Variável 5 – Documentos..... | 29 |
| 2.1.1.6 Variável 6 – Identificação da Pessoa com Deficiência..... | 30 |
| 2.1.1.7 Variável 7 – Escolaridade..... | 30 |
| 2.1.1.8 Variável 8 – Trabalho e Remuneração..... | 31 |
| 2.1.1.9 Variável 9 – Responsável pela Unidade Familiar (RF)..... | 33 |
| 2.1.1.10 Variável 10 – Identificação do Trabalho Infantil na Família..... | 34 |
| 2.2 O CECAD | 34 |
| 2.2.1 Formas de Acesso ao CECAD..... | 35 |
| 2.2.1.1 Acesso para Usuários com Perfil SIGPBF..... | 35 |
| 2.2.1.2 Acesso para Usuários sem Perfil SIGPBF..... | 35 |
| 2.2.2 Menu de Funcionalidades..... | 37 |
| 2.2.2.1 Tabulador..... | 38 |
| 2.2.2.2 Frequência Simples..... | 39 |
| 2.2.2.3 Extrator de Dados..... | 42 |
| 2.2.2.4 Busca Nome/NIS..... | 43 |
| 2.2.2.5 Filtros..... | 45 |
| 2.3 O CECAD na Identificação dos Públicos Prioritários..... | 47 |
| 2.3.1 A Identificação da Pessoa Idosa Utilizando o CECAD..... | 48 |
| 2.3.2 A Identificação de Crianças e Adolescentes Utilizando o CECAD..... | 50 |
| 2.3.3 A Identificação do Trabalho Infantil Utilizando o CECAD..... | 52 |
| 2.3.4 A Identificação da Pessoa com Deficiência Utilizando o CECAD..... | 53 |
| 2.3.5 A Identificação da População Rural Utilizando o CECAD..... | 55 |
| 2.3.6 A Identificação da População Quilombola Utilizando o CECAD..... | 56 |
| 2.3.7 A Identificação de Grupos Tradicionais e Específicos Utilizando o CECAD..... | 57 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 2.3.8 A Identificação da População Indígena Utilizando o CECAD..... | 58 |
| 2.4 O SUASWEB..... | 59 |
| 2.4.1 Acesso ao SUASWEB..... | 59 |
| 2.4.2 Funcionalidades do Relatório BPC..... | 60 |
| 2.4.3 A Identificação de Pessoas Beneficiárias do BPC no SUASWEB | 61 |
| 2.5 O Sistema do Programa BPC na Escola..... | 62 |
| 2.5.1 Acesso ao Sistema BPC na Escola..... | 63 |
| 2.5.2 Identificação de Pessoas com Deficiência no Sistema BPC na Escola..... | 64 |
| 2.6 O Sistema de Gestão de Condicionalidades (SICON)..... | 65 |
| 2.6.1 Acesso ao SICON..... | 65 |
| 2.6.2 Funcionalidades do SICON..... | 65 |
| 2.6.3 Identificação de Famílias em Descumprimento de Condicionalidades do PBF no SICON | 67 |
| 2.7 Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) | 70 |
| 2.7.1 Funcionalidades do SISC | 71 |
| 2.8 O Censo SUAS e o CADSUAS como Ferramentas de Identificação da Rede Socioassistencial..... | 75 |
| 2.8.1 Identificação da Rede Utilizando o CADSUAS..... | 77 |
| 2.8.2 Identificação da Rede Utilizando o Censo SUAS..... | 81 |
| 2.8.2.1 Identificando os Equipamentos CRAS: Localização, Ações e Articulação com a Rede Local..... | 83 |
| 2.8.2.2 Identificando os Centros de Convivência: Localização, Ações e Articulação com a Rede Local | 89 |
| UNIDADE III: PLANEJAMENTO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA..... | 93 |
| 3.1 Gestão Territorial da PSB..... | 95 |
| 3.1.1 Articulação e Ações Intersetoriais..... | 96 |
| 3.1.2 A Busca Ativa como Estratégia de Identificação de Vulnerabilidades e Prevenção de Situações de Risco Social..... | 97 |
| 3.2 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)..... | 105 |
| 3.2.1 Acolhida de Famílias em Situação de Vulnerabilidade e Referenciamento ao CRAS | 106 |
| 3.2.2 Inclusão de Famílias Prioritárias em outras Ações de Atendimento do PAIF..... | 108 |
| 3.2.2.1 Oficinas com Famílias..... | 109 |
| 3.2.2.2 Ações Comunitárias..... | 111 |
| 3.2.2.3 Ações Particularizadas..... | 112 |
| 3.2.2.4 Encaminhamentos..... | 113 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 3.2.3 Acompanhamento Familiar de Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social..... | 113 |
| 3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)..... | 125 |
| 3.3.1 Articulação entre PAIF e SCFV..... | 126 |
| 3.3.2 Identificação e Inclusão do Público no SCFV..... | 127 |
| 3.3.3 O Planejamento da Oferta do SCFV a partir dos Ciclos de Vida e das Demandas dos Grupos..... | 129 |
| 3.3.4 O Planejamento da Oferta do SCFV a partir da Distribuição da População no Território..... | 131 |
| REFERÊNCIAS..... | 133 |

UNIDADE I:

A PREVENÇÃO E A FUNÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A PREVENÇÃO E A FUNÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

1.1 A Prevenção no Âmbito da Proteção Social Básica

Os serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais caracterizam-se como ofertas públicas sob a gestão do Estado e devem materializar em sua prestação a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. No âmbito da Proteção Social Básica (PSB), a oferta integrada de serviços, benefícios, programas e projetos consolidam a estratégia de prevenção às situações de violação de direitos.

A execução da prevenção na PSB deve apreender a aplicação prática da concepção e função de vigilância socioassistencial e defesa de direitos. Assim, poderá prevenir a ocorrência de situações de desproteção e agir proativamente na proteção desempenhada pelos serviços, benefícios, programas e projetos.

As famílias e seus membros devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos e a atuação das equipes de referência deve visar à identificação das potencialidades e vulnerabilidades presentes nos territórios de vivência. Essa identificação contribui para o planejamento, organização e implementação da oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais, ressaltando a dimensão política de participação dos usuários.

A NOB/SUAS define a vigilância socioassistencial como uma das funções da política de Assistência Social que deve ser realizada por meio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas das situações de vulnerabilidade, risco e dos eventos de violação de direitos que incidem sobre famílias e indivíduos. A vigilância socioassistencial produz, ainda, informações dos padrões de qualidade, tipo e volume dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, possibilitando a integração entre a demanda e a oferta.

A vigilância socioassistencial, de acordo com o documento CapacitaSUAS Caderno 3 (BRASIL, 2013), não se reduz à simples informações de banco de dados, mas se constitui como uma função pública que contribui para as demandas e diretrizes da Política de Assistência Social. A compreensão dessas demandas é ampla, uma vez que perpassa a análise dos dados de um contexto social territorializado e coletivo, inclusive apontando recursos para o enfrentamento das vulnerabilidades.

Pode-se dizer, portanto, que a vigilância socioassistencial é responsável por identificar situações de vulnerabilidades e riscos sociais presentes nos territórios, compreender as necessidades e demandas desses territórios e produzir uma visão interligada entre as demandas e as respostas de proteção social e de defesa de direitos. Além disso, constrói conhecimentos sobre ofertas de serviços, seus padrões de qualidade e suas barreiras de acesso, e sobre as necessidades de seguranças socioassistenciais.

É necessário constituirmos um modelo de prevenção na PSB baseado na função de vigilância socioassistencial. É a vigilância socioassistencial que imprimirá nas ofertas da PSB o caráter preventivo, analisando territorialmente as necessidades de proteção socioassistencial da população que devem influenciar o planejamento, a organização e a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A intervenção preventiva das equipes da PSB requer dos profissionais a capacidade de ir além da produção de dados ou da sua análise e sistematização. É preciso transformar a informação produzida pelas equipes em conhecimento que retroalimente a sua atuação.

Nesse sentido, vigilância socioassistencial e PSB apresentam estreita relação entre si. A vigilância busca o conhecimento e o monitoramento das situações de vulnerabilidades presentes nos territórios e, a partir daí, pode garantir estratégias adequadas para a PSB e para o desenvolvimento de ações preventivas. Há, portanto, um fortalecimento do caráter proativo que instiga o planejamento, a execução, o monitoramento, a avaliação e o controle social antes dos riscos serem instalados.

A PSB, por sua vez, tem por objetivos prevenir situações de risco social, buscando respostas antecipadas às expressões das condições de vida, que embora não se configurem como violação de direitos e rompimento de vínculos, indicam a presença de fragilizações. Dessa forma, contribui para o processo de vigilância socioassistencial na medida em que oferta os serviços, programas, projetos e benefícios, produzindo dados para o conhecimento da realidade territorial e para os avanços da Política de Assistência Social. Pode-se dizer, portanto, que a vigilância socioassistencial produz dados para a oferta da PSB, a qual, por sua vez, retroalimenta a vigilância.

Incluir trabalhadores e usuários no processo de análise e disseminação das informações sistematizadas pela vigilância socioassistencial é fundamental para uma apropriação coletiva das situações de vulnerabilidade e risco, uma vez que esses eventos incidem sobre as famílias e os indivíduos nos territórios e sobre o volume e padrões de qualidade das ações ofertadas pela rede socioassistencial.

Dar significado proativo e protetivo ao grande volume de dados produzidos e sistematizados pelo SUAS é algo que os profissionais anseiam. A consolidação da PSB no SUAS exige a transformação de um modelo antes centrado apenas na prestação para um modelo centrado tanto na prestação quanto na prevenção no campo da PSB.

Sabemos que, para agir preventivamente, é preciso desenvolver a nossa capacidade de identificar e atuar antecipadamente nas situações de vulnerabilidade ou de desproteção social, que podem gerar a ocorrência de violações de direitos.

A atuação preventiva da PSB passa pelo reconhecimento, compreensão e absorção, no conjunto de sua atuação, das manifestações das vulnerabilidades sociais, territorialmente identificadas, que demandam a intervenção da Assistência Social, em especial aquelas relacionadas a:

- Povos e comunidades tradicionais e específicas;
- Questões de raça, etnia, gênero e diversidade sexual;
- Crianças e adolescentes;
- Idosos; e,
- Pessoas com deficiência.

As concepções de vigilância socioassistencial e de território contribuem para estampar nas ofertas da PSB a dimensão humana e de dignidade que devem permear a sua organização. Desvelar as expressões da desproteção social exige a incorporação nos processos de trabalho da função da vigilância socioassistencial e da defesa de direitos com um olhar sobre os territórios de vivência das famílias.

Na perspectiva da PSB, as informações produzidas pela vigilância socioassistencial contribuem para as atividades de planejamento e gestão territorial desenvolvidas nos CRAS. Servem ainda como apoio às equipes para a avaliação dos seus processos de trabalho, subsidiando o desenvolvimento das ações de prevenção.

A concepção da prevenção no campo da PSB é apreendida quando se adicionam às informações sistematizadas e disseminadas pela vigilância socioassistencial, o conhecimento e acúmulo dos membros das equipes sobre os dados coletados em suas atividades cotidianas e os aspectos históricos e relacionais presentes nos territórios.

A prevenção constitui-se em um objetivo fundamental a ser alcançado pelas ações da PSB e, para que isso ocorra, é necessário que as equipes utilizem elementos que transcendam os dados quantitativos, como: a participação dos usuários na construção do diagnóstico de determinado território; as tradições; a cultura; os esportes que praticam; os locais onde se reúnem; como se mobilizam para alcançar objetivos comuns ou para superar determinadas situações que incidem sobre o território; o conhecimento sobre seus direitos; o que dizem sobre as relações de trabalho e economia; a percepção do técnico sobre as relações e vínculos comunitários.

Os objetivos da Proteção Social Básica são:

- A prevenção de riscos sociais;
- O desenvolvimento de potencialidades e aquisições;
- O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A superação da situação de vulnerabilidade instaurada requer uma proteção social integral e se desdobra em diversas ações das políticas públicas e dos usuários enquanto sujeitos da sua própria história. Daí a importância de que os profissionais se apropriem das questões e temas que repercutem sobre o território para que sejam capazes de acionar, na localidade, um conjunto de ações públicas que preservem a dignidade humana dos cidadãos, bem como despertar nas famílias em situação de vulnerabilidade a capacidade de proteção frente à incidência de riscos e violações de direitos.

A ação preventiva potencializa o planejamento direcionando-o para ações protetivas que sejam capazes de evitar o agravamento da situação de vulnerabilidade identificada e a incidência de riscos e violações de direitos.

1.2 Público Prioritário da Proteção Social Básica

A PSB, conforme vimos no item anterior, possui como objetivos a prevenção a situações de risco social, o desenvolvimento de potencialidades e aquisições dos usuários e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Porém, a definição desses objetivos só é claramente entendida quando consideramos as características do público a ser atendido pela PSB.

A compreensão desse público perpassará pelo conceito de matricialidade sociofamiliar, caracterizada na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) como um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS. Entende-se como matricialidade sociofamiliar a centralidade na família, considerada um núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.

Nesse sentido, a Política de Assistência Social e, conseqüentemente, as ações da PSB, devem ser direcionadas às famílias e/ou aos seus membros.

A PNAS entende família como um “núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero”.

A partir dessa compreensão é possível, então, definir como público prioritário para a PSB famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade, especialmente:

- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos benefícios eventuais;
- Famílias que possuem em sua composição crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;
- Famílias que possuem perfil para receber o PBF e/ou o BPC, mas ainda não os acessaram;
- Famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF;
- Famílias residentes na área rural;
- Famílias indígenas e quilombolas;
- Famílias pertencentes a grupos e comunidades tradicionais e específicas.

É importante ressaltar que essas famílias são prioritárias pelo fato de apresentarem vulnerabilidades, sejam elas decorrentes de ciclos de vida, relacionadas à renda, ao precário acesso a serviços ou da fragilização de vínculos familiares e comunitários. Tais vulnerabilidades poderão ocasionar riscos sociais e violações de direitos, os quais devem ser prevenidos a partir das ações da PSB.

Famílias com vulnerabilidades sociais diferentes das apresentadas também devem ser inseridas nos serviços de PSB, de acordo com a avaliação dos profissionais.

Neste documento discutiremos sobre as formas de identificação desses públicos, bem como sobre o planejamento de ações da PSB para a proteção das famílias em situação de vulnerabilidade e a prevenção aos riscos. Antes disso, porém, faz-se necessário entendermos os conceitos de território, vulnerabilidade e risco na PSB.

1.3 Território, Vulnerabilidade e Risco no Campo da Proteção Social Básica

No âmbito da PSB, o território é visto como um espaço humano, habitado e dinâmico que não se restringe à delimitação político-administrativa, geográfica e econômica.

Para o SUAS o território é, sobretudo, uma construção social repleta de significados históricos, culturais e relacionais. Esse entendimento resgata a dimensão das relações sociais para a compreensão do território como espaços coletivos em que as pessoas convivem e se relacionam. É o lugar onde se manifestam e se desenvolvem as relações

familiares e comunitárias, de afetividade e solidariedade e o sentimento de pertença e de identidade. É também no território que incidem as desproteções sociais. De acordo com o documento Orientações Técnicas do CRAS:

Milton Santos¹ utiliza o termo “território vivo” para revisar a concepção tradicional da geografia, que considera o território apenas como quadro negro sobre o qual a sociedade reescreve sua história. Para esse teórico, ao contrário, o território é um organismo vivo: o território é também dinâmico, de forma que a sociedade incide sobre o território e esse, na sociedade. A implementação da política de assistência social, nessa ótica, extrapola as ações prestadas nos equipamentos da política de assistência em resposta à procura da população e se desloca para o movimento ativo de conhecer a realidade, identificando forças e potencialidades dos territórios e compreendendo que a população tem necessidades, mas tem também possibilidades, potencialidades e capacidades. Trata-se de conhecer as formas de viver, os grupos que se associam para desenvolver projetos coletivos, as redes extensas e informais de ajuda, os serviços disponíveis, enfim, a dinâmica da vida das famílias e do território (BRASIL, 2009, p. 38).

O território se apresenta para o SUAS como elemento central para identificar, compreender e enfrentar as situações de vulnerabilidade e risco social que incidem sobre as famílias. A PSB busca o reconhecimento das vulnerabilidades e potencialidades das famílias e das comunidades e a identificação das expressões da desproteção social, para organizar a oferta dos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais.

No campo da PSB o território deve ser uma fonte inspiradora para organizar ações preventivas, protetivas e proativas. O reconhecimento dos territórios intramunicipais com maior incidência de vulnerabilidades e riscos sociais é o primeiro passo para a caracterização do público prioritário da política de Assistência Social, bem como para adequação dos tipos, volumes e padrões de serviços, benefícios, programas e projetos a serem prestados à população.

O território também pode se revelar como um espaço carregado de estigmas, estereótipos e preconceitos que afetam a sua população. Determinados bairros e até mesmo municípios são considerados, por exemplo, violentos, precários e pobres, por isso, cria-se uma referência pejorativa do lugar e de seus habitantes. Nesses casos é comum os moradores se sentirem envergonhados, inclusive omitindo a informação de que pertencem àquele local. À equipe da PSB cabe o reconhecimento dos impactos desses estigmas e estereótipos na população ao propor ações voltadas a esse público. Valorizar a cultura, a identidade e a história são meios de reconhecimento das potencialidades do lugar e da população que nele habita. É preciso se aproximar da realidade, conhecer bem as demandas, vulnerabilidades e

¹ SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

características de cada território e se apropriar desse conhecimento para planejar ações da PSB.

A elaboração do Diagnóstico Socioterritorial que compõe o Plano Municipal de Assistência Social e orienta a organização e implantação dos serviços, benefícios, programas e projetos é uma responsabilidade do Gestor Municipal de Assistência Social. No entanto, a participação dos usuários e dos trabalhadores na elaboração e atualização dos diagnósticos socioterritoriais é imprescindível para a identificação dos territórios mais vulneráveis e dos potenciais históricos culturais e relacionais. Existem diversas metodologias que podem ser aplicadas para aperfeiçoar a participação dos usuários e a percepção da conotação histórica e relacional presente nos territórios.

Podemos citar, como exemplo, o “Mapa Falado” que é um importante instrumento para promover a aproximação da população com os servidores públicos. Ele propicia um espaço potente na reflexão sobre as informações públicas e formais apresentadas no diagnóstico confrontadas com a realidade vivida pela população. É uma ferramenta que auxilia na abordagem da dimensão espacial, ou seja, conhecer e reconhecer o espaço físico e social dos territórios, auxiliar na obtenção de informações exploratórias, bem como obter uma visão geral da realidade tanto no espaço urbano quanto no rural.

A PNAS menciona que as vulnerabilidades sociais que demandam a intervenção da PSB decorrem de situações de:

- Pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou,
- Fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A vulnerabilidade social pode ser compreendida como um fenômeno com várias dimensões que apontam situações de desproteção social de indivíduos, famílias e coletividade. As diferentes combinações entre essas dimensões dão origem a tipos e graus de vulnerabilidade diferenciados, sendo elementos para a compreensão técnica do agir dentro da capacidade protetora do Estado.

Para identificar o público prioritário dos serviços socioassistenciais faz-se necessário trabalhar na lógica do planejamento elaborado com base nos dados coletados pelos próprios

profissionais. Essas informações podem ser obtidas pelos sistemas e bancos de dados informacionais do SUAS como: CadÚnico, CECAD, SuasWeb, Sistema do Programa BPC na Escola, SICON, SISC, CensoSUAS, CADSUAS, entre outros.

Visando contemplar o desenvolvimento das ações de planejamento e de identificação do público a ser atendido na PSB, as unidades que se seguem estão subdivididas em dois temas centrais: a utilização dos instrumentos informacionais do SUAS na operacionalização das ações da PSB e o planejamento da oferta dos serviços da PSB.

UNIDADE II:

**A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS INFORMACIONAIS DO SUAS
NA IDENTIFICAÇÃO DE ALGUNS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS E DA
REDE SOCIOASSISTENCIAL DA PSB**

A UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS INFORMACIONAIS DO SUAS NA IDENTIFICAÇÃO DE ALGUNS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS E DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DA PSB

Os instrumentos informacionais do SUAS permitem identificar alguns públicos prioritários e equipamentos que compõem a rede socioassistencial da PSB. Os dados disponibilizados por esses instrumentos habilitam os profissionais a inferir tanto sobre a incidência de vulnerabilidades, quanto sobre as potencialidades existentes no território de abrangência do CRAS.

Na Unidade I foi possível observar como a função de vigilância socioassistencial exercida pelos profissionais da PSB subsidiam a operacionalização das ações de prevenção e proteção. Isso se deve ao fato de que uma boa parte das informações processadas pelos instrumentos informacionais do SUAS estão nas produções diárias das equipes e nos registros das informações que coletam.

A vigilância socioassistencial não é, portanto, apenas um setor à parte. As equipes exercem diariamente essa função: na coleta de informações de um usuário, no planejamento da busca ativa, na identificação de uma família na base de dados do SUAS e na disseminação de informações sobre um território, entre outros.

Nesta Unidade veremos como os profissionais poderão utilizar as informações que produzem para identificar alguns públicos prioritários e a rede socioassistencial. Isso requer a utilização e disseminação de seu próprio saber, diminuindo a distância entre a produção contínua de informações e a operacionalização das ofertas da PSB.

Demonstraremos ainda que é possível aperfeiçoar o direcionamento das ações preventivas, proativas e protetivas para esses públicos, a partir de consultas e extrações de arquivos, utilizando dos instrumentos informacionais do SUAS.

A NOB/SUAS, em seu artigo 97, se refere a esses instrumentos como ferramentas de gestão que orientam o processo de organização do SUAS e cita um rol exemplificativo:

- I – O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- II – Os sistemas e base de dados relacionados à operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), observadas as normas sobre sigilo de dados dos respectivos Cadastros;
- III – Os sistemas de monitoramento;

- IV – O Censo SUAS;
- V – Outras que vierem a ser instituídas.

Vários desses instrumentos de registro, sistemas e aplicativos podem ser utilizados pelos profissionais da PSB. Em seguida, abordaremos especificamente algumas dessas ferramentas demonstrando: para que servem, como acessá-las, suas funcionalidades e como podem ser usadas para identificar o público ou a rede socioassistencial da PSB.

Importante salientar que não é possível a identificação de todos os públicos prioritários por meio dos instrumentos informacionais do SUAS. Uma grande parte das vulnerabilidades não podem ser captadas através dos sistemas de informação e, algumas delas, nem mesmo por abordagem direta. Isso porque existem contextos que escapam a qualquer ação que esteja prevista, mas que se impõem de maneira significativa sobre famílias e território, como é o caso das violências e das drogas. Esse é um desafio que envolve atores das diversas políticas e não será nosso foco de estudo.

2.1 O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é uma ferramenta capaz de identificar e caracterizar as famílias de baixa renda. Serve como base para o planejamento das ações preventivas e protetivas no campo da PSB, pois contém informações importantes sobre o seu público como: características da família e de cada um dos seus membros, relações de trabalho, renda, escolaridade, documentação civil, localização no território, condições dos domicílios, acesso a rede de serviços, entre outras.

O CadÚnico contempla dados relevantes para o recorte de público prioritário da PSB e também favorece a inserção dos usuários nas ofertas de diversas outras políticas públicas.

O formulário do Cadastro é organizado em torno de 10 blocos pelos quais percorreremos brevemente, pois é a compreensão e apreensão de suas especificidades que permitirão a efetividade do acesso às bases de dados, ferramentas, sistemas e aplicativos que se utilizam do CadÚnico como indexador.

2.1.1 Variáveis do Formulário do Cadastro Único

É importante esclarecer que consideramos variáveis cada um dos blocos do formulário. Você compreenderá a preferência por essa nomenclatura quando iniciarmos os estudos sobre o CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico). Quem já conhece e mesmo quem ainda não tem familiaridade com o formulário será capaz de refletir sobre como as informações disponibilizadas por meio das variáveis repercutem nas atividades cotidianas com as famílias.

Você já parou para pensar, por exemplo, que o conhecimento da configuração familiar – quantos membros residem no domicílio, faixa etária, o tipo de parentesco com a referência familiar, quantas pessoas se encontram em afastamento por institucionalização – podem contribuir para a compreensão dos vínculos relacionais no âmbito familiar? Como essas informações podem ajudar a inferir sobre situações de isolamento, ou vulnerabilidades relacionadas ao ciclo de vida?

Então, vamos conhecer/rever as variáveis do formulário do Cadastro Único?

2.1.1.1 Variável 1 – Identificação e Controle

Essa variável fornece o endereço completo da família. Permite a localização dos domicílios através do logradouro, CEP, bairro, unidade territorial e ponto de referência.

Esses dados facilitam a busca ativa e o planejamento das ações de prevenção, bem como a implementação dos equipamentos socioassistenciais mais próximos das famílias com maior incidência de situações de vulnerabilidade.

| ENDEREÇO DA FAMÍLIA | |
|--|--|
| 1.11 - Localidade (bairro, povoado, vila, etc.) | <input type="text"/> |
| Logradouro (tipo, título, nome) | |
| 1.12 - Tipo (rua, avenida, igaraapé, etc.) | <input type="text"/> |
| 1.13 - Título (general, santa, pintor, etc.) | <input type="text"/> |
| 1.14 - Nome | <input type="text"/> |
| 1.15 - Número | <input type="text"/> |
| 1.16 - Complemento do número (s/nº, km, A, FUNASA, SUCAM, etc.) | <input type="text"/> |
| 1.17 - Complemento adicional (apartamento, casa, sobrado, fundos, bloco, lote, quadra, etc.) | <input type="text"/> |
| | 1.18 - CEP <input type="text"/> - <input type="text"/> |
| 1.19 - Unidade territorial local | |
| a) Código <input type="text"/> | b) Descrição <input type="text"/> |
| 1.20 - Referência para localização | <input type="text"/> |

2.1.1.2 Variável 2 – Características do Domicílio

Apresenta situações do domicílio tais como: a condição de propriedade, o tipo (casa, apartamento, cômodo), número de cômodos, tipo de construção, abastecimento de água, tipo de iluminação, escoamento sanitário, destino do lixo e número de moradores.

O CadÚnico define o domicílio como o local que serve de moradia à família classificando-os por tipo e grau de precariedade:

- **Domicílio Particular Improvisado:** Espaço precariamente adaptado pela família para servir de moradia em que não é possível distinguir cômodos ou individualizar os espaços. Exemplos: prédios abandonados, barracas, *trailers* e tendas em locais públicos;
- **Domicílio Particular Permanente:** É composto por pelo menos um cômodo e constitui-se em uma moradia permanente ou duradoura.
- **Coletivo:** Nesse tipo de domicílio a relação entre os moradores é limitada por normas de subordinação administrativa, como ocorre em abrigos, pensões, asilos, alojamentos, entre outros.

| 2 - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO (Não preencher para famílias em situação de rua) | |
|---|--|
| <p>2.01 - O local onde está situado o seu domicílio tem, na maioria, características:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Urbanas <input type="checkbox"/> 2 - Rurais</p> | <p>2.08 - Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Rede geral de distribuição <input type="checkbox"/> 2 - Poço ou nascente <input type="checkbox"/> 3 - Cisterna <input type="checkbox"/> 4 - Outra forma</p> |
| <p>2.02 - Qual é a espécie do seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Particular permanente <input type="checkbox"/> 2 - Particular improvisado <input type="checkbox"/> 3 - Coletivo</p> <p>Passa ao 3.01</p> | <p>2.09 - No seu domicílio ou na propriedade existe banheiro ou sanitário?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não → Passe ao 2.11</p> |
| <p>2.03 - Quantos cômodos tem seu domicílio?</p> <p><input type="text" value="1"/></p> | <p>2.10 - De que forma é feito o escoamento do banheiro ou sanitário?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Rede coletora de esgoto ou pluvial <input type="checkbox"/> 2 - Fossa séptica <input type="checkbox"/> 3 - Fossa rudimentar <input type="checkbox"/> 4 - Vals a céu aberto <input type="checkbox"/> 5 - Direto para um rio, lago ou mar <input type="checkbox"/> 6 - Outra forma</p> |
| <p>2.04 - Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório para os moradores do seu domicílio?</p> <p><input type="text" value="1"/></p> | <p>2.11 - O lixo do seu domicílio:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - É coletado diretamente <input type="checkbox"/> 2 - É coletado indiretamente <input type="checkbox"/> 3 - É queimado ou enterrado na propriedade <input type="checkbox"/> 4 - É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.) <input type="checkbox"/> 5 - É jogado em rio, lago ou mar <input type="checkbox"/> 6 - Tem outro destino</p> |
| <p>2.05 - Qual é o material predominante no piso do seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Terra <input type="checkbox"/> 2 - Cimento <input type="checkbox"/> 3 - Madeira aproveitada <input type="checkbox"/> 4 - Madeira aparelhada <input type="checkbox"/> 5 - Cerâmica, lajota ou pedra <input type="checkbox"/> 6 - Carpete <input type="checkbox"/> 7 - Outro material</p> | <p>2.12 - Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Elétrica com medidor próprio <input type="checkbox"/> 2 - Elétrica com medidor comunitário <input type="checkbox"/> 3 - Elétrica sem medidor <input type="checkbox"/> 4 - Óleo, querosene ou gás <input type="checkbox"/> 5 - Vela <input type="checkbox"/> 6 - Outra forma</p> |
| <p>2.06 - Qual é o material predominante na construção das paredes externas do seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Alvenaria/tijolo com revestimento <input type="checkbox"/> 2 - Alvenaria/tijolo sem revestimento <input type="checkbox"/> 3 - Madeira aparelhada <input type="checkbox"/> 4 - Taipa revestida <input type="checkbox"/> 5 - Taipa não-revestida <input type="checkbox"/> 6 - Madeira aproveitada <input type="checkbox"/> 7 - Palha <input type="checkbox"/> 8 - Outro material</p> | <p>2.13 - Existe calçamento/pavimentação no trecho do logradouro (rua, avenida, etc.), em frente ao seu domicílio?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Total <input type="checkbox"/> 2 - Parcial <input type="checkbox"/> 3 - Não existe</p> |
| <p>2.07 - O seu domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não</p> | |

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO: **A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z** PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

3.05 - A família é quilombola?
 1 - Sim 2 - Não - Fasse ao 3.07

3.06 - Qual é o nome da comunidade quilombola?
 2 - Não sabe

3.07 - Quantas pessoas moram no seu domicílio? (Não preencher para famílias em situação de rua)

3.08 - Quantas famílias moram no seu domicílio? (Não preencher para famílias em situação de rua)

3.09 - Há alguma pessoa dessa família que está internada ou obrigada em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou em outro estabelecimento similar há 12 meses ou mais? (Não preencher para famílias em situação de rua)

1 - Criança(s) e adolescente(s) (de 0 a 17 anos) 0 - Não tem
 2 - Jovem(ns) e adulto(s) (de 18 a 64 anos) 0 - Não tem
 3 - Idoso(s) (de 65 anos ou mais) 0 - Não tem

LISTA DE COMPONENTES DA FAMÍLIA MORADORES DO DOMICÍLIO
 - Sempre iniciar o preenchimento pelo nome do Responsável pela Unidade Familiar
 - Anote o primeiro nome de cada pessoa

| Nº de ordem | Nome da pessoa | Nº de ordem | Nome da pessoa |
|-------------|----------------|-------------|----------------|
| 1 | | 7 | |
| 2 | | 8 | |
| 3 | | 9 | |
| 4 | | 10 | |
| 5 | | 11 | |
| 6 | | 12 | |

3.10 - A família, normalmente, tem despesa mensal com:

1 - Energia elétrica ,00 0 - Não tem
 2 - Água e esgoto ,00 0 - Não tem
 3 - Gás, carvão e lenha ,00 0 - Não tem
 4 - Alimentação, higiene e limpeza ,00 0 - Não tem
 5 - Transporte ,00 0 - Não tem
 6 - Aluguel ,00 0 - Não tem
 7 - Medicamentos de uso regular ,00 0 - Não tem

3.11 - Nome e código do Estabelecimento de Assistência à Saúde - EAS/MS em que os membros da família são atendidos quando necessitam:

a) Nome
 b) Código

3.12 - Nome e código do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/CREAS) em que os membros da família são atendidos quando necessitam:

a) Nome
 b) Código

Essas informações são primordiais para entender a dinâmica da família no território, seus aspectos relacionais, os serviços que aciona, suas tradições, rendas e especificidades.

2.1.1.4 Variável 4 – Identificação da Pessoa

É possível também obter informações descritivas de cada um dos membros da família, como seu nome completo ou seu apelido/nome social, data e local de nascimento, sexo,

nacionalidade, naturalidade, filiação, relação de parentesco com o responsável pela unidade familiar (RF), estado civil e cor/raça.

Fique atento!

O Decreto nº 8.727 (BRASIL, 2016) dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Cadastro Único já reconhece esse direito e possibilita essa identificação no campo 4.04 dessa variável, onde é possível designar também o nome social.

O que é Nome Social?

Nome social é a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apellido

4.05 - Sexo

1 - Masculino 2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento

Dia Mês Ano

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF

1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF 5 - Neto(a) ou bisneto(a) 9 - Genro ou nora
 2 - Cônjuge ou companheiro(a) 6 - Pai ou mãe 10 - Outro parente
 3 - Filho(a) 7 - Sogra(s) 11 - Não parente
 4 - Entead(o)

4.08 - Cor ou repe

1 - Branca 2 - Preta 3 - Amarela 4 - Parda 5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe

2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai

2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?

1 - Neste município - Passe ao 4.15 2 - Em outro município 3 - Em outro país - Passe ao 4.14

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?

2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?

2 - Não sabe Passe ao 4.15

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?

2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?

1 - Sim e tem Certidão de Nascimento 3 - Não - Se tem RAN, passe ao 5.01, opção 3
 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento 4 - Não sabe Se não tem RAN, passe ao 6.01

2.1.1.6 Variável 6 – Identificação da Pessoa com Deficiência

O CadÚnico define deficiência como a incapacidade da pessoa de realizar atividades do seu dia a dia como, por exemplo, comunicar-se, trabalhar ou ir à escola, em função da diminuição de alguma habilidade como enxergar, ouvir, movimentar-se, entre outras. A identificação e inserção dessas pessoas nas políticas públicas é um grande desafio para as equipes da PSB.

A falta de infraestrutura acessível que propicie o deslocamento desses indivíduos pelos territórios e principalmente seu acesso aos serviços públicos acabam por progredir para situações de isolamento, aumentando a complexidade das ações protetivas. Por isso, é preciso utilizar-se do maior número possível de ferramentas informacionais para pensar a implementação da prevenção direcionada a esse público.

Abordaremos mais adiante, entre outros instrumentos, o aplicativo do Programa BPC na Escola, que consiste em uma importante ferramenta de estudo para a ampliação da produção de informações para identificação das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC na faixa etária de 0 a 18 anos.

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

1 - Sim 2 - Não - Passe ao 7.01

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?
(Este quesito admite múltipla marcação)

1 - Cegueira 3 - Surdez severa/profunda 5 - Deficiência física 7 - Síndrome de Down

2 - Baixa visão 4 - Surdez leve/moderada 6 - Deficiência mental ou intelectual 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?
(Este quesito admite múltipla marcação)

1 - Não 3 - Sim, de cuidador especializado 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

2 - Sim, de alguém da família 4 - Sim, de vizinho 6 - Sim, de outra forma

2.1.1.7 Variável 7 – Escolaridade

Abrange o contexto educacional de cada membro da família, o tipo de curso que a pessoa está realizando, o ano/série, o nome e a localização da escola ou creche, se pertence à rede de educação pública ou privada e quais as modalidades de ensino frequenta.

| 7 - ESCOLARIDADE | | | | |
|---|--|--|--|---|
| 7.01 - (Nome) sabe ler e escrever? | | | | |
| <input type="checkbox"/> 1 - Sim | <input type="checkbox"/> 2 - Não | | | |
| 7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche? | | | | |
| <input type="checkbox"/> 1 - Sim, rede pública | <input type="checkbox"/> 3 - Não, já frequentou - Passe ao 7.08 | | | |
| <input type="checkbox"/> 2 - Sim, rede particular | <input type="checkbox"/> 4 - Nunca frequentou | | | |
| → Pessoas com 10 anos ou mais, passe ao 8.01 → Pessoa com menos de 10 anos, encerre a entrevista | | | | |
| 7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta? | | | | |
| <input type="text"/> | | | | |
| 7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município? | | | | |
| <input type="checkbox"/> 1 - Sim - Passe ao 7.06 | <input type="checkbox"/> 2 - Não | | | |
| 7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche? | | | | |
| 1 - Estado | <input type="text"/> | | | |
| 2 - Município | <input type="text"/> | | | |
| 7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche: | | | | |
| <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> 2 - Não tem | | | |
| 7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta? | | | | |
| <input type="checkbox"/> 1 - Creche | <input type="checkbox"/> 8 - Ensino Médio especial | | | |
| <input type="checkbox"/> 2 - Pré-escola (exceto CA) | <input type="checkbox"/> 9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª) | | | |
| <input type="checkbox"/> 3 - Classe de Alfabetização - CA - Passe ao 8.01 | <input type="checkbox"/> 10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª) | | | |
| <input type="checkbox"/> 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos) | <input type="checkbox"/> 11 - Ensino Médio EJA (Supletivo) | | | |
| <input type="checkbox"/> 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos) | <input type="checkbox"/> 12 - Alfabetização para adultos (Mobral, etc.) | | | |
| <input type="checkbox"/> 6 - Ensino Fundamental especial | <input type="checkbox"/> 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado | | | |
| <input type="checkbox"/> 7 - Ensino Médio regular | <input type="checkbox"/> 14 - Pré-vestibular | | | |
| Encerre a entrevista dessa pessoa Passe ao 8.01 | | | | |
| 7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta? | | | | |
| <input type="checkbox"/> 1 - Primeiro(a) | <input type="checkbox"/> 3 - Terceiro(a) | <input type="checkbox"/> 5 - Quinto(a) | <input type="checkbox"/> 7 - Sétimo(a) | <input type="checkbox"/> 9 - Nono(a) |
| <input type="checkbox"/> 2 - Segundo(a) | <input type="checkbox"/> 4 - Quarto(a) | <input type="checkbox"/> 6 - Sexto(a) | <input type="checkbox"/> 8 - Oitavo(a) | <input type="checkbox"/> 10 - Curso não-seriado |
| Passe ao 8.01 | | | | |
| PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU | | | | |
| 7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série? | | | | |

Esses dados são importantes porque permitem ações articuladas entre a Assistência Social e a área de Educação para a inclusão do público com perfil CadÚnico nas modalidades de ensino, visando à diminuição da evasão e defasagem escolar. No âmbito da PSB, é possível pensar estratégias para o acompanhamento e superação dos descumprimentos das condicionalidades do PBF relacionados à frequência escolar.

2.1.1.8 Variável 8 – Trabalho e Remuneração

Esse bloco do formulário traz informações sobre as relações de trabalho dos membros da família maiores de 10 anos de idade, como: o tempo em que está trabalhando, se está desempregado, afastado por motivo de doença, qual a atividade econômica e o tipo de vínculo com a entidade/empresa em que trabalha, se o trabalho é remunerado ou não, a composição de sua renda mensal, incluindo ganhos como aposentadoria, BPC, seguro desemprego e pensão alimentícia.

O CadÚnico considera o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o IBGE, a PEA é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO  
(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?
 1 - Sim - Passe ao 8.02 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?
 1 - Sim 2 - Não - Passe ao 8.05

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?
 1 - Sim 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

| | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo) <input type="checkbox"/> 2 - Trabalhador temporário em área rural <input type="checkbox"/> 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada <input type="checkbox"/> 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada <input type="checkbox"/> 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada <input type="checkbox"/> 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada | <input type="checkbox"/> 7 - Trabalhador não-remunerado <input type="checkbox"/> 8 - Militar ou servidor público <input type="checkbox"/> 9 - Empregador <input type="checkbox"/> 10 - Estagiário <input type="checkbox"/> 11 - Aprendiz |
|--|--|

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho? (Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)
 ,00 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses? 
 1 - Sim 2 - Não - Passe ao 8.09

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período? 

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período? 
 ,00

8.09 - Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

| | | |
|--|--|---|
| 1 - Ajuda/doação regular de não morador | <input style="width: 40px; border: 1px solid black;" type="text"/> ,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |
| 2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS | <input style="width: 40px; border: 1px solid black;" type="text"/> ,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |
| 3 - Seguro-desemprego | <input style="width: 40px; border: 1px solid black;" type="text"/> ,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |
| 4 - Pensão alimentícia | <input style="width: 40px; border: 1px solid black;" type="text"/> ,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |
| 5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares | <input style="width: 40px; border: 1px solid black;" type="text"/> ,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |

A Política de Assistência Social tem como um dos seus objetivos o acompanhamento da trajetória dos seus usuários no mundo do trabalho. No âmbito da PSB foi instituído o Programa ACESSUAS. Uma iniciativa que visa articular junto às Políticas de Trabalho Emprego e Renda, Educação, Economia, entre outras, ações de qualificação técnico-profissional e intermediação de mão de obra, buscando ampliar as possibilidades de inclusão do público prioritário do programa no mundo do trabalho.

O público prioritário do Programa é composto por populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade ou risco social, com idade a partir de 16 anos:

- Inscritos no CADÚNICO, beneficiários do PBF, BPC e em situação de extrema pobreza;
- Adolescentes e jovens egressos de medidas socioeducativas;
- Famílias com presença de situação de trabalho infantil;
- População em situação de rua;
- Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório;
- Adolescentes e jovens egressos de serviços de acolhimento;
- Indivíduos e famílias que vivem em territórios de risco, decorrente do tráfico de drogas;
- Egressos do Sistema Penal;
- Pessoas retiradas do trabalho escravo;
- Mulheres vítimas de violência; entre outros, para atender especificidades territoriais.

ATENÇÃO: A Equipe de Referência dos CRAS não deve ser utilizada para execução das atividades do Programa, mas precisa manter constante articulação com a equipe do ACESSUAS.

Além de ajudar na identificação do público-alvo desse programa, os dados obtidos nesse item do formulário servem de apoio para a compreensão do perfil de trabalho e de renda de todas as pessoas cadastradas no CadÚnico.

2.1.1.9 Variável 9 – Responsável pela Unidade Familiar (RF)

De acordo com o Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2014), o Responsável pela Unidade Familiar (RF) é a pessoa que vai fornecer as informações ao entrevistador do CadÚnico. O RF deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos. Toda a relação de parentesco no Cadastro é feita tomando como base o RF.

2.1.1.10 Variável 10 – Identificação do Trabalho Infantil na Família

A variável 10 consiste na identificação, por meio do CadÚnico, de crianças e adolescentes em situação de trabalho. É importante lembrar que esse campo é de preenchimento obrigatório, porém o profissional do PBF nunca fará perguntas diretamente ao RF.

A marcação desse campo é imprescindível para a identificação do trabalho infantil e o desenvolvimento de ações para sua superação.

| 10 - MARCAÇÃO LIVRE PARA O MUNICÍPIO | |
|---|---|
| 10.01 - Há trabalho infantil na família? | <input type="checkbox"/> 1 - Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não |
| 10.02 - Identifique a(s) criança(s) envolvida(s) em trabalho infantil | |
| Nº de ordem | Nome da criança |

A definição de trabalho infantil é atribuída a toda forma de trabalho, remunerada ou não, exercida por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos (BRASIL, 2011).

O conhecimento dessa variável é uma representação de dimensões sobre as quais a gestão e equipes técnicas deverão se dedicar para a realização de um planejamento efetivo das ações no âmbito da PSB.

Após a consulta, coleta e/ou registro das informações nas bases de dados do CadÚnico é imprescindível que os profissionais operem e se apropriem desses dados. Para isso, apresentaremos em seguida o CECAD, ferramenta disponibilizada para a realização de consultas, seleção e extração dos dados e informações do CadÚnico.

2.2 O CECAD

O CECAD é uma das ferramentas do SUAS que utiliza dos dados do CadÚnico. Tem como objetivo subsidiar as pesquisas e ações de planejamento de políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda.

Essa ferramenta proporciona o conhecimento da realidade socioeconômica das famílias inseridas no Cadastro Único e algumas informações sobre os territórios em que residem, viabilizando a identificação das principais vulnerabilidades que acometem as famílias de

baixa renda e o estabelecimento de prioridades para o acesso aos serviços públicos.

2.2.1 Formas de Acesso ao CECAD

O acesso ao CECAD se dá por meio do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Para isso, é necessário que o coordenador do PBF disponibilize uma senha aos profissionais da PSB. Também é possível acessar o CECAD por meio do Sistema de Autorização e Autenticação (SAA) no portal SAGI.

A senha do SAA poderá ser obtida por meio da delegação de perfil ao profissional. De acordo com o Manual do Usuário – SAA Gestão, vincular ou delegar perfil “consiste em atribuir a um usuário permissão de acesso aos sistemas e/ou delegação de perfil a outros usuários, caso este possua as devidas permissões”. Essa atividade é atribuição do Administrador Adjunto e responsabilidade do Administrador Titular (profissional vinculado ao órgão de Gestão ou ao Conselho Municipal da Assistência Social do município).

2.2.1.1 Acesso para Usuários com Perfil SIGPBF

Após a geração da senha de acesso ao SIGPBF, os profissionais poderão acessar o sistema por meio do endereço eletrônico: <http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/>, clicar em sistemas integrados e em CECAD.



2.2.1.2 Acesso para Usuários sem Perfil SIGPBF

Acesse o site <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi>, clique em “Gestor Estadual e Municipal”.



Dentro desse grupo clique em CECAD e depois novamente em CECAD.



Ao final da última janela aberta, aparecerá um termo de compromisso no qual o responsável pela senha de acesso concorda em manter sigilo sobre as informações contidas na base de dados do sistema.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Declaro estar ciente da habilitação que me foi conferida para manuseio de dados identificados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico/MDS.

No tocante às atribuições a mim conferidas, no âmbito do Termo de Responsabilidade acima referido, comprometo-me a:

- manusear as bases de dados identificados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal apenas por necessidade de serviço, ou em caso de determinação expressa, desde que legal, de superior hierárquico;
- manter a absoluta cautela quando da exibição de dados em tela, impressora, ou, ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;
- não me ausentar do terminal sem encerrar a sessão de uso das bases, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas; e
- manter sigilo dos dados ou informações sigilosas obtidas por força de minhas atribuições, abstendo-me de revelá-los ou divulgá-los, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação.

SENARC
 Concordo

[Criar ou alterar sua senha](#)

Após ler e assinalar que concorda com o termo, digite, logo abaixo, seu login e senha do SAA.

A senha é de uso pessoal e intransferível! Solicite ao gestor a delegação de perfil de acesso ao SAA.

2.2.2 Menu de Funcionalidades

As funcionalidades do CECAD permitem a manipulação das variáveis do CadÚnico para gerar diversos grupos de dados que poderão ser extraídos, analisados isoladamente ou cruzados com outros bancos de dados.

CECAD
 CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
 ? A A A

Cadastro Único

SAGI
 Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

MDS.gov.br Tabulador Freqüência Simples Extrator Dados Busca Nome/NIS Monitora Documentos Sobre Sair

CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

A partir de agora, demonstraremos como é feita a utilização de cada uma das funcionalidades do CECAD.

2.2.2.1 Tabulador

O tabulador do CECAD permite o cruzamento de duas variáveis do CadÚnico e a utilização de filtros na pesquisa. Pode-se fazer a tabulação dos dados por família e por pessoa, só por família ou só por pessoa.

A referência à família e pessoa no CECAD relaciona-se à forma de organização do formulário que consiste na coleta de dados tanto da família quanto das pessoas que a compõem.

The screenshot shows the CECAD web application interface. At the top, there are logos for 'CECAD', 'Cadastro Único', and 'SAGI'. Below the logos, the text reads 'CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico'. A navigation menu includes 'MDS.gov.br', 'Tabulador' (highlighted with an arrow), 'Frequência Simples', 'Extrator Dados', 'Busca Nome/NIS', 'Monitora', 'Documentos', 'Sobre', and 'Sair'. The main heading is 'Tabulador com duas variáveis (FAMILIAS e PESSOAS)'. Below this, it says 'CadÚnico V7 Março 2016'. There are three dropdown menus: 'Seleção Geográfica' (set to 'MG - Minas Gerais'), 'Variável Coluna' (set to '--'), and 'Variável Linha' (set to '--'). Arrows point to these dropdowns. Below the dropdowns is a 'Filtros' checkbox. A section titled 'Gerar tabela apresentando:' contains buttons for 'Valor Absoluto', '% Total', '% por Linha', '% por Coluna', and 'Limpar'. At the bottom, a message states 'É necessário escolher variável coluna!'.

Escolha em “Seleção Geográfica” o seu município e depois em “Variável Coluna” e “Variável Linha”, as variáveis do CadÚnico, conforme a pesquisa que deseja realizar, considerando “Famílias e Pessoas” e as suas variações (família/família; pessoa/pessoa; família/pessoa; pessoa/família).

This is a close-up of the 'Gerar tabela apresentando:' section from the screenshot above. It shows four buttons: 'Valor Absoluto', '% Total', '% por Linha', and '% por Coluna'.

Após o preenchimento de todos os campos da pesquisa, clique em “Gerar tabela”. Nesse campo o resultado da tabulação das variáveis será gerado considerando tanto valores absolutos quanto a porcentagem total, por linha ou por coluna.

2.2.2.2 Frequência Simples

Admite a tabulação de apenas uma variável (família ou pessoa) e a utilização de filtros.

Em “Variável Coluna” selecione a variável desejada e, em seguida, escolha uma das opções em “Gerar tabela”.

Tanto na tabulação quanto na frequência simples, após a geração da tabela, é possível extrair um arquivo na extensão CSV (planilha do Excel). Para selecionar os dados que deseja inserir ou excluir nesse arquivo, basta acessar a opção “Clique aqui para escolher os campos para extração” que aparece logo abaixo da tabela que foi gerada. O sistema abrirá uma tela com as opções de campos que poderão ser marcados ou desmarcados para personalizar a pesquisa.

Tabulação Família

| | Estado cadastral da família | | | Total |
|------------------------|-----------------------------|---------------|--------------|---------------|
| | Sem Registro Civil | Cadastrado | Sem Resposta | |
| MG Abadia dos Dourados | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% |
| Total | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% |

Tabulação Pessoa

| | Estado cadastral da família | | | Total |
|------------------------|-----------------------------|---------------|--------------|---------------|
| | Sem Registro Civil | Cadastrado | Sem Resposta | |
| MG Abadia dos Dourados | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% |
| Total | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% |

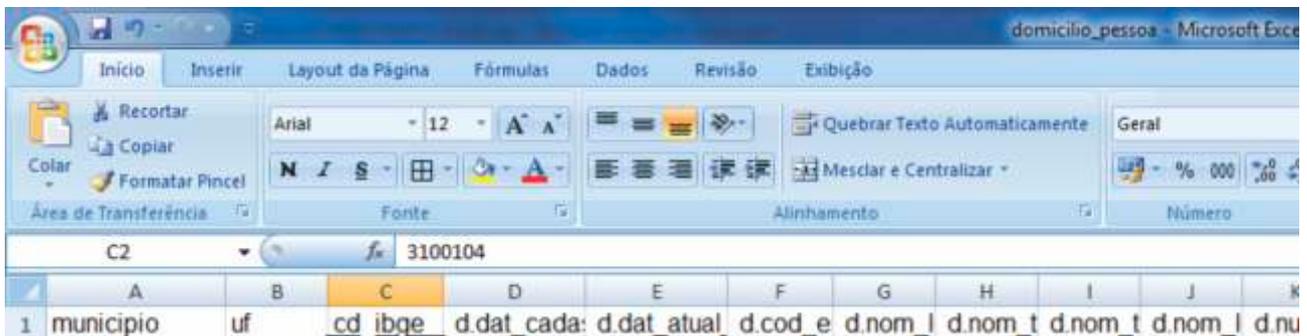
[Clique aqui para escolher os campos para extração.](#)

Os campos que aparecerão para escolha consistem nas variáveis do Cadastro. Os profissionais poderão selecionar até 31 campos para extração. Para finalizar a seleção, clique em “Fechar” na parte superior do menu.

| MDS.gov.br | | | |
|-------------------------------------|---|---|-------------------------------------|
| Fechar | | | |
| Escolha os campos para exportação : | | | |
| Bloco | Descrição | Respostas | Exportação |
| 1 | Código familiar | | <input type="checkbox"/> |
| 1 | Data de cadastramento da família | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Data da última atualização da família | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Estado cadastral da família | 2 - Sem Registro Civil 3 - Cadastrado | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Forma de coleta | 0 - Informação migrada como inexistente 1 - Sem visita Domiciliar 2 - Com visita domiciliar | <input type="checkbox"/> |
| 1 | Data da entrevista | | <input type="checkbox"/> |
| 1 | Nome da localidade | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Tipo de logradouro | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Título do logradouro | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Nome do logradouro | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Número do endereço | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Complemento do número do endereço | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Complemento adicional do endereço | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | CEP | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Código da unidade territorial local | | <input type="checkbox"/> |
| 1 | Nome da unidade territorial local | | <input type="checkbox"/> |
| 1 | Referência para localização do endereço | | <input type="checkbox"/> |
| 1 | Nome do entrevistador | | <input type="checkbox"/> |
| 1 | CPF do entrevistador | | <input type="checkbox"/> |
| 1 | Valor da renda familiar per capita | | <input type="checkbox"/> |
| 1 | Faixa da renda familiar per capita | 1-Até R\$77,00 2-Entre R\$77,01 até R\$154,00 3-Entre R\$154,01 até 1/2 S.M. 4-Acima de 1/2 S.M. | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Valor da renda total da família | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Recebe PBF família | 0 - Não 1 - Sim | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 1 | Número de meses após a última atualização cadastral | 0 - até 12 Meses 1 - 13 a 18 Meses 2 - 19 a 24 Meses 3 - 25 a 36 Meses 4 - 37 a 48 Meses 5 - acima de 48 Meses | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 2 | Situação do domicílio | 1 - Urbanas 2 - Rurais | <input type="checkbox"/> |
| 2 | Espécie do domicílio | 1 - Particular Permanente 2 - Particular Improvisado 3 - Coletivo | <input type="checkbox"/> |
| 2 | Quantidade de cômodos do domicílio | | <input type="checkbox"/> |
| 2 | Cômodo servindo como dormitório do domicílio | 1 - Terra 2 - Cimento 3 - Madeira aproveitada | <input type="checkbox"/> |

Caso queira extrair os dados da pesquisa realizada para o computador basta clicar na figura  que aparece ao lado de cada valor na tabela. O sistema baixará duas planilhas: a primeira contendo os dados solicitados na pesquisa e a segunda com um dicionário das variáveis.

Nome do arquivo



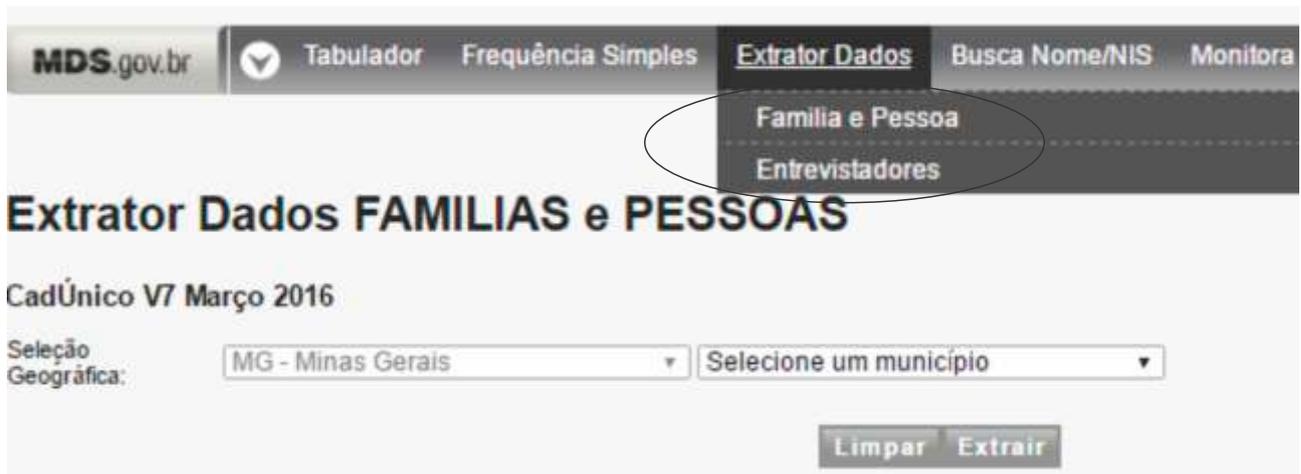
Nome das variáveis

| A | B |
|--------------------------------|--|
| campo | descricao |
| municipio | nome do municipio |
| uf | uf do municipio |
| cd_ibge | codigo do ibge do municipio |
| d.dat_cadastramento_fam | Data de cadastramento da familia |
| d.dat_atual_fam | Data da ultima atualizacao da familia |
| d.cod_est_cadastral_fam | Estado cadastral da familia |
| d.nom_localidade_fam | Nome da localidade |
| d.nom_tip_logradouro_fam | Tipo de logradouro |
| d.nom_titulo_logradouro_fam | Titulo do logradouro |
| d.nom_logradouro_fam | Nome do logradouro |
| d.num_logradouro_fam | Numero do endereco |
| d.des_complemento_fam | Complemento do numero do endereco |
| d.des_complemento_adic_fam | Complemento adicional do endereco |
| d.num_cep_logradouro_fam | CEP |
| d.fx_rfpc | Faixa da renda familiar per capita |
| d.vlr_renda_total_fam | Valor da renda total da familia |
| d.marc_pbf | Recebe PBF familia |
| d.qtd_pessoa_inter_65_anos_fam | Quantidade de pessoas internadas faixa 60 anos ou mais |
| d.val_desp_energia_fam | Valor de despesas com energia |
| p.cod_est_cadastral_memb | Estado cadastral da pessoa |
| p.nom_pessoa | Nome |
| p.num_nis_pessoa_atual | NIS |
| p.nom_apelido_pessoa | Apelido/Nome Social |
| p.cod_sexo_pessoa | Sexo |
| p.dta_nasc_pessoa | Data de nascimento |
| p.cod_parentesco_rf_pessoa | Relacao de parentesco com o responsavel familiar |
| p.cod_local_nascimento_pessoa | Local de nascimento |
| p.sig_uf_munic_nasc_pessoa | UF de nascimento da pessoa |
| p.nom_pais_origem_pessoa | nome do pais de nascimento da pessoa |
| p.cod_pais_origem_pessoa | codigo do pais de nascimento da pessoa, no formato nn |
| p.fx_idade | Faixa etaria |

Dicionário de variáveis

2.2.2.3 Extrator de Dados

Outra forma de extrair dados no CECAD é por meio do extrator de dados. Essa funcionalidade permite a extração de informações gerais de todas as famílias inscritas no CadÚnico na base geográfica selecionada e também gera um arquivo na extensão CSV (planilha do Excel).



É possível realizar a extração do arquivo de dados por “Família e Pessoas” ou por “Entrevistadores”.



Faça a “Seleção Geográfica” e clique em extrair. Em seguida escolha a opção que deseja baixar: arquivo “Domicílio” ou “Pessoa”.

MDS.gov.br | Tabulador | Frequência Simples | Extrator Dados | Busca Nome/NIS

Extrator Dados FAMILIAS e PESSOAS

CadÚnico V7 Março 2016

Seleção Geográfica:

[Domicílio Gerado: 27/05/2016 23:15](#)

[Pessoa Gerado: 28/05/2016 07:06](#)

Para extrair dados por “Entrevistador” basta fazer a seleção geográfica e escolher o período em que ocorreram as entrevistas.

MDS.gov.br | Tabulador | Frequência Simples | Extrator Dados | Busca Nome/NIS | Monitora | Documentos | S

CadÚnico V7 Março 2016

Seleção Geográfica:

Período de realização das entrevistas de: até

Entrevistador por periodo

Ano Quantidade

2.2.2.4 Busca Nome/NIS

Acessa informações detalhadas da pessoa, constantes da base de dados do CadÚnico por meio do seu nome, NIS ou CPF.

O usuário deverá preencher pelo menos uma das informações. Caso seja preenchido o nome, deverá ser registrado o nome completo e a Unidade da Federação e/ou município.

| NIS | Família | Nome | Sexo | UF | IBGE | Município | Data Nasc | Relação de parentesco |
|-------------|-------------|--------------------------------|------|----|---------|-----------|------------|--|
| 18099941925 | 01904807156 | atela ferreira dos santos reis | F | MG | 3112902 | Capitão | 18/04/1979 | 1- Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF |

Ao clicar no ícone ao lado do “NIS”, “Família” ou “Nome”, aparecerá um sumário apresentando todas as variáveis do formulário.

- ▼ **Bloco : Identificação e controle**
- ▼ **Bloco : Características do Domicílio**
- ▼ **Bloco : Família**
- ▼ **Bloco : Identificação da Pessoa**
- ▼ **Bloco : Documentos**
- ▼ **Bloco : Pessoas com Deficiência**
- ▼ **Bloco : Escolaridade**
- ▼ **Bloco : Trabalho e Remuneração**

Ao clicar nas setas, aparecerão todas as informações vinculadas ao NIS/Nome ou CPF pesquisado, com a mesma configuração do formulário CadÚnico.

2.2.2.5 Filtros

É possível acrescentar vários filtros à pesquisa. Por meio da marcação dessa opção no CECAD, eles aparecerão distribuídos em grupos e subgrupos possibilitando uma diversidade de construções a partir das mesmas variáveis.

| | |
|--|---|
| Estado cadastral da família | 2 - Sem Registro Civil |
| | 3 - Cadastrado |
| Faixa da renda familiar per capita | 1 - Até R\$77,00 |
| | 2 - Entre R\$77,01 até R\$154,00 |
| | 3 - Entre R\$ 154,01 até 1/2 salário mínimo |
| | 4 - Acima de 1/2 salário mínimo |
| Recebe PBF família | 0 - Não |
| | 1 - Sim |
| Número de meses após a última atualização cadastral | 0 - até 12 Meses |
| | 1 - 13 a 18 Meses |
| | 2 - 19 a 24 Meses |
| | 3 - 25 a 36 Meses |
| | 4 - 37 a 48 Meses |
| | 5 - acima de 48 Meses |
| Situação do domicílio | 1 - Urbanas |
| | 2 - Rurais |
| Família Indígena | 1 - Sim |
| | 2 - Não |
| Família quilombola | 1 - Sim |
| | 2 - Não |
| Estado cadastral da pessoa | 2 - Sem Registro Civil |
| | 3 - Cadastrado |
| | 5 - Aguardando NI |
| | 6 - Validando NIS |

| | |
|---|-------------------------------|
| Sexo | 1 - Masculino |
| | 2 - Feminino |
| Relação de parentesco com o responsável familiar | 1 - RF |
| | 2 - Cônjuge ou companheiro(a) |
| | 3 - Filho(a) |
| | 4 - Enteadado(a) |
| | 5 - Neto(a) ou bisneto(a) |
| | 6 - Pai ou mãe |
| | 7 - Sogro(a) |
| | 8 - Irmão ou irmã |
| | 9 - Genro ou nora |
| | 10 - Outro parente |
| | 11 - Não parente |
| Cor ou raça | 1 - Branca |
| | 2 - Preta |
| | 3 - Amarela |
| | 4 - Parda |
| | 5 - Indígena |
| Faixa etária | 0 - Entre 0 e 4 |
| | 1 - Entre 5 a 6 |
| | 2 - Entre 7 a 15 |
| | 3 - Entre 16 a 17 |
| | 4 - Entre 18 a 24 |
| | 5 - Entre 25 a 34 |
| | 6 - Entre 35 a 39 |
| | 7 - Entre 40 a 44 |
| | 8 - Entre 45 a 49 |
| | 9 - Entre 50 a 54 |
| | 10 - Entre 55 a 59 |
| | 11 - Entre 60 a 64 |
| 12 - Maior que 65 | |

| | |
|--|--|
| Situação de Rua | 0 - Não |
| | 1 - Sim |
| Recebe PBF pessoa | 0 - Não |
| | 1 - Sim |
| Pessoa tem deficiência | 1 - Sim |
| | 2 - Não |
| Pessoa sabe ler e escrever | 1 - Sim |
| | 2 - Não |
| Grupos tradicionais e específicos | 101 - Família Cigana |
| | 201 - Família Extrativista |
| | 202 - Família de Pescadores Artesanais |
| | 203 - Família Pertencente à Comunidade de Terreiro |
| | 204 - Família Ribeirinha |
| | 205 - Família Agricultores Familiares |
| | 301 - Família Assentada da Reforma Agrária |
| | 302 - Família Beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário |
| | 303 - Família Acampada |
| | 304 - Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura |
| | 305 - Família de Preso do Sistema Carcerário |
| | 306 - Família Catadores de Material Reciclável |
| 0 - Nenhuma | |

Nesse tópico aprendemos como utilizar cada uma das funcionalidades do CECAD para consultar e extrair arquivos com dados do CadÚnico. Nos próximos tópicos, mostraremos com exemplos as possíveis formas de identificação de alguns públicos prioritários da PSB por meio desse sistema.

2.3 O CECAD na Identificação dos Públicos Prioritários

A partir de agora, demonstraremos como os profissionais poderão – por meio de consultas e extração de arquivos no CECAD – identificar alguns públicos prioritários para as ofertas da PSB e, dessa forma, obter resultados bem mais eficazes no processo de busca ativa.

Selecionamos alguns públicos considerando as variáveis existentes no CadÚnico como:

- **Faixa etária:** Propicia a identificação do público por ciclos de vida, como a presença de crianças, adolescentes e idosos em famílias vulneráveis;
- **Trabalho infantil:** Permite identificar uma das violações de direitos que acometem crianças e adolescentes;

- **Pessoas com deficiência:** A identificação desse público facilita o processo de busca ativa e o planejamento de atividades acessíveis ou em domicílio;
- **Domicílio:** Evidencia a presença de populações rurais que, devido à configuração geográfica dos municípios, encontram-se distantes das ofertas da PSB;
- **Família:** Identifica as famílias indígenas e quilombolas com perfil CadÚnico.

2.3.1 A Identificação da Pessoa Idosa Utilizando o CECAD

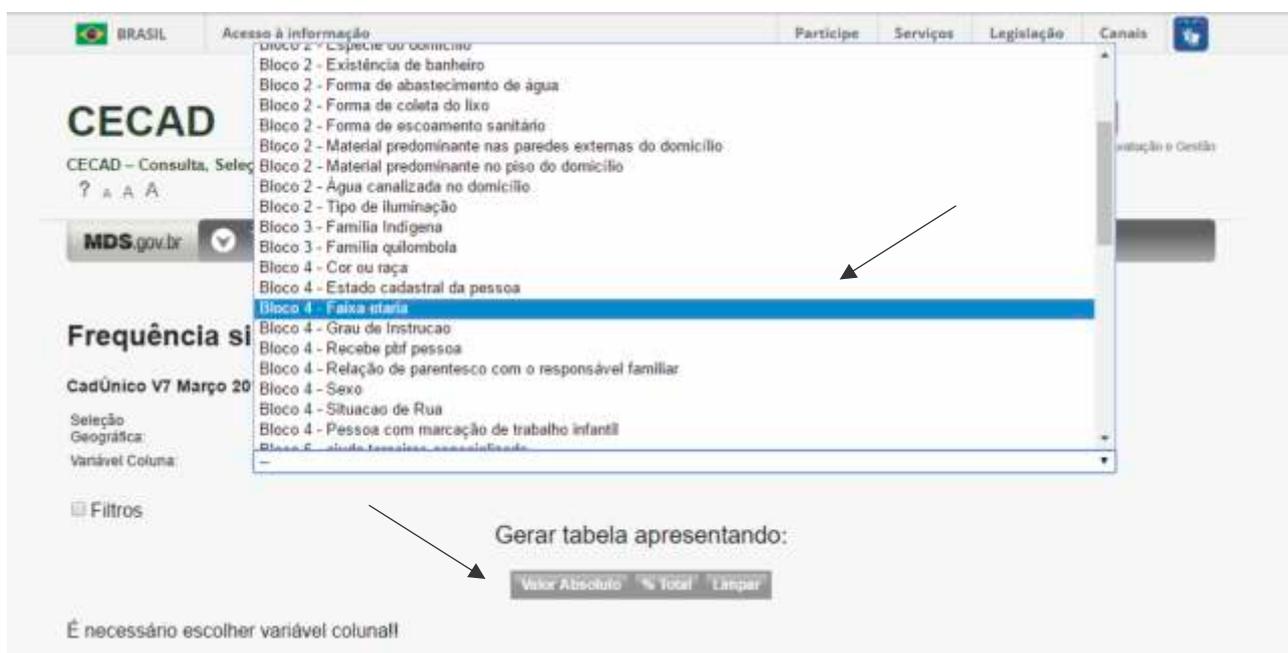
O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) dispõe sobre a regulação dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e estabelece que o idoso goza de todos os direitos fundamentais, da proteção integral e de todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental. Além disso, estabelece que é obrigação da família, da sociedade e do poder público, assegurar ao idoso absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

A sociedade brasileira apresenta índices crescentes de população idosa e as ofertas da PSB devem se adequar a essa realidade. A proteção de pessoas idosas requer o aperfeiçoamento das ações de prevenção e proteção, sobretudo aquelas que demandam a articulação intersetorial. Identificar a presença desse público no território do CRAS é também uma ferramenta importante para instigar esse diálogo.

Uma das formas de identificar a população idosa a partir do CECAD é clicando na aba “Frequência Simples” e selecionando a opção “Família e Pessoa”, conforme a tela a seguir:



Em seguida, aparecerá a tela demonstrada abaixo, na qual a variável “Faixa etária” deverá ser selecionada.



Após selecionar a opção “Faixa etária”, clique no botão “Valor Absoluto” e aparecerá a tabela com as informações sobre todas as pessoas e famílias cadastradas no CadÚnico, divididas por faixa etária:

Valor Absoluto % Total Limpar

Tabulação Família

| | Faixa etária | | | | | | | | | | | | | | Total |
|------------------------|--------------|-------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|--------------|--------------|
| | Entre 0 e 4 | Entre 5 a 6 | Entre 7 a 15 | Entre 16 a 17 | Entre 18 a 24 | Entre 25 a 34 | Entre 35 a 39 | Entre 40 a 44 | Entre 45 a 49 | Entre 50 a 54 | Entre 55 a 59 | Entre 60 a 64 | Maiores que 65 | Sem Resposta | |
| MG Abadia dos Dourados | 132 | 75 | 345 | 112 | 212 | 269 | 173 | 168 | 178 | 127 | 110 | 87 | 148 | 0 | 2.136 |
| Total | 132 | 75 | 345 | 112 | 212 | 269 | 173 | 168 | 178 | 127 | 110 | 87 | 148 | 0 | 2.136 |

Tabulação Pessoa

| | Faixa etária | | | | | | | | | | | | | | Total |
|------------------------|--------------|-------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|--------------|--------------|
| | Entre 0 e 4 | Entre 5 a 6 | Entre 7 a 15 | Entre 16 a 17 | Entre 18 a 24 | Entre 25 a 34 | Entre 35 a 39 | Entre 40 a 44 | Entre 45 a 49 | Entre 50 a 54 | Entre 55 a 59 | Entre 60 a 64 | Maiores que 65 | Sem Resposta | |
| MG Abadia dos Dourados | 146 | 78 | 467 | 117 | 250 | 317 | 190 | 186 | 191 | 135 | 116 | 93 | 177 | 0 | 2.463 |
| Total | 146 | 78 | 467 | 117 | 250 | 317 | 190 | 186 | 191 | 135 | 116 | 93 | 177 | 0 | 2.463 |

Ao clicar no ícone  será gerada a planilha contendo todos os campos selecionados na pesquisa relacionados à população idosa.

É possível atribuir mais especificidade à pesquisa de pessoas idosas por meio da utilização da variável “Identificação da pessoa”, com a inserção de filtros de “Faixa etária”.

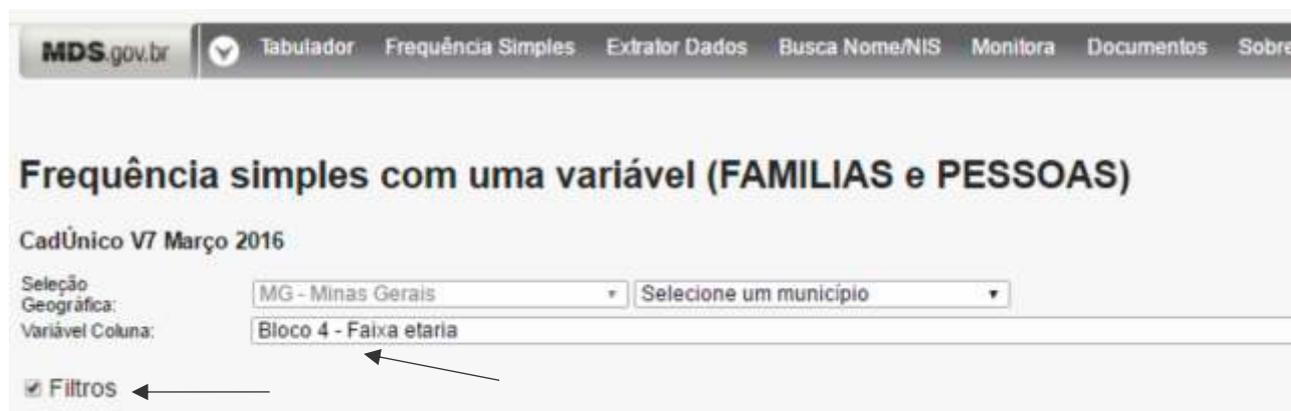
Pode-se, ainda, utilizar a variável “Endereço”, campo “Bairro”, para obter, por exemplo, o número de idosos que residem em cada bairro referenciado ao CRAS ou até mesmo no território de abrangência. Ao gerar tabelas, o profissional poderá fazer comparações sobre a concentração ou dispersão desse público nas áreas urbana e rural.

Outra forma de se obter dados capazes de subsidiar a caracterização desse público é por meio da extração e análise de um arquivo que contenha todas as variáveis e filtros possíveis, como: renda, despesas, residência em instituições de acolhimento, hospitalização, se mora sozinho ou com a família, os serviços públicos em que é atendido, documentação civil, cor/raça, nacionalidade, aposentadoria, escolaridade, gastos com medicamentos, se é pessoa com deficiência e qual o tipo de deficiência, se recebe o BPC, se precisa de cuidados permanentes de terceiros, entre outros.

2.3.2 A Identificação de Crianças e Adolescentes Utilizando o CECAD

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Identificar essa faixa etária no CECAD é o primeiro passo para a caracterização de algumas vulnerabilidades que podem incidir sobre famílias com pessoas nessa faixa etária. Demonstraremos no exemplo a seguir:

Selecione a aba “Frequência Simples”. Faça a seleção geográfica e escolha a variável “Faixa etária”, e marque a opção filtros, conforme a tela abaixo:



Em seguida, marque a opção “Filtros” e selecione os intervalos de “Faixa etária” que deseja que apareça na pesquisa.

É possível também selecionar as faixas etárias por meio dos filtros.

Faixa etária

- 0-Entre 0 e 4
- 1-Entre 5 a 6
- 2-Entre 7 a 15
- 3-Entre 16 a 17
- 4-Entre 18 a 24
- 5-Entre 25 a 34
- 6-Entre 35 a 39
- 7-Entre 40 a 44
- 8-Entre 45 a 49
- 9-Entre 50 a 54
- 10-Entre 55 a 59
- 11-Entre 60 a 64
- 12- Maior que 65

Clique na opção “Gerar tabela” por “Valor Absoluto”:

Tabulação Família

| | Faixa etária | | | | | | | | | | | | | Sem Resposta | Total | |
|--------------|----------------|----------------|------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|----------|------------------|
| | Entre 0 e 4 | Entre 5 a 6 | Entre 7 a 15 | Entre 16 a 17 | Entre 18 a 24 | Entre 25 a 34 | Entre 35 a 39 | Entre 40 a 44 | Entre 45 a 49 | Entre 50 a 54 | Entre 55 a 59 | Entre 60 a 64 | Maior que 65 | | | |
| Minas Gerais | 525.258 | 290.896 | 1.043.079 | 346.601 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.205.834 |
| Total | 525.258 | 290.896 | 1.043.079 | 346.601 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.205.834 |

Tabulação Pessoa

| | Faixa etária | | | | | | | | | | | | | Sem Resposta | Total | |
|--------------|----------------|----------------|------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|----------|------------------|
| | Entre 0 e 4 | Entre 5 a 6 | Entre 7 a 15 | Entre 16 a 17 | Entre 18 a 24 | Entre 25 a 34 | Entre 35 a 39 | Entre 40 a 44 | Entre 45 a 49 | Entre 50 a 54 | Entre 55 a 59 | Entre 60 a 64 | Maior que 65 | | | |
| Minas Gerais | 601.635 | 301.078 | 1.530.964 | 366.483 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.800.160 |
| Total | 601.635 | 301.078 | 1.530.964 | 366.483 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.800.160 |

Ao clicar no ícone  será gerada a planilha contendo todos os campos listados na pesquisa relacionados às faixas etárias selecionadas.

O arquivo gerado fornece dados variados como a relação de parentesco com o RF – filho(a), enteado(a), neto(a) ou bisneto(a), não parente, irmão ou irmã – o que pode servir de base para a compreensão da configuração familiar em que a criança ou adolescente estão inseridos.

Permite, ainda, saber se a criança foi registrada em cartório civil, se possui outros documentos de identificação, se tem alguma deficiência, se recebe cuidados permanentes da família, de terceiros ou de entidade da rede socioassistencial.

A escolaridade é uma variável importante a ser analisada para esse ciclo de vida, pois traz um histórico do acesso à educação, desde a creche ou pré-escola que a criança frequenta.

Outro fator importante que deve ser analisado é o afastamento da criança do núcleo familiar. Por meio da variável “Família” é possível saber se houve afastamento da criança ou adolescente por período superior a 12 meses. Esses dados são relevantes para que os profissionais possam planejar ações visando à manutenção do convívio familiar e comunitário.

São inúmeras as peculiaridades do trabalho com esse público, pois as primeiras experiências das crianças, os vínculos que elas criam e os primeiros aprendizados, afetam profundamente o seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. Por isso é preciso conhecer os diversos contextos e configurações familiares nas quais estão inseridas para aprimorar práticas preventivas que lhes garantam segurança para um desenvolvimento saudável.

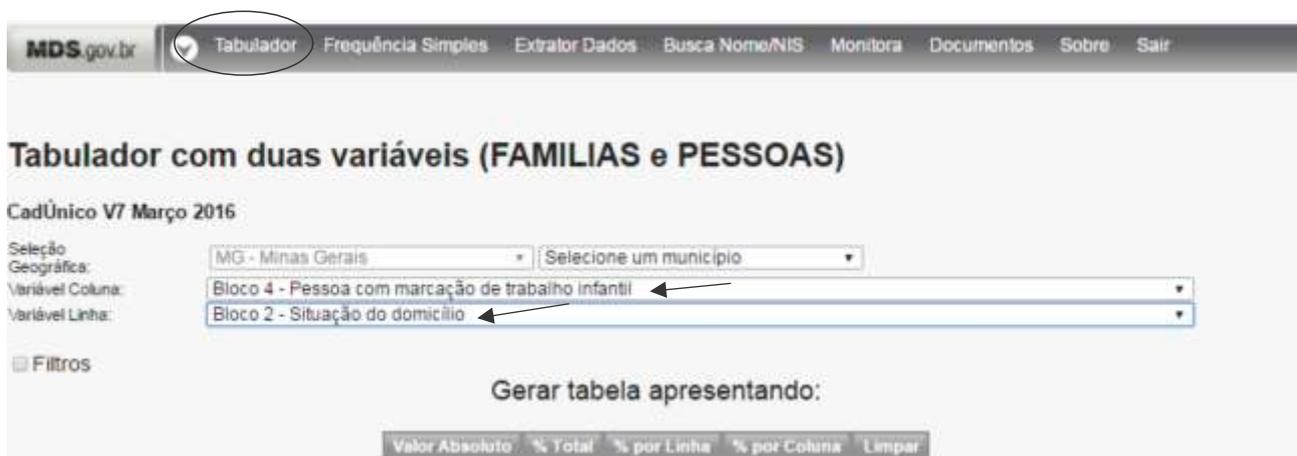
No item seguinte apresentaremos, a partir das variáveis do CECAD, uma das formas de identificação de riscos a que esse público está suscetível.

2.3.3 A Identificação do Trabalho Infantil Utilizando o CECAD

A identificação de crianças e adolescentes no território do CRAS é fundamental para a elaboração de ações continuadas que possam minimizar as diversas situações de desproteções que acometem esse público. Uma das mais preocupantes é o trabalho infantil.

Vamos demonstrar como obter informações sobre esse público por meio da funcionalidade “Tabulação” com duas variáveis.

Após clicar na aba “Tabulação”, selecione a opção “Família e pessoa”. Em seguida faça a “Seleção Geográfica” e depois escolha em “Variável Coluna” a opção “Pessoa com marcação de trabalho infantil” e em “Variável Linha”: “Situação do domicílio”.



Para gerar a tabela clique na opção “Valor Absoluto”.

Gerar tabela apresentando:

Valor Absoluto % Total % por Linha % por Coluna Limpar

Tabulação Família

| Situação do domicílio | Pessoa com marcação de trabalho infantil | | | Total |
|-----------------------|--|------------------|--------------|------------------|
| | Sim | Não | Sem Resposta | |
| Urbanas | 5.859 | 2.009.387 | 0 | 2.015.246 |
| Rurais | 1.951 | 488.096 | 0 | 490.047 |
| Sem Resposta | 1 | 6.963 | 0 | 6.964 |
| Total | 7.811 | 2.504.446 | 0 | 2.512.257 |

Tabulação Pessoa

| Situação do domicílio | Pessoa com marcação de trabalho infantil | | | Total |
|-----------------------|--|------------------|--------------|------------------|
| | Sim | Não | Sem Resposta | |
| Urbanas | 7.553 | 5.960.581 | 0 | 5.968.134 |
| Rurais | 2.552 | 1.581.241 | 0 | 1.583.793 |
| Sem Resposta | 1 | 7.117 | 0 | 7.118 |
| Total | 10.106 | 7.548.939 | 0 | 7.559.045 |

Ao clicar no ícone  será gerada uma planilha que conterà todos os campos selecionados na pesquisa relacionados à população em situação de trabalho infantil.

A partir desses dados, os profissionais poderão programar a busca ativa desse público por área, território ou bairro de maior incidência, por maior vulnerabilidade de renda, entre outros.

2.3.4 A Identificação da Pessoa com Deficiência Utilizando o CECAD

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A restrição de participação é uma das questões mais relevantes para o trabalho com esse público no campo das proteções sociais. Visando evitar que esse direito seja constantemente violado, é necessário um planejamento acessível por meio do conhecimento das especificidades da pessoa com deficiência e da sua localização no território.

A “variável 6” no CECAD apresenta o tipo de ajuda que é recebida ou não pela pessoa com deficiência e os tipos de deficiência, como demonstrado na figura abaixo. Essas informações poderão ajudar na identificação, caracterização e inclusão desse público nas ações da PSB e em outras ações da rede intersetorial.

Bloco 6 - ajuda terceiros especializada

- Bloco 6 - ajuda terceiros família
- Bloco 6 - ajuda terceiros instituição
- Bloco 6 - ajuda terceiros não recebida
- Bloco 6 - ajuda terceiros outra forma
- Bloco 6 - ajuda terceiros vizinhos
- Bloco 6 - deficiência cegueira
- Bloco 6 - deficiência down
- Bloco 6 - deficiência física
- Bloco 6 - deficiência mental
- Bloco 6 - deficiência surdez leve
- Bloco 6 - deficiência surdez severa
- Bloco 6 - deficiência transtorno mental
- Bloco 6 - deficiência visão
- Bloco 6 - pessoa tem deficiência

Vamos mostrar como identificar pessoas com deficiência a partir de um exemplo:

The screenshot shows the 'Tabulador' interface on MDS.gov.br. The title is 'Tabulador com duas variáveis (PESSOAS)'. The configuration is as follows:

- Seleção Geográfica: MG - Minas Gerais
- Variável Coluna: Bloco 6 - deficiência mental
- Variável Linha: Bloco 6 - ajuda terceiros instituição
- Opção de Filtros: Desselecionada
- Opção de Geração: Valor Absoluto

The resulting table is titled 'Tabulação Pessoa' and shows the following data:

| | deficiência mental | | | Total |
|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|------------------|
| | ajuda terceiros instituição | Opção não marcada no formulário | Opção marcada no formulário | |
| Opção não marcada no formulário | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Opção marcada no formulário | 0 | 8.119 | 7.781 | 15.900 |
| Sem Resposta | 0 | 63.581 | 7.479.564 | 7.543.145 |
| Total | 0 | 71.700 | 7.487.345 | 7.559.045 |

Na aba “Tabulador” selecione a opção “Pessoas”, faça a “Seleção Geográfica” e acrescente as variáveis: “deficiência mental” e “ajuda terceiros instituição”. Ao gerar a tabela por “Valor Absoluto” aparecerá uma tabela contendo informações de todas as pessoas com deficiência mental que recebem cuidados permanentes de instituições da rede socioassistencial.

Além disso, através do cruzamento das variáveis do CECAD, obtém-se informações como faixas etárias com maior incidência de deficiências, tipos de deficiência e a dependência de

terceiros, situações de afastamento do domicílio, deficientes com acesso ao BPC que desenvolvem atividades remuneradas, que frequentam à escola e que possuem documentação civil, entre outros.

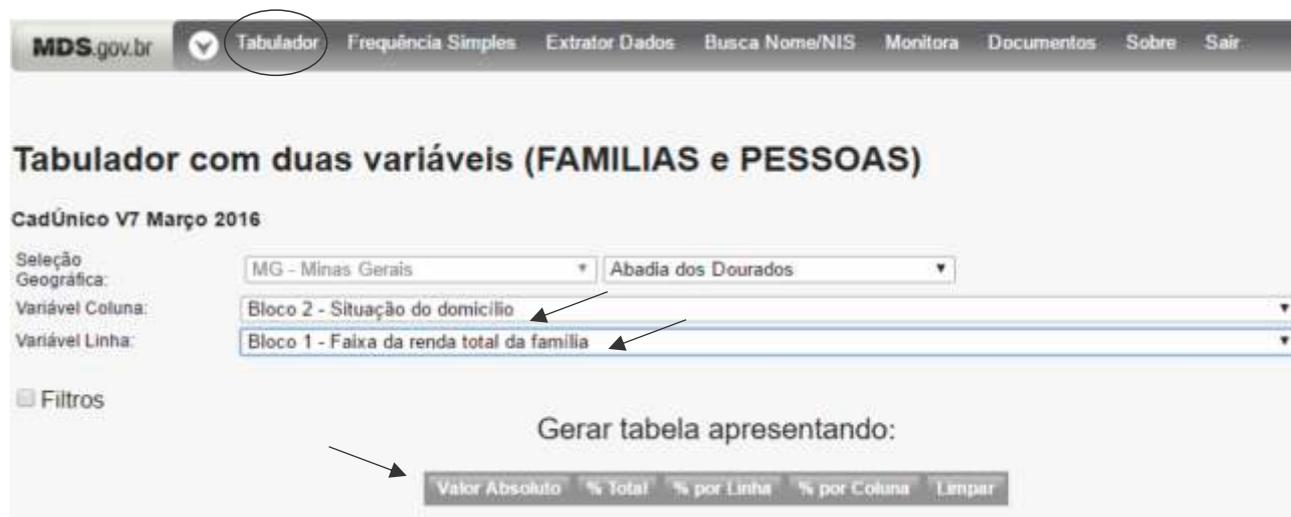
2.3.5 A Identificação da População Rural Utilizando o CECAD

A variável que identifica a população que reside em área rural é denominada “Situação do domicílio”. A partir dessa variável, é possível realizar o cruzamento com todas as outras disponibilizadas pelo CECAD para identificar e caracterizar as famílias que residem no meio rural.

Algumas variáveis importantes que devem ser consideradas pela equipe técnica são: “Faixa da renda total da família”, “Faixa da renda familiar per capita”, “Recebe PBF família”, “Faixa etária”, “Recebe PBF Pessoa”, “Situação de Rua”, “Pessoa com marcação de trabalho infantil”, “Pessoa tem deficiência”, “Pessoa frequenta a escola”, “Atividade extrativista”, “Pessoa trabalhou na semana passada”.

Vejamos um exemplo. Vamos considerar as famílias residentes em área rural em situação de vulnerabilidade relacionada à renda. Para isso, utilizaremos a variável “Situação do domicílio” e “Faixa da renda total da família”.

Após acessar o CECAD clique em “Tabulador” e, em seguida, em “Família e Pessoa”. Na tela seguinte selecione em “Variável Coluna” a opção “Situação do domicílio” e em “Variável Linha” a opção “Faixa da renda familiar per capita”, em seguida clique no botão “Valor Absoluto”.



Será apresentada uma tela com as informações de todas as pessoas e famílias que residem em áreas urbanas e rurais, divididas por faixa de renda total da família.

Tabulação Família

| Faixa da renda total da família | Situação do domicílio | | | Total |
|---------------------------------|-----------------------|------------|--------------|------------|
| | Urbanas | Rurais | Sem Resposta | |
| Até 1 S.M. | 540 📄 | 161 📄 | 0 | 701 |
| Entre 1 e 2 S.M. | 185 📄 | 18 📄 | 0 | 203 |
| Entre 2 e 3 S.M. | 7 📄 | 0 | 0 | 7 |
| Acima de 3 S.M. | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem Resposta | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 732 | 179 | 0 | 911 |

Tabulação Pessoa

| Faixa da renda total da família | Situação do domicílio | | | Total |
|---------------------------------|-----------------------|------------|--------------|--------------|
| | Urbanas | Rurais | Sem Resposta | |
| Até 1 S.M. | 1.314 📄 | 543 📄 | 0 | 1.857 |
| Entre 1 e 2 S.M. | 524 📄 | 57 📄 | 0 | 581 |
| Entre 2 e 3 S.M. | 25 📄 | 0 | 0 | 25 |
| Acima de 3 S.M. | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem Resposta | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 1.863 | 600 | 0 | 2.463 |

No nosso exemplo, vamos considerar somente a faixa de renda de até 1 salário mínimo, considerando a “Tabulação Família”. Para isso, clique no ícone ao lado da faixa de renda “Até 1 SM” referente a domicílios rurais para ter acesso aos dados dessas famílias:

Tabulação Família

| Faixa da renda total da família | Situação do domicílio | | | Total |
|---------------------------------|-----------------------|------------|--------------|------------|
| | Urbanas | Rurais | Sem Resposta | |
| Até 1 S.M. | 540 📄 | 161 📄 | 0 | 701 |
| Entre 1 e 2 S.M. | 185 📄 | 18 📄 | 0 | 203 |
| Entre 2 e 3 S.M. | 7 📄 | 0 | 0 | 7 |
| Acima de 3 S.M. | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem Resposta | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 732 | 179 | 0 | 911 |

Ao clicar no ícone 📄 será gerada uma planilha de Excel com dados relacionados à população rural com vulnerabilidade de renda.

2.3.6 A Identificação da População Quilombola Utilizando o CECAD

O CadÚnico, conforme a Portaria 177 (BRASIL, 2011), se utiliza do mesmo entendimento de quilombola que dispõe o art. 2º do Decreto nº 4.887 (BRASIL, 2003): “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, [...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Tratam-se de populações com especificidades próprias que demandam uma atenção especial. Isso se deve ao fato de que esses grupos ainda enfrentam dificuldades quanto ao seu pertencimento a determinados territórios e, em alguns casos, seu próprio autorreconhecimento está comprometido.

O CECAD permite identificar essa população na base do CadÚnico por meio da “Variável família”. Vamos demonstrar como isso é possível utilizando a funcionalidade tabulador juntamente com as variáveis “Família quilombola” e “Situação do domicílio”.

Tabulador com duas variáveis (FAMILIAS)

CadÚnico V7 Março 2016

Seleção Geográfica: MG - Minas Gerais | Seleccione um município

Variável Coluna: Bloco 3 - Família quilombola

Variável Linha: Bloco 2 - Situação do domicílio

Filtros

Gerar tabela apresentando:

Valor Absoluto | % Total | % por Linha | % por Coluna | Limpar

Tabulação Família

| Situação do domicílio | Família quilombola | | | Total |
|-----------------------|--------------------|------------------|--------------|------------------|
| | Sim | Não | Sem Resposta | |
| Urbanas | 2.416 | 2.006.976 | 0 | 2.009.392 |
| Rurais | 8.051 | 480.048 | 0 | 488.099 |
| Sem Resposta | 3 | 6.960 | 0 | 6.963 |
| Total | 10.470 | 2.493.984 | 0 | 2.504.454 |

Nesse exemplo é possível verificar a presença da população quilombola tanto no meio urbano como no rural e comparar a área de maior predominância dessas famílias.

2.3.7 A Identificação de Grupos Tradicionais e Específicos Utilizando o CECAD

Vimos no tópico “2.2.3.5 Filtros” que é possível restringir as pesquisas no CECAD enfatizando variáveis ou dados que caracterizem alguns públicos, como é o caso dos grupos tradicionais e específicos. Podemos identificá-los selecionando uma ou duas variáveis e inserindo os filtros 101 a 306 descritos na tabela.

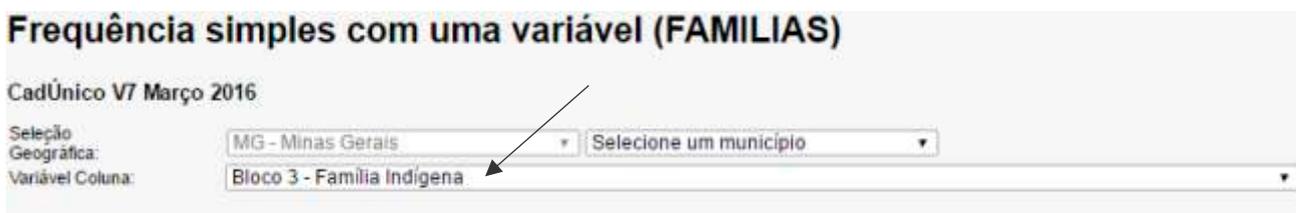


2.3.8 A Identificação da População Indígena Utilizando o CECAD

O Cadastro Único considera povos indígenas, de acordo com a Portaria 177 (BRASIL, 2011), aqueles descendentes de populações que habitavam o país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

Trata-se de populações que, em sua maioria, optam pelo distanciamento, devido às características próprias de seus modos de agir, costumes e tradições. Vamos identificar a frequência dessas famílias indígenas no estado por meio da variável “Família indígena”.

Escolha a aba “Frequência Simples” e, em seguida, adicione o município ou estado que deseja. Em “variável Coluna” selecione “Família indígena”.



Clique em gerar tabela por “valor Absoluto”.

| | Família Indígena | | | Total |
|--------------|------------------|-------|--------------|--------|
| | Sim | Não | Sem Resposta | |
| Minas Gerais | 0,1% | 99,9% | 0,0% | 100,0% |
| Total | 0,1% | 99,9% | 0,0% | 100,0% |

Experimente tabular essa variável com outras disponibilizadas pelo CECAD. Assim, será possível inferir sobre algumas vulnerabilidades relacionadas ao domicílio, à renda, aos ciclos de vida, entre outras informações afetas a esse público.

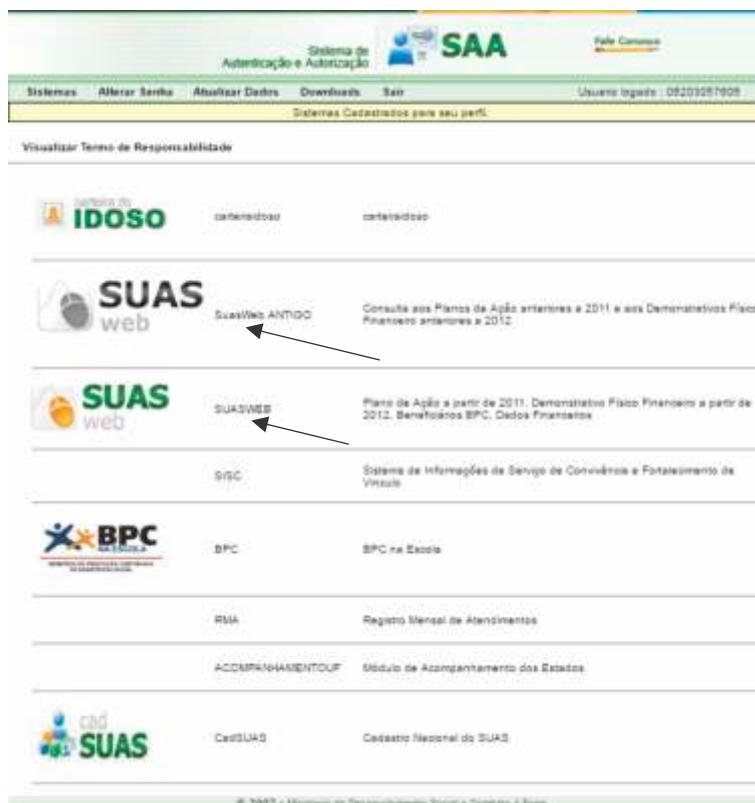
Para obter mais informações sobre as populações rural, quilombola e indígena, consulte o documento: “População Rural: estudo técnico sobre as características e a oferta de serviços da Proteção Social Básica para esse público no Estado de Minas Gerais”.

2.4 O SUASWEB

O SUASWEB é mais um dos sistemas do SUAS por meio do qual podemos extrair dados dos usuários da Assistência Social. Nesse tópico iremos abordar especificamente a funcionalidade Relatórios e aprenderemos a extrair a lista de beneficiários do BPC que se encontram na base geográfica de seu município.

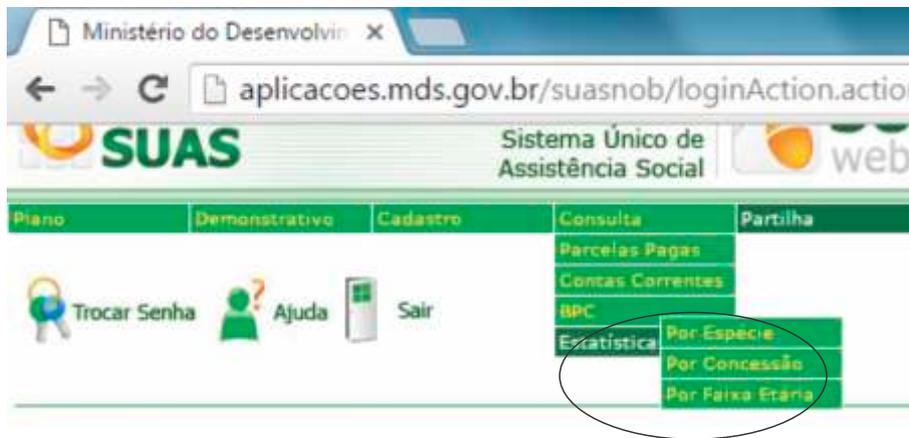
2.4.1 Acesso ao SUASWEB

Para ter acesso às funcionalidades do SUASWEB acesse o SAA no portal do MDS no endereço eletrônico: <http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web/login.action>. Clique em SUASWEB ou em SUASWEB Antigo. Ambas as versões fornecerão acesso às informações dos usuários.



A relação dos beneficiários do BPC do município poderá ser gerada tanto no SUASWEB quanto no SUASWEB Antigo e a consulta pode ser feita considerando: a espécie do benefício, a data de sua concessão e a faixa etária dos beneficiários.

SUASWEB Antigo:



SUASWEB:



2.4.2 Funcionalidades do Relatório BPC

Na opção “Por Espécie” a pesquisa pode ser realizada por BPC idoso, BPC com deficiência, RMV por idade rural, urbano, por invalidez rural e urbano:



Na opção consulta “Por Concessão”, também pode ser inserido o filtro por espécie, realizar restrições à pesquisa por meio da situação do benefício e de sua data inicial e final. Nesse tipo de consulta é possível visualizar o número de concessões e para quais beneficiários foram destinadas. Além disso, o profissional poderá estipular o período que deseja consultar.



Ao clicar em pesquisar será gerada uma tabela com o nome, data da concessão do benefício e o endereço dos beneficiários.

Na opção consulta “Por Faixa Etária”, é permitido saber quantos dos beneficiários do BPC são crianças, adolescentes, idosos ou adultos. Essa identificação é importante para os profissionais da PSB, pois fornece dados capazes de indicar vulnerabilidades relacionadas ao ciclo de vida de seu público-alvo.

2.4.3 A Identificação de Pessoas Beneficiárias do BPC no SUASWEB

O BPC consiste no repasse mensal de um salário mínimo para pessoas idosas acima de 65 anos e pessoas com deficiência com renda mensal de até 1/4 do salário mínimo que não tenham meios de garantir sua sobrevivência ou tê-la garantida por sua família (LOAS, 1993). Demonstraremos como os profissionais poderão identificar esse público a partir das funcionalidades disponibilizadas pelo SUASWEB.

Exemplo:

- Identificar beneficiários crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos com benefício ativo:

No menu selecione a opção “Relatórios”, em seguida “BPC” e escolha a funcionalidade “Por Faixa Etária”.



Escolha a base geográfica, marque a opção “Ativo” em “Situação do Benefício” e insira a faixa etária com em “Idade Inicial de” e “Idade Final até”.

CONSULTA DE BENEFICIÁRIOS BPC POR FAIXA ETÁRIA

UF*: Situação do Benefício:

Município:

Idade Inicial de*:

Espécie: Idade Final até*:

Clique em “Pesquisar” e o sistema fornecerá uma tabela que poderá ser exportada para o computador nos formatos de planilha do Excel ou PDF, contendo:

- Número do benefício;
- Nome do titular;
- Sexo;
- Data de nascimento;
- Município;
- Espécie;
- Tipo do representante;
- Nome do representante;
- Nome do procurador; e,
- Situação do benefício.

« « 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 » »

Exibindo 1 a 50 de 42060 resultados

| ID # | Nome do Titular | Sexo | Nascimento | Município | Espécie | Tipo de Representante | Nome do Representante | Nome do Procurador | Situação do Benefício |
|--------------------------|-----------------|-----------|------------|---------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| 11880123 | | FEMININO | 09/03/2006 | ARACIA DOS DOURADOS | BPC - Pessoa com Deficiência | TUTOR NATO | | | ATIVO |
| 11880124 | | MASCULINO | 04/06/2006 | ARACIA DOS DOURADOS | BPC - Pessoa com Deficiência | TUTOR NATO | | | ATIVO |
| 11880125 | | MASCULINO | 03/03/2002 | ARACIA DOS DOURADOS | BPC - Pessoa com Deficiência | TUTOR NATO | | | ATIVO |

Essas informações irão ajudar os profissionais a elaborar estratégias para a prevenção de violações de direitos desse público, além de poderem utilizar essa ferramenta, em conjunto com outras do SUAS, para dar ainda mais propriedade às pesquisas.

2.5 O Sistema do Programa BPC na Escola

O Programa BPC na Escola foi criado com o objetivo de desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com deficiência, beneficiários do BPC. O Programa tem como diretriz identificar as barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as Políticas de Educação, de Assistência Social, de Saúde e de Direitos Humanos, visando à superação dessas barreiras. São eixos do BPC na Escola:

- Identificar entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola;
- Identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC;

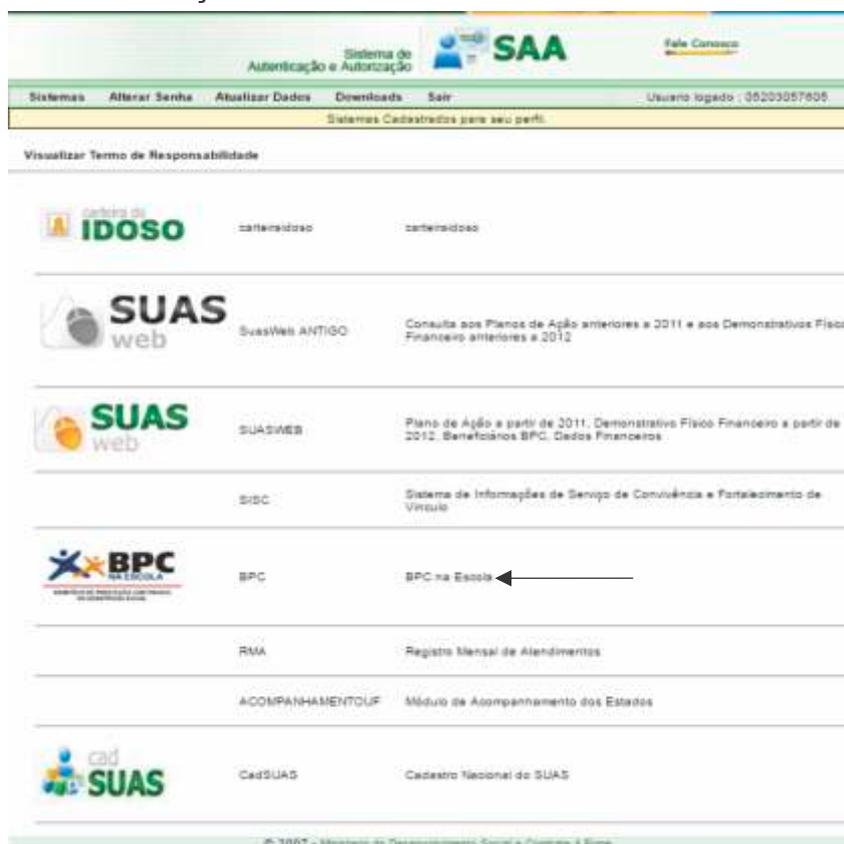
- Realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; e,
- Realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao Programa.

O Programa é operacionalizado por meio do Sistema BPC na Escola e da constituição de um Grupo Gestor Intersectorial. Após a inserção de dados dos membros do grupo são necessárias as seguintes ações:

1. Aplicação do questionário para a identificação das barreiras que impedem o acesso e a permanência na escola das crianças e adolescentes beneficiários do BPC;
2. Acompanhamento dos beneficiários e suas famílias pelos técnicos dos CRAS; e,
3. Acompanhamento das ações intersectoriais desenvolvidas pelos grupos gestores do Programa para superação dos diversos obstáculos de acesso e permanência na escola.

2.5.1 Acesso ao Sistema BPC na Escola

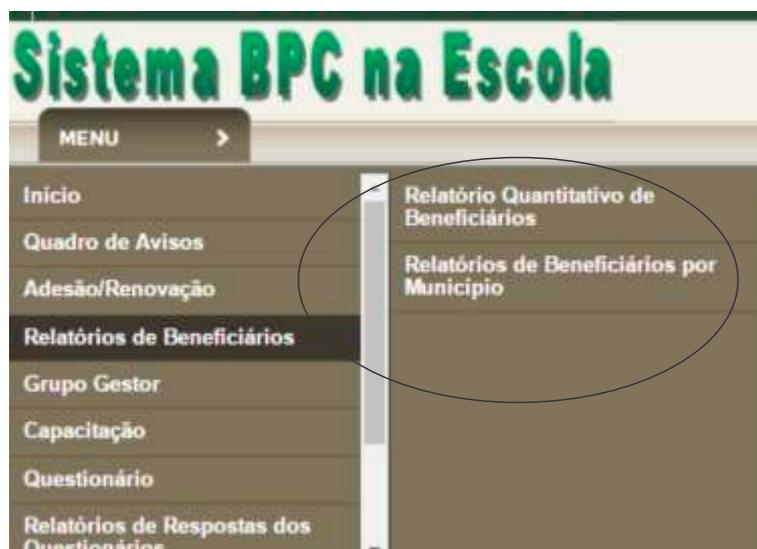
O acesso ao Sistema BPC na Escola é feito por meio do login e senha do SAA. O gestor municipal poderá delegar perfil de acesso tanto para os técnicos responsáveis pelo registro e acompanhamento dos beneficiários, quanto para os membros do grupo gestor, resguardado o sigilo necessário às informações.



A base de dados do BPC na Escola é atualizada periodicamente com informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e contém todos os dados pessoais dos beneficiários do BPC com idade entre 0 e 18 anos.

2.5.2 Identificação de Pessoas com Deficiência no Sistema BPC na Escola

No menu do Sistema a funcionalidade “Relatório de Beneficiários” permite gerar um arquivo em formato de planilha do Excel ou em PDF com a listagem de todos os beneficiários com perfil do Programa que residem no município. A partir da identificação desse público no Sistema, poderão ser definidas as ações para a realização de visitas domiciliares para a aplicação dos questionários.



Após a aplicação dos questionários, o Sistema gerará relatórios variados com informações sobre: acessibilidade; tipos de deficiência; infraestrutura da escola frequentada; transporte escolar; utilização de materiais didáticos acessíveis (Kit do MEC para aluno com cegueira, com baixa visão, braile, LIBRAS, recursos de informática, recursos ópticos, comunicação alternativa); utilização de órteses, próteses e fraldas descartáveis; grau de dependência; quais acompanhamentos de saúde necessita; reabilitação; rede socioassistencial referenciada; defesa de direitos e moradia.



Esses são os principais tópicos abordados. Fizemos questão de relacioná-los para evidenciar a riqueza de detalhes que o questionário disponibiliza para caracterizar as pessoas com deficiência e as barreiras que impedem a participação social desse público. Todos esses dados são disponibilizados nos relatórios e servem de apoio à identificação dos beneficiários para inclusão no acompanhamento pelo CRAS.

2.6 O Sistema de Gestão de Condicionalidades (SICON)

O SICON é uma ferramenta de apoio à gestão intersetorial do Programa Bolsa Família, pois integra as informações afetas à Educação, Saúde e Assistência Social, por meio da consolidação dos registros do acompanhamento de condicionalidades.

2.6.1 Acesso ao SICON

O SICON também é acessado por meio do SIGPBF, o mesmo sistema que utilizamos para entrar no CECAD.

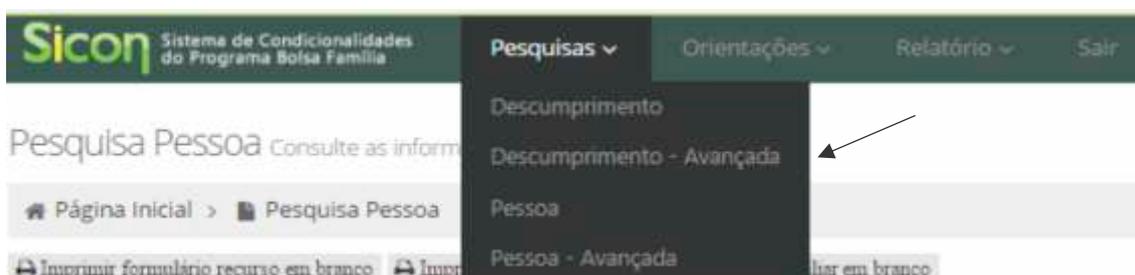


Os profissionais que estão envolvidos nas atividades de gestão do PBF terão acesso ao sistema por meio de designação do Coordenador Municipal do PBF. Já os demais usuários deverão ser cadastrados e habilitados pelo Gestor Municipal para utilizar o sistema.

2.6.2 Funcionalidades do SICON

Todas as informações que estão disponíveis no SICON podem ser acessadas por meio das funcionalidades “Pesquisas” e “Relatórios”.

- Tipos de pesquisas que podem ser acessadas no SICON:



Pesquisa Pessoa – Básica ou Avançada: Possibilita acessar inúmeras informações sobre a família por meio do número do NIS de qualquer membro, um de seus membros ou a partir de diversos parâmetros de pesquisa disponíveis na modalidade avançada.

Pesquisa de Famílias com efeito de Descumprimento de Condicionalidades – Básica ou Avançada: Permite consultar ou identificar as famílias com registro de descumprimento de condicionalidades por meio do número do NIS do RF ou do Código do Descumprimento de Condicionalidades. Também é possível realizar consultas a partir: do tipo de benefício, efeito aplicado (advertência, bloqueio, suspensão ou cancelamento), mês de repercussão, tipo de descumprimento ou nome do responsável.

- Tipos de relatórios que podem ser acessados no SICON:



Recurso: Disponibiliza a consulta de informações consolidadas dos recursos cadastrados, relatórios e informações detalhadas de acordo com a situação selecionada.

Acompanhamento Familiar: Permite produzir relatórios dos Atendimentos / Acompanhamentos registrados de acordo com os parâmetros de pesquisa, tais como: CRAS, CREAS, Equipe Técnica Local, Situação do Acompanhamento, Situação de Vulnerabilidade Identificada, Atividade Realizada, Resultado de Avaliação, Período de Inclusão e Encerramento do Acompanhamento.

Relatórios Consolidados: Permite a geração de relatórios consolidados das informações contidas no SICON, tais como: resultados de acompanhamento de saúde e de educação, repercussão por descumprimento de condicionalidades, recursos registrados, acompanhamento familiar, resultados setoriais utilizados para o cálculo do IGD e famílias em fase de suspensão.

- Onde obter o manual do SICON:



2.6.3 Identificação de Famílias em Descumprimento de Condicionalidades do PBF no SICON

A partir de pesquisas realizadas no SICON, conforme orientações do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2014), podemos obter características da composição familiar, participação no PBF, endereço da família, localização geográfica e histórico de condicionalidades dos integrantes. Essas informações podem ser visualizadas no sistema ou extraídas em forma de arquivos nas extensões CSV, XLS (planilha do Excel) e PDF. Nesse tópico abordaremos a extração dos relatórios de descumprimento e de acompanhamento familiar.

• Relatório “Descumprimento - Avançada”:

Os profissionais da PSB também poderão planejar atividades com as famílias em descumprimento de condicionalidades por meio de um arquivo que poderá ser extraído no SICON, conforme demonstrado abaixo:

Na aba superior da tela inicial do SICON, clique em “Pesquisa” e selecione a opção “Descumprimento - Avançada”.



Escolha o tipo de relatório que deseja baixar: “Repercussão” ou “Efeito Válido”.



Posteriormente, insira os filtros que desejar para refinar a pesquisa. Caso tenha escolhido “Repercussão”, os seguintes filtros aparecerão: “Mês de Repercussão”, “Tipo de Benefício”, “Tipo de descumprimento”, “Nome do Responsável” e “Efeito”.

- **Relatório “Descumprimento - Avançada” por “Repercussão”:** Identifica as famílias e/ou jovens (BFA ou BVJ) com efeitos de condicionalidades por período de repercussão.

- **Relatório “Descumprimento - Avançada” por “Efeito Válido”:** Permite listar as famílias e/ou jovens (BFA ou BVJ) que possuem efeitos de condicionalidades registrados nos últimos seis meses, conforme estabelecido pela Portaria SENARC nº 251 (BRASIL, 2012).

A consulta por “Efeito Válido” permite refinar a busca adicionando o filtro “bairro”. Após marcar essa opção, selecione os filtros que desejar, clique na opção pesquisar e a lista de descumprimento será baixada.

- **Relatório “Acompanhamento Familiar”:** Na funcionalidade “Relatório” clique em “Acompanhamento Familiar”.

Na próxima, tela selecione o município e o “CRAS” e “Equipe técnica”: Básica ou Especial.

Selecione logo abaixo da “Abrangência Territorial”, “Acompanhamento Ativo”: sim ou não. Escolha na lista a “Situação Identificada” e, em seguida, insira o “Período de inclusão no acompanhamento familiar”. Clique em “Pesquisar”.

Após gerar a tabela, clique no formato de arquivo desejado para extraí-lo. O relatório de acompanhamento familiar fornece dados do RF, o código familiar, a data da inclusão e encerramento do acompanhamento, do descumprimento e da atenção que deverá ser destinada a cada uma das famílias em acompanhamento.

Resultado

Acompanhamentos encontrados:
5 registros encontrados, mostrando todos.

| NIS do Responsável Familiar | Código Familiar | Data Inclusão | Data Encerramento | Família em Descumprimento (1) | Família com Interrupção do Efeito no Benefício (2) | Em Atenção Prioritária (2) |
|-----------------------------|-----------------|---------------|-------------------|----------------------------------|--|----------------------------|
| | | 27/04/2016 | - | Não | Sim | Não |
| | | 27/04/2018 | - | Frequência escolar abaixo de 75% | Sim | Não |
| | | 01/05/2018 | - | Não | Não | Não |
| | | 01/05/2016 | - | Não | Sim | Não |
| | | 13/06/2018 | - | Não | Sim | Não |

(1) Informações relativas ao último resultado de acompanhamento de condicionalidades de cada área.
(2) Informações relativas a situação atual.

Gerar Relatório PDF Gerar Relatório Excel

Por meio das informações obtidas nos relatórios do SICON, os profissionais poderão identificar e planejar ações preventivas direcionadas às famílias em descumprimento de condicionalidades. Na Unidade III serão apontadas as principais ações desenvolvidas pelos profissionais da PSB visando à superação das situações que culminaram no descumprimento.

2.7 Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC)

O SISC se destina ao acompanhamento e gestão do SCFV. O sistema pode ser acessado por meio do SAA ou por meio do endereço eletrônico <http://aplicacoes.mds.gov.br/sisc/auth/index.php>, conforme demonstrado a seguir.

Sistema de Autenticação e Autorização SAA

Fale conosco

Sistemas Alterar Senha Atualizar Dados Downloads Sair Usuário logado: 05203057805

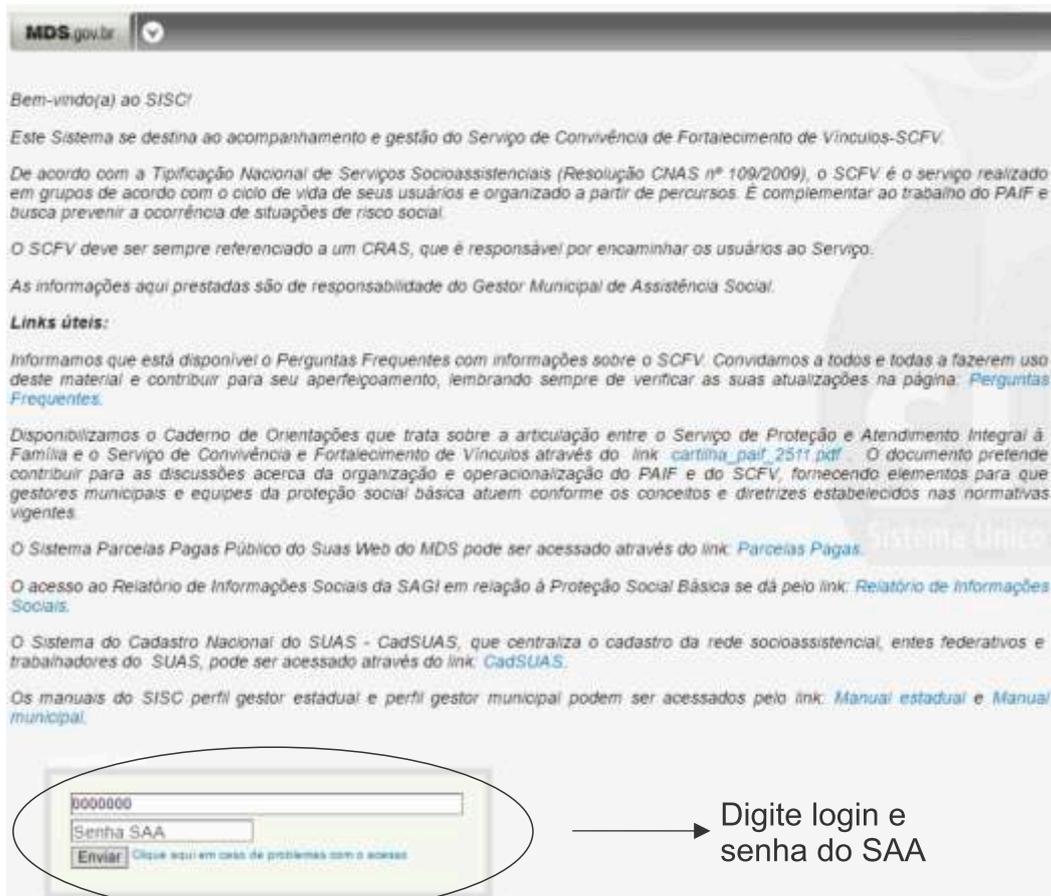
Sistemas Cadastrados para seu perfil:

Visualizar Termo de Responsabilidade

| | | |
|--|------------------|--|
| | carteiraidoso | carteiraidoso |
| | SuasWeb ANTIGO | Consulta aos Planos de Ação anteriores a 2011 e aos Demonstrativos Físico Financeiro anteriores a 2012 |
| | SUASWEB | Plano de Ação a partir de 2011, Demonstrativo Físico Financeiro a partir de 2012, Beneficiários BPC, Dados Financeiros |
| | SISC | Sistema de Informações de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo |
| | BPC | BPC na Escola |
| | RMA | Registro Mensal de Atendimento |
| | ACOMPANHAMENTOUF | Módulo de Acompanhamento dos Estados |
| | CedSUAS | Cadastro Nacional do SUAS |

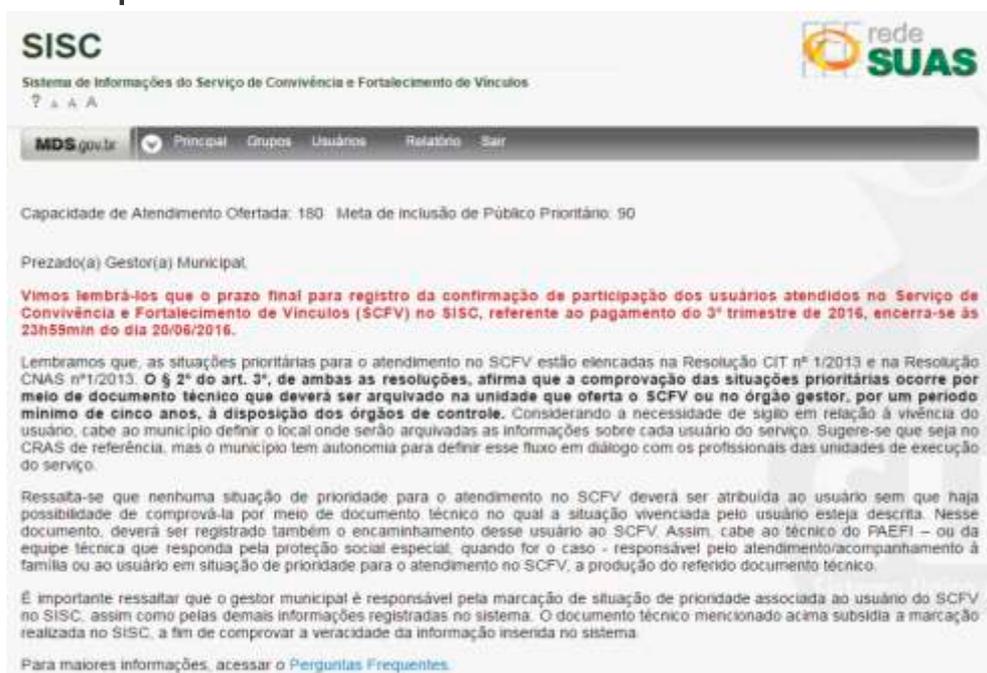
© 2007 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ao clicar na opção SISC, será aberta uma tela para a realização do Login.



2.7.1 Funcionalidades do SISC

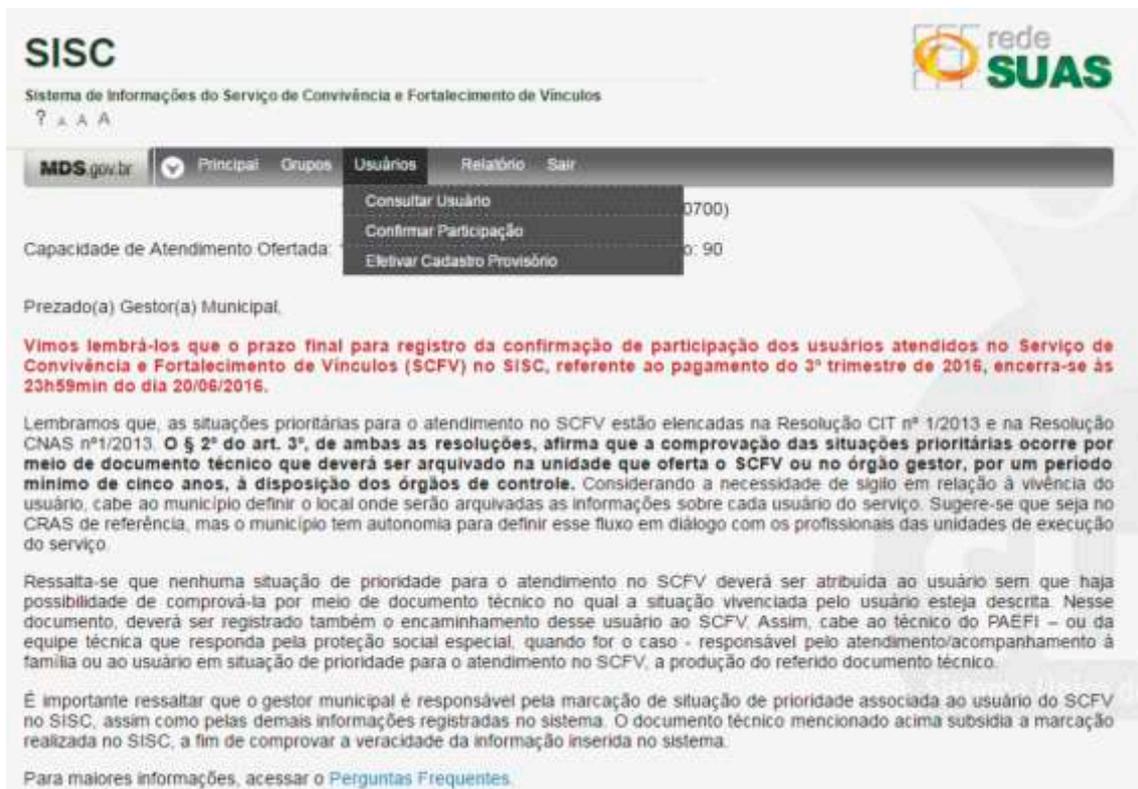
- **Principal:** Mostra a tela inicial do sistema.



Grupos: O usuário deverá selecionar a opção “Grupos” toda vez que desejar realizar alguma tarefa relacionada aos grupos como: consultar, incluir novos grupos e alterar os dados dos grupos existentes.



Usuários: Essa funcionalidade dá acesso aos itens do sistema relacionados aos usuários do serviço e permite consultar a situação do usuário, confirmação de participação no SCFV e efetivação do cadastro provisório.



Ao clicar na opção “Consultar Usuário”, será possível consultar os dados dos participantes de acordo com o número do NIS ou o nome da pessoa, conforme tela a seguir:

Ao selecionar a opção “Confirmar Participação” será possível confirmar a participação dos usuários no serviço. Essa ação deverá ser realizada trimestralmente.

Clicando na opção “Efetivar Cadastro Provisório” será possível tornar efetivo o cadastro de pessoas que foram incluídas no sistema provisoriamente (sem o número do NIS).

| Data vínculo | Nome | Data de nascimento | Nome da mãe | NIS |
|--------------|------|--------------------|-------------|----------------------|
| | | | | Verificar Detalhar |

- **Relatórios:** O SISC permite a extração de alguns relatórios, tais como: relatório principal, situações prioritárias e confirmação de participação.

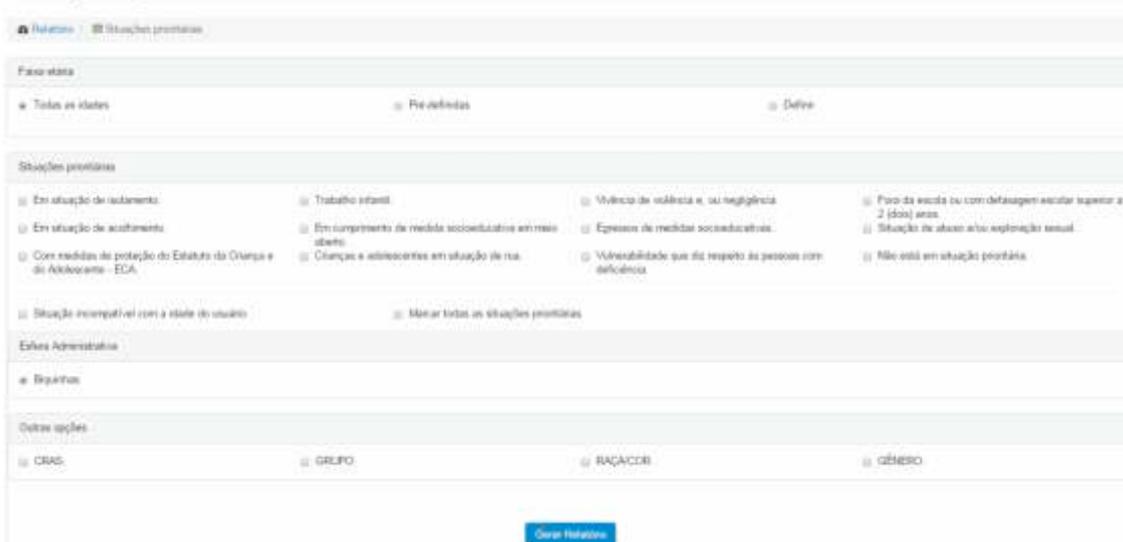


Ao clicar na opção “Relatório Principal” será possível identificar o número total de usuários, o número de usuários inseridos no dia, o número total de grupos em atividade e o número de grupos formados no dia.



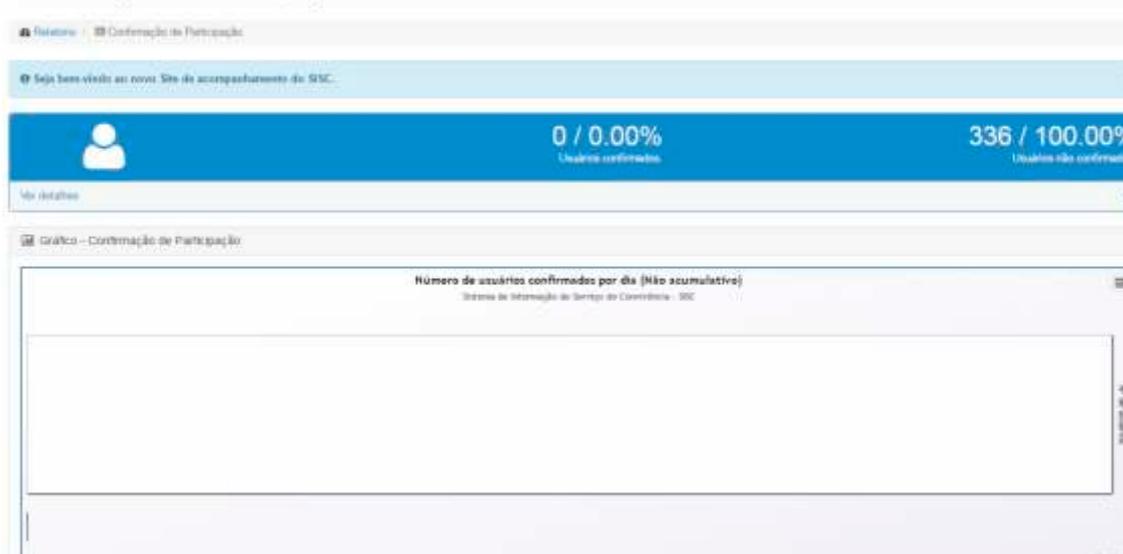
Ao selecionar a opção “Situações Prioritárias” será possível extrair dados quantitativos dos participantes cadastrados no SISC em situação prioritária.

Situações prioritárias Relatórios Estatísticos



Já a opção “Confirmação de Participação” permitirá visualizar a porcentagem de usuários confirmados no trimestre.

Confirmação de Participação Relatórios Estatísticos



O SISC constitui-se em uma ferramenta de registro dos grupos e da participação dos usuários. Permite, ainda, a emissão de relatórios quantitativos relacionados aos participantes do serviço que estão em situação prioritária. A partir do pareamento de dados com o CECAD, conforme será demonstrado na Unidade III, é possível identificar o público com perfil CadÚnico que ainda não está incluído nas atividades do SCFV.

2.8 O Censo SUAS e o CADSUAS como Ferramentas de Identificação da Rede Socioassistencial

A rede socioassistencial compreende um conjunto integrado de iniciativas públicas e privadas com o objetivo de ofertar ações de proteção social por meio de serviços, benefícios,

programas e projetos. No campo da PSB, a rede é caracterizada por ações articuladas de equipamentos estatais ou não estatais referenciados ao CRAS.

De acordo com a LOAS (BRASIL, 1993), são consideradas entidades e organizações de assistência social aquelas que, sem fins lucrativos, prestam atendimento e assessoramento aos usuários e aquelas que atuam na defesa e garantia de direitos, sendo necessária a sua vinculação ao SUAS para integrarem a rede socioassistencial.

Na perspectiva do encaminhamento, o CRAS como unidade estatal é a porta de entrada da Política de Assistência Social e deve coordenar a rede socioassistencial local da PSB. É importante também que haja uma compreensão geral da dinâmica do território por meio do mapeamento da rede intersetorial que oferta serviços no território. Essa comunicação permanente do CRAS com a rede socioassistencial e intersetorial proporciona o gerenciamento dos processos de encaminhamento, referenciamento e contrarreferenciamento.

**O Caderno de Orientações Técnicas do CRAS/2009 conceitua:
Referência:**

“A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela Proteção Social Especial do município (onde não houver CREAS).” (Orientações Técnicas para o CRAS, 2009 p. 10).

Contrarreferência:

“A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (Proteção Social Especial) e garante a Proteção Básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de Proteção Básica.” (Orientações Técnicas para o CRAS, 2009 p. 10).

Localizar as ofertas da rede socioassistencial e intersetorial é imprescindível para o alcance da integralidade da proteção social e a maximização da cobertura das ofertas da PSB no território.

2.8.1 Identificação da Rede Utilizando o CADSUAS

O CADSUAS é o sistema de cadastro nacional do SUAS no qual estão registradas todas as informações da rede socioassistencial, entes federativos e trabalhadores do SUAS. O Sistema pode ser consultado por todos os entes cadastrados e também é liberado para a consulta pelo público em geral.

Na base de dados do CADSUAS você será capaz de identificar: os trabalhadores do SUAS (pessoas físicas); a rede socioassistencial: CRAS, CREAS, CREAS regionais, Centro POP, Unidades de acolhimento, Centro de Convivência, Centro Dia e similares. Além disso, também poderá identificar os Conselhos de Assistência Social, Fundos de Assistência Social, Governos Estaduais, Prefeituras, Órgãos Gestores; e outros (Autarquias, Câmaras e Assembleias).

O CADSUAS é uma ferramenta de fácil acesso e utilização. É capaz de fornecer dados da rede de forma rápida e precisa. Por exemplo, para realizar um encaminhamento o profissional pode acessar o sistema, localizar o nome da unidade, endereço e telefone do equipamento ao qual deseja direcionar o usuário.

Também é possível utilizar essa ferramenta nas reuniões das redes socioassistencial e intersetorial, pois se constitui em um mapa da distribuição das ofertas no município.

É importante que os dados do sistema sejam atualizados sempre que ocorrerem alterações no cadastro das entidades, dos entes e dos profissionais do SUAS para que a pesquisa resulte em dados fidedignos.

Vimos que a partir do CADSUAS é possível identificar a rede socioassistencial dentre outros equipamentos localizados no município. Agora apresentaremos como é feita essa identificação no sistema. Observe os exemplos:

- Pesquisa por rede socioassistencial:

Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

rede **SUAS** Sistema de Cadastro **cad SUAS** Nova Pesquisa

Bem vindo!

O CadSUAS é o sistema de cadastro do SUAS, que comporta todas as informações relativas à prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais.

Para utilizar o CadSUAS, é preciso que o seu navegador permita a abertura de popups.

Para maiores informações, entre em contato pelo e-mail cadsuas@mds.gov.br ou pelo telefone: 0800-707-2003.

Para encaminhar suas dúvidas ou solicitação de informações clique aqui.

Para encaminhar sugestões, críticas, elogios, reclamações ou denúncias clique aqui.

PESQUISAR

Tipo de Busca: Rede Socioassistencial Órgãos Governamentais Recursos Humanos

UF: Município:

CNPJ: Nome:

Tipo:

ACESSAR AREA RESTRITA - Sr. Gestor, clique aqui para atualização de dados cadastrais

Versão: 3.4.2 R02 © 2008 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Selecione o tipo de busca

Selecione UF e município

Clique em pesquisar

O resultado da consulta mostrará todos os equipamentos da rede socioassistencial do ente pesquisado:

PESQUISAR

Tipo de Busca: Rede Socioassistencial Órgãos Governamentais Recursos Humanos

UF: Município:

CNPJ: Nome:

Tipo:

3.708 itens encontrados. [primeira/anterior] 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8 [próxima/ última]

| Cnpj | Nome | Nº Identificador | UF | Município |
|------|--|------------------|----|----------------------------|
| | CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CUSTÓDIO PEREIRA | 31702001071 | MG | UBERLANDIA |
| | Centro de Referência de Assistência Social | 31712001569 | MG | VESPASIANO |
| | CRAS SUL | 31713000074 | MG | VICOSA |
| | CRAS NORTE | 31713000073 | MG | VICOSA |
| | CRAS VARGEM GRANDE DO RIO PARDO | 31706503937 | MG | VARGEM GRANDE DO RIO PARDO |
| | CRAS III | 31707000255 | MG | VARGINHA |
| | CRAS PRINCESA | 31708004164 | MG | VARZEA DA PALMA |
| | PADRE JOSE SILVEIRA | 31709002905 | MG | VARZELANDIA |
| | CRAS CACHOEIRINHA | 31710301275 | MG | VERDELANDIA |
| | Centro de Referência de Assistência Social-CRAS/ Casa da Família | 31705704504 | MG | VARGEM ALEGRE |
| | CRAS -CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CASA DA FAMILIA | 31603002691 | MG | SANTO ANTONIO DO JACINTO |
| | Centro de Referência de Assistência Social | 31604000714 | MG | SANTO ANTONIO DO MONTE |
| | CRAS Centro de Referência de Assistência Social - Casa da Família | 31609500745 | MG | SÃO DOMINGOS DAS DORES |
| | CRAS | 31610501935 | MG | SÃO FELIX DE MINAS |
| | CRAS Sagrada Família | 31611000534 | MG | SÃO FRANCISCO |
| | Cras Aparecida | 31611000535 | MG | SÃO FRANCISCO |
| | CRAS SÃO FRANCISCO DE PAULA | 31612001094 | MG | SÃO FRANCISCO DE PAULA |
| | CRAS SÃO GONCALO DO ABAETE | 31617004657 | MG | SÃO GONCALO DO ABAETE |
| | CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL | 31620000138 | MG | SÃO GONCALO DO SAPUCAI |
| | CRAS INDIGENA XAIRIABÁ | 31624500251 | MG | SÃO JOAO DAS MISSOES |

ACESSAR AREA RESTRITA - Sr. Gestor, clique aqui para atualização de dados cadastrais

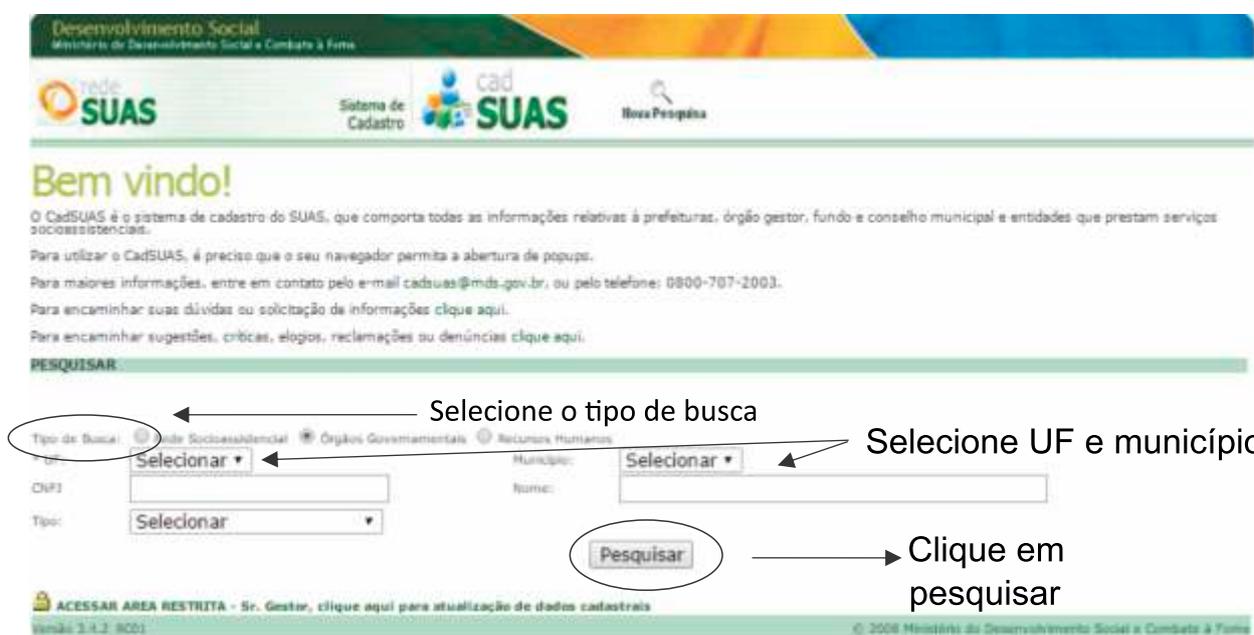
Versão: 3.4.2 R02 © 2008 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Clicando no nome de qualquer um dos equipamentos da lista aparecerá uma tela com os “Dados Cadastrais”: número de identificação ou CNPJ, nome, data de implantação, endereço, site, e-mail e telefone.

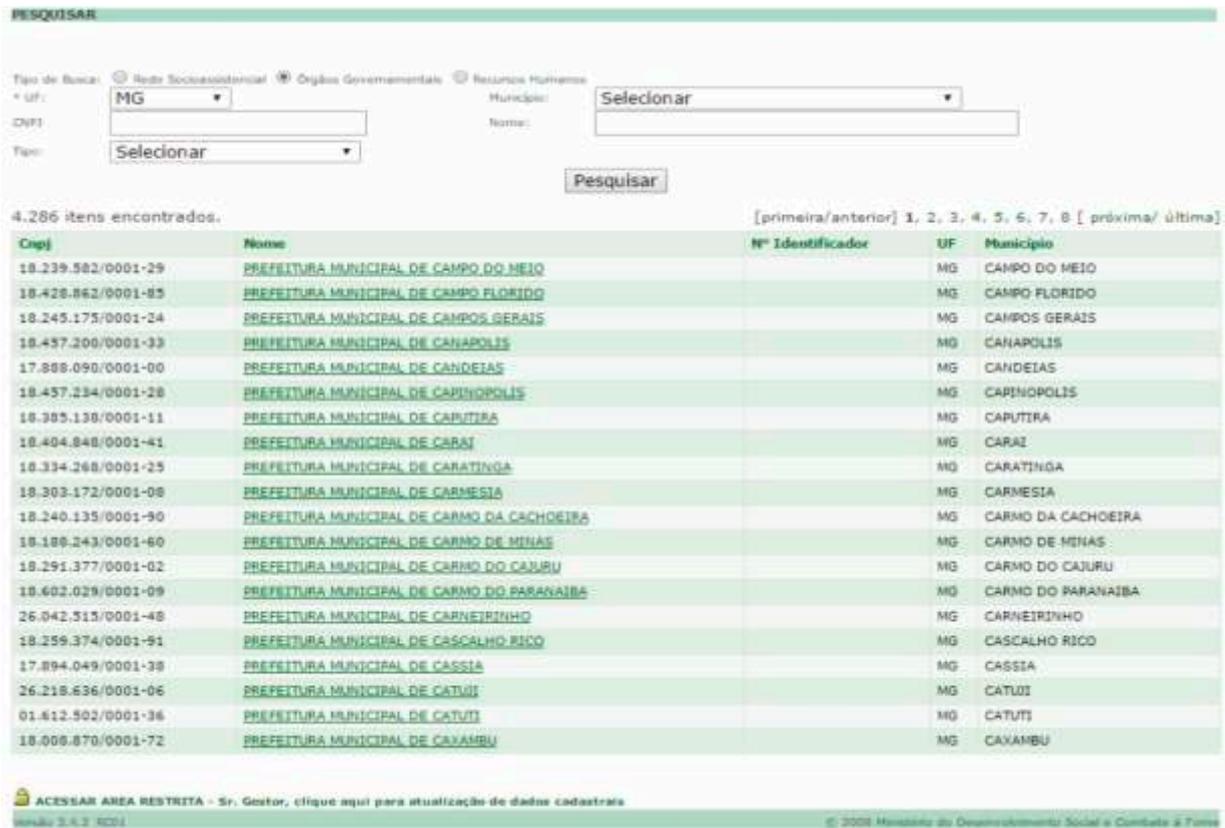


Nessa mesma tela, clicando na aba “Dados Gerenciais”, o sistema disponibilizará os dados de todos os profissionais alocados naquela entidade.

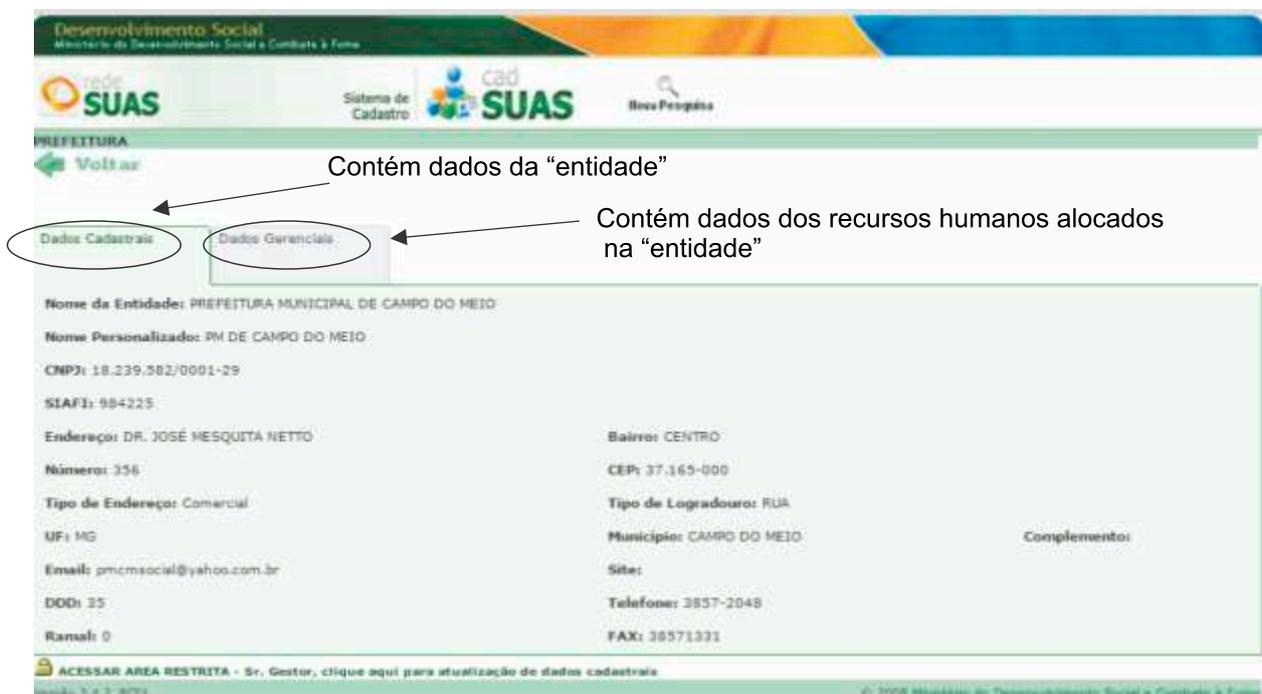
• Pesquisa por Órgão Governamental:



Ao clicar em “Pesquisar” aparecerá uma tela com a lista de órgãos governamentais do ente solicitado:



A pesquisa por “Órgãos Governamentais” apresentará todos os entes e órgãos da administração direta e indireta que tenham sido cadastrados na base de dados do CADSUAS pelo município. Ao clicar em “Prefeitura” será aberta uma nova tela com duas abas:



A primeira aba contém os “Dados Cadastrais”: número de identificação ou CNPJ, nome da entidade, endereço completo, e-mail, site e telefone. A segunda apresenta os “Dados Gerenciais”: nome dos profissionais e gestores alocados naquela entidade, data de entrada e desligamento, função, profissão, entre outros.

- **Pesquisa por Recursos Humanos:**

The image shows the search interface of the CadSUAS system. At the top, there is a header with the logo of the Rede SUAS and the text 'Desenvolvimento Social - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome'. Below the header, there is a 'Bem vindo!' message and a brief description of the system. The main section is titled 'PESQUISAR' and contains a search form. The form has the following fields and annotations:

- Tipo de Busca:** A dropdown menu with three options: 'Rede Socioassistencial', 'Órgãos Governamentais', and 'Recursos Humanos'. An arrow points to this dropdown with the text 'Selecione o tipo de busca'.
- UF:** A dropdown menu with the text 'Selecionar'. An arrow points to this dropdown with the text 'Selecione UF e município'.
- Município:** A dropdown menu with the text 'Selecionar'. An arrow points to this dropdown with the text 'Selecione UF e município'.
- CPF:** A text input field.
- Nome:** A text input field.
- Tipo:** A dropdown menu with the text 'Selecionar'.
- Pesquisar:** A button to execute the search. An arrow points to this button with the text 'Clique em pesquisar'.

At the bottom of the page, there is a footer with the text 'ACESSAR ÁREA RESTRITA - Sr. Gestor, clique aqui para atualização de dados cadastrais' and 'Versão 3.0.2 - JCDI'.

Essa pesquisa retorna dados de todos os trabalhadores do SUAS, gestores e conselheiros cadastrados na base do sistema.

2.8.2 Identificação da Rede Utilizando o Censo SUAS

O Censo SUAS é uma ferramenta utilizada para realizar o levantamento censitário das ofertas do SUAS, da rede referenciada e de algumas ações intersetoriais, com o objetivo de aprimorar o processo de gestão do SUAS. O público-alvo são os profissionais, gestores e conselheiros da política de Assistência Social.

A base de dados do Censo Suas abrange informações do CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Unidades de Acolhimento, Centro POP, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosos e suas Famílias, Conselho Municipal de Assistência Social e Órgão Gestor Municipal em funcionamento no município.

O acesso aos questionários e os manuais do Censo SUAS pode ser feito por meio do endereço eletrônico:

http://aplicacoes4.mds.gov.br/sagicenso/censosuas_2015/auth/index.php

Censo SUAS 2015

Secretaria Nacional de Assistência Social

? A+ A- A Contraste Ir para Conteúdo

MDS.gov.br Principal Status Censo SNAS SAGI Dúvidas Sobre Autenticação

Prezado Gestor, bem vindo ao sistema de preenchimento do Censo SUAS 2015.

Dúvidas: Envie email para vigilanciasocial@mds.gov.br

Link para Download das bases de dados: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snias/vigilancia/index2.php>

Questionários (Impressão): CRAS | CREAS | Centro POP | Centros de Convivência | Acolhimento* | Conselho | Gestão Municipal* | Gestão Estadual | Serviço PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias

Manuais: CRAS* | CREAS | Centro POP | Centros de Convivência* | Acolhimento* | Conselho | Gestão Municipal* | Gestão Estadual* | Serviço PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias

*Manual do CRAS [retificado em 08/10/2015]
 *Questionário e Manual da Gestão Municipal [retificados em 14/10/2015]
 *Manual do Centro de Convivência [retificado em 16/10/2015]
 *Questionário e Manual do Acolhimento [retificados em 23/10/2015]
 *Manual da Gestão Estadual [retificado em 23/11/2015]

A novidade deste ano é a inclusão de um questionário para as unidades que executam o serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas com algum grau de dependência e suas famílias.

ATENÇÃO! É importante que, após a digitação do questionário no sistema, o responsável imprima o documento gerado em PDF pelo sistema. Os valores contidos no PDF são a garantia de que os dados informados foram corretamente gravados em nossa base de dados. Confira cuidadosamente as respostas através do PDF gerado a partir das suas respostas. Guarde o referido documento. Não serão aceitas reclamações de municípios que não possuam o PDF gerado pelo sistema. Qualquer divergência nos contatar através do e-mail vigilanciasocial@mds.gov.br.

As pesquisas e extração de informações do Censo SUAS podem ser acionadas com o login e senha do SAA.

ATENÇÃO! O não preenchimento do Censo SUAS pelo município produz sanções administrativas que podem levar ao bloqueio de recursos. Fique atento às datas e evite deixar o preenchimento para a última hora.

Senha de Acesso para preenchimento do questionário eletrônico

Para preenchimento do questionário eletrônico do Censo SUAS, os responsáveis deverão utilizar o *login* (CPF) e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, ou seja, utilizar mesmos *login* e senha de acesso ao sistema CadSUAS, devendo possuir o perfil de acesso no SAA conforme o órgão: *cadsuas.municipio* ou *cadsuas.estado* para órgãos gestores municipais ou estaduais, e *cadsuas.conselho_municipal* ou *cadsuas.conselho_estadual* para conselhos. Problemas relativos à senha de acesso poderão ser solucionados pelo telefone 0800 707 2003.

Se não aparecer nenhum campo abaixo para fazer login, favor ir ao início da página e clicar em "sair" no lado direito da tela.

Digite CPF ou e-mail do MDS

Senha

[Criar ou alterar sua senha](#)

Clique aqui em caso de problemas com o acesso

Enviar

Também é possível baixar a base de dados dos questionários dos anos anteriores no endereço eletrônico: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>.



Entre outras funções, essa ferramenta permite uma análise histórica das ações municipais, por meio da comparação de questionários antigos. A partir disso, a equipe poderá realizar uma avaliação mais ampla do desenvolvimento do SUAS em seu município.

2.8.2.1 Identificando os Equipamentos CRAS: Localização, Ações e Articulação com a Rede Local

O Censo SUAS traz informações minuciosas dos equipamentos da rede socioassistencial. Conforme demonstraremos, essa ferramenta fornece, além de dados para identificação e localização dos equipamentos no território de abrangência do CRAS, informações sobre sua capacidade de atendimento, infraestrutura, articulação intersetorial com outras entidades, os trabalhadores alocados e as atividades executadas, entre outras.

Após acessar o Censo Suas selecione em “Gerente” qual a base de dados deseja consultar. No exemplo abaixo realizaremos a consulta por “Gerente CRAS”.

Censo SUAS 2015
Secretaria Nacional de Assistência Social
? A+ A- A Contraste Ir para Conteúdo

MDS.gov.br Principal Status Censo SNAS SAGI

| Sistemas Disponíveis | |
|---|--|
| CREAS Regional | Listar |
| Acolhimento Estadual | Listar |
| Gestão Estadual | Questionário preenchido ✓ Atualizar Gerar PDF |
| Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias | Listar |
| Gestão Municipal | Gerente GM |
| Gerentes | |
| CRAS | Gerente CRAS ← |
| CREAS | Gerente CREAS |
| Centro POP | Gerente Centro Pop |
| Unidades de Acolhimento Municipal | Gerente Acolhimento |
| Unidades de Acolhimento Estadual | Gerente Acolhimento |
| Centros de Convivência | Gerente Centros de Convivência |

Equipamentos da rede socioassistencial que poderão ser identificados através do Censo SUAS

Em “Dados gerais”, selecione a opção “Município”:

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
A+ A- A Contraste Ir para Conteúdo

MDS.gov.br Tela Principal Sair

OBS: As tabelas listadas a partir deste menu mostram apenas as respostas dos questionários salvos e 100% concluídos.

MG ▾ Dados gerais Recarregar Dico, dados gerais

Status de preenchimento Preenchimento por UF Preenchimento por UF (%) Preenchimento por Município Questionários Incompletos Histórico de P

MG ▾ Dados gerais Recarregar Dico, dados gerais

Dados gerais

- v10345 - 0.1. Nome que identifica o CRAS:
- v10346 - 0.2. Selecione o Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc):
- v10347 - 0.3. Endereço:
- v10348 - 0.4. Número:
- v10349 - 0.5. Complemento:
- v10350 - 0.6. Bairro:
- v10351 - 0.7. Ponto de Referência:
- v10352 - 0.8. CEP:
- v10353 - 0.9. Município:**
- v10354 - 0.10. UF:
- v10356 - 0.11. DDD - telefone
- v10355 - 0.11. E-mail:
- v10357 - 0.12. Ramal:
- v10358 - 0.13. FAX:
- v10359 - 0.15. Data de implantação do CRAS:
- v10360 - 1. Localização:
- v10361 - 2. Este CRAS é uma unidade com capacidade de referenciamento para até:
- v10362 - 3.1. Dias por Semana
- v10363 - 3.2. Horas por dia

Equipamentos da rede socioassistencial que poderão ser identificados através do Censo SUAS

Clique em “Listar tudo” e, em seguida, selecione na lista o nome do município.

MDS.gov.br Tela Principal Sair

OBS.: As tabelas listadas a partir deste menu mostram apenas as respostas dos questionários salvos e 100% concluídos.

MG ▼ v10353 - 0.9. Município: [dropdown] [Recarregar] [Dicio. dados gerais]

Dicionário Gráfico **Tabela** 1132 usuário(s) responderam esta questão **Listar tudo** Exportar para Excel

CENSO SUAS 2015 CRAS

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

A+ A- A Contraste Ir para Conteúdo

MDS.gov.br Tela Principal Sair

OBS.: As tabelas listadas a partir deste menu mostram apenas as respostas dos questionários salvos e 100% concluídos.

MG ▼ v10353 - 0.9. Município: [dropdown] [Voltar] [Recarregar] [Dicio. dados gerais]

Município: **Exportar para Excel**

1132 respostas encontradas para esta questão

| N | Código IBGE | COD SEQ | Estado | Município | Resposta | PDF |
|---|-------------|-------------|--------|---------------------|---------------------|--------------------------|
| 1 | 310010 | 31001031241 | MG | Abadia dos Dourados | Abadia dos Dourados | Download |
| 2 | 310020 | 31002015268 | MG | Abaeté | Abaeté | Download |
| 3 | 310030 | 31003015033 | MG | Abre Campo | Abre Campo | Download |
| 4 | 310040 | 31004002763 | MG | Acalaca | Acalaca | Download |
| 5 | 310050 | 31005004314 | MG | Açucena | Açucena | Download |
| 6 | 310060 | 31006004654 | MG | Água Boa | Água Boa | Download |
| 7 | 310070 | 31007032539 | MG | Água Comprida | Água Comprida | Download |
| 8 | 310080 | 31008032057 | MG | Aguanil | Aguanil | Download |
| 9 | 310090 | 31009003467 | MG | Águas Formosas | Águas Formosas | Download |

Ao clicar em “Download” o sistema baixará o questionário do CRAS. Para mais de um equipamento CRAS é necessário que o profissional conheça o número de identificação que pode ser obtido no CADSUAS, na opção “Dados Cadastrais”.

• Informações disponíveis no Censo CRAS:

Dados de Localização e da capacidade de atendimento

Código IBGE do município, nome e número identificador do CRAS no CADSUAS, placa de identificação, endereço, Porte SUAS/População 2010, telefone, capacidade de referenciamento, quantidade de dias e horas de funcionamento por semana.

| | |
|---------------------------------|--|
| Infraestrutura | Situação do imóvel onde se localiza o CRAS, compartilhamento do imóvel com: secretaria da assistência social ou congêneres, outra unidade administrativa (sede de prefeitura, administração regional, sub-prefeitura etc), conselho municipal de assistência social, conselho tutelar, CREAS, outra unidade pública de serviços da assistência social, unidade de saúde, escola, associação comunitária, ONG/entidade, outros. |
| | Quantidade de salas com capacidade máxima para: 5 pessoas, 6 a 14 pessoas, 15 a 29 pessoas e 30 ou mais pessoas. |
| | Salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, quantidade total de banheiros, possui recepção, almoxarifado, cozinha/copa, ou espaço externo no CRAS para atividades de convívio. |
| Acessibilidade | Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS. Rota acessível aos espaços do CRAS (recepção, salas de atendimento e espaços de uso coletivo), rota acessível ao banheiro, banheiro adaptado para pessoas com mobilidade reduzida (idosos, pessoas com deficiência etc.) |
| Equipamentos Disponíveis | Telefone de uso exclusivo, fax, impressora, máquina copiadora, televisão, equipamento de som, DVD/vídeo cassete, datashow, máquina fotográfica, filmadora, veículo de uso exclusivo, veículo de uso compartilhado, embarcação, acervo bibliográfico, brinquedoteca, brinquedos, materiais pedagógicos culturais e esportivos, computadores e conexão com a internet. |
| Atividades do PAIF | Acolhida em grupo realizada por profissional de nível superior, acolhida particularizada realizada por técnico de nível superior, acompanhamento de famílias e dos encaminhamentos realizados, atendimento particularizado de famílias ou indivíduos, registro do acompanhamento familiar em prontuário, elaboração do plano de acompanhamento familiar, grupo/oficina com famílias, visitas domiciliares, palestras campanhas ou eventos comunitários, apoio para obtenção de documentação pessoal, orientação/acompanhamento para inserção no BPC. Encaminhamentos: de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial, de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, habitação, trabalho etc.), para obtenção de benefícios eventuais, para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único. |

| | |
|----------------------------------|---|
| Execução do SCFV | O CRAS executa diretamente o SCFV para: crianças de 0 a 6 anos de idade, crianças e adolescentes de 7 a 14, adolescentes de 15 a 17, jovens de 18 a 29, adultos de 30 a 59, idosos (60 anos ou mais). |
| Rede Referenciada ao SCFV | Oferta rede referenciada para: crianças de 0 a 6 anos de idade, crianças de 7 a 14, jovens de 15 a 17, jovens de 18 a 29, adultos de 30 a 59, idosos (60 anos ou mais). |
| Rede Referenciada ao SCFV | O técnico de referência do CRAS realiza visitas aos SCFV executados fora do CRAS, participa do planejamento das atividades que serão desenvolvidas, realiza reuniões periódicas com a equipe técnica da rede referenciada, supervisão e capacitação dos orientadores sociais. |
| | Realiza o acompanhamento periódico dos grupos como: verificação da inclusão dos usuários no SCFV encaminhados pelo CRAS, encaminhamento dos usuários para o SCFV, avaliação e monitoramento das atividades realizadas, discussão conjunta dos casos em acompanhamento. São desenvolvidas atividades com familiares/responsáveis dos participantes dos grupos do SCFV como: atendimentos coletivos periódicos ou eventuais, individualizados periódicos ou eventuais, outros. |
| Equipes Volantes | Como os profissionais da unidade se organizam para realizar o deslocamento às áreas/comunidades: em automóvel exclusivo do CRAS (ex.: carro, van etc.), compartilhado entre o CRAS e outras unidades (carro, van etc.), particular de algum membro da equipe do CRAS, em embarcação (barco ou lancha) exclusiva da área de assistência social, em embarcação (barco ou lancha) não-exclusiva da área de assistência social, em transporte público, a pé, a cavalo ou outro animal. |
| | Informações do local em a equipe volante realiza os atendimentos: domicílios, em outras unidades/equipamentos públicos de assistência social, em espaços de entidades não governamentais conveniadas com a assistência social, em espaços cedidos por organizações comunitárias locais não conveniadas com a assistência social (igrejas, associação de moradores, ONGS não conveniadas etc.), em unidades/equipamentos públicos da área de educação, em unidades/equipamentos públicos da área de saúde, em unidades/equipamentos públicos de outras políticas públicas, em praças, beira de rio, terreno de comunidade etc. |

| | |
|--|---|
| | Tipos de atendimento realizados pela equipe: particularizado de famílias ou indivíduos em atividade coletiva de caráter continuado ou não, cadastramento/atualização cadastral, concessão de benefício eventual e ações para obtenção de documentação pessoal. Nos territórios atendidos pela equipe volante, quantas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade, quantas famílias estão em acompanhamento familiar sistemático pelo PAIF. |
| Benefícios Eventuais | São ofertados no CRAS? Quais benefícios são concedidos? |
| Cadastro Único | É realizado cadastramento ou atualização cadastral no CRAS? |
| Gestão do território | O CRAS possui o mapa de seu território de abrangência? Dos bairros que constituem o território de abrangência do CRAS, quantos estão situados na zona rural? Aproximadamente quantas famílias em situação de vulnerabilidade residem no território de abrangência do |
| Território de Abrangência | Faixa de fronteira internacional, assentamento ou acampamento, área com risco de desabamento, área com risco de alagamento, contornos geográficos que dificultam a mobilidade (rios, montanhas etc.), moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços, e/ou similares, presença de altos índices de criminalidade, presença de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas, presença de conflito agrário, presença de exploração sexual de crianças e adolescentes. CRAS? |
| Participação dos Usuários | Os usuários participam das atividades de planejamento do CRAS? Mecanismos de participação: convida os usuários para as reuniões de planejamento desta unidade, apoio financeiro para a participação de reuniões de planejamento junto a esta unidade, existência de representante de usuários junto à unidade, estimula a formação de coletivo/comitê de usuários, eleição para representante de usuários junto à unidade. |
| Povos e comunidades tradicionais no território de abrangência do CRAS | Povos indígenas, comunidade quilombola, comunidade ribeirinha, povos ciganos, comunidades extrativistas, outros povos e comunidades tradicionais. O CRAS está localizado dentro de uma comunidade tradicional? A equipe possui capacitação específica, estratégias/metodologias específicas de atendimento desse público? etc. |

| | |
|--|--|
| <p>Inclusão Pessoas com Deficiência</p> | <p>O CRAS realiza inclusão de pessoas com deficiência por busca ativa, ações de divulgação e mobilização, articulação intersetorial, articulação com associações e/ou entidades, ou outras estratégias.</p> |
| <p>Articulação com outras Unidades: Públicas, conveniadas, de Proteção Social Especial, de Saúde, Educação, trabalho e emprego, documentação civil, segurança alimentar, PBF, Conselho tutelar, movimentos sociais, INSS, programas de inclusão digital</p> | <p>Dados de localização. Recebe usuários encaminhados pelo CRAS? Encaminha usuários para o CRAS? Acompanha os encaminhamentos? Realiza reuniões periódicas? Troca informações? Realiza estudos de caso em conjunto? Desenvolve atividades em parceria?</p> |
| <p>Trabalhadores do SUAS</p> | <p>Número de trabalhadores de nível fundamental, médio e superior, pedagogos, assistentes sociais, antropólogos, advogados, psicólogos, servidores estatutários, empregados públicos (CLT), comissionados e outros vínculos.</p> |

2.8.2.2 Identificando os Centros de Convivência: Localização, Ações e Articulação com a Rede Local

Os Centros de Convivência são unidades públicas ou vinculadas a entidades de assistência social que tenham sido devidamente inscritas no Conselho de Assistência Social do município. No Censo Suas poderemos identificar essas unidades da seguinte forma:

Na tela inicial do Censo SUAS acesse a opção “Gerente Centros de Convivência”.



Em seguida, selecione na seta ao lado de “Dados gerais” a opção “Município”.



Clique em “Listar tudo”.



Selecione na lista o nome do seu município.

CENSO SUAS 2015 CRAS

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

A+ A- A Contraste Ir para Conteúdo

MDS.gov.br Tela Principal Sair

OBS: As tabelas listadas a partir deste menu mostram apenas as respostas dos questionários salvos e 100% concluídos.

MG ▾ v10633 - 0.8. Município [Voltar](#) [Recarregar](#) [Dica: dados gerais](#)

Município: [Exportar para Excel](#)

1132 respostas encontradas para esta questão

| N | Código IBGE | COD SEQ | Estado | Município | Resposta | PDF |
|---|-------------|-------------|--------|---------------------|---------------------|--------------------------|
| 1 | 310010 | 31001031241 | MG | Abadia dos Dourados | Abadia dos Dourados | Download |
| 2 | 310020 | 31002015268 | MG | Abatejardim | Abatejardim | Download |
| 3 | 310030 | 31003015033 | MG | Abre Campo | Abre Campo | Download |
| 4 | 310040 | 31004002763 | MG | Acaíca | Acaíca | Download |
| 5 | 310050 | 31005004314 | MG | Açucena | Açucena | Download |
| 6 | 310060 | 31006004654 | MG | Água Boa | Água Boa | Download |
| 7 | 310070 | 31007032539 | MG | Água Comprida | Água Comprida | Download |
| 8 | 310080 | 31008032057 | MG | Aguanil | Aguanil | Download |
| 9 | 310090 | 31009003467 | MG | Águas Formosas | Águas Formosas | Download |

• **Algumas Informações disponíveis no Censo SUAS acerca dos Centros de Convivência:**

| | |
|---|---|
| Dados de Localização | Nome que identifica a unidade de convivência, endereço, telefone. |
| Dados Gerais | Data de implantação da unidade, horário de funcionamento, natureza: - Entidade Governamental - Entidade Não Governamental. |
| Tipo de Convênio | A unidade possui convênio com o poder público municipal para repasse de recursos financeiros, visando à manutenção do SCFV? Participou da realização de edital/chamamento público pelo poder público municipal? |
| Tipo de Oferta | A unidade oferta exclusivamente SCFV? |
| Estrutura Física | Quantidade de salas com capacidade máxima para 5 pessoas, quantidade de salas com capacidade para 6 a 14 pessoas, quantidade de salas com capacidade para 15 a 29 pessoas, quantidade de salas com capacidade para 30 ou mais pessoas, salas exclusivas de coordenação, equipe técnica ou administração, quantidade total de banheiros, recepção, cozinha/copa, almoxarifado, espaço externo para atividades de convívio. |
| Acessibilidade | Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção da unidade, rota acessível aos espaços da unidade (recepção, salas de atendimento e espaços de uso coletivo) e ao banheiro. Banheiro adaptado para pessoas com deficiência. |
| Equipamentos | Telefone de uso exclusivo ou uso compartilhado, fax, impressora, máquina copadora, televisão, equipamento de som, DVD/vídeo cassete, datashow, câmera fotográfica, filmadora, veículo de uso exclusivo, veículo de uso compartilhado, acervo bibliográfico, brinquedoteca, brinquedos, materiais pedagógicos, culturais e esportivos. |
| Faixas etárias para as quais é ofertado o SCFV | Crianças de 0 a 6 anos de idade, crianças de 7 a 14 anos de idade, jovens de 15 a 17 anos de idade, adultos de 18 a 29 anos de idade, adultos de 30 a 59 anos de idade, idosos (60 anos ou mais). |
| CrITÉRIOS de admissÃO de usuÁRIOS | Quais as idades mÍnimas e mÁximas para admissÃO? Por quanto tempo, em mÉdia, o usuÁrio fica no SCFV? Qual a capacidade mÁxima para o atendimento na unidade? |

| | |
|---|--|
| <p>Atividades promovidas sistematicamente pela Unidade em relação ao Serviço de Convivência</p> | <p>Visitas domiciliares da equipe técnica da unidade à família do usuário, reuniões com grupos de famílias dos usuários, palestras/oficinas, atividades recreativas, discussão de casos com outros profissionais da rede, atividades com participação da comunidade.</p> |
| <p>Atividades realizadas com familiares/responsáveis dos participantes dos grupos do SCFV na unidade</p> | <p>Atendimentos coletivos periódicos, coletivos eventuais (palestras), individualizados, periódicos, individualizados eventuais.</p> |
| <p>Pessoas de comunidades e/ou povos tradicionais atendidas pela Unidade no SCFV</p> | <p>Povos indígenas, comunidade quilombola, comunidade ribeirinha, povos ciganos, comunidades extrativistas e outros povos e comunidades tradicionais.</p> |

Vocês viram como são inúmeras as informações do Censo SUAS sobre os equipamentos da rede de atendimento municipal? Para ampliar o seu conhecimento, consulte também os questionários dos outros serviços e ações!

Na Unidade III, veremos como as equipes da PSB poderão utilizar os conhecimentos difundidos nas Unidades I e II para planejar as ofertas da PSB.

UNIDADE III:

PLANEJAMENTO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

UNIDADE III: PLANEJAMENTO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A oferta de qualidade dos serviços da PSB, que atinja os objetivos de prevenir situações de risco e fortalecer vínculos familiares e comunitários, implica no planejamento das ações a serem desenvolvidas pelas equipes de referência. As informações disponibilizadas pelos instrumentos informacionais do SUAS, discutidos anteriormente neste caderno, podem auxiliar nesse planejamento.

A partir dessas informações, os profissionais da PSB poderão ter acesso a um conjunto de dados que caracterizam as famílias residentes nos territórios e que direcionarão sua atuação para com essas famílias, visando alcançar aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social para que sejam desenvolvidas ações de prevenção a situações de violações de direitos.

As ações a serem desenvolvidas pela PSB no município devem sempre estar em conformidade com as demandas da população e do território de abrangência do CRAS. O conhecimento dessas demandas é fundamental para o planejamento da oferta de atividades que atendam às necessidades e aos anseios da população.

Os instrumentos informacionais do SUAS apresentados na Unidade anterior, apesar de possibilitarem a apreensão de diversas informações importantes sobre a população e o território, por si só não são suficientes para um conhecimento aprofundado de suas necessidades. Muitas informações não podem ser identificadas por meio desses instrumentos, pois vão além do que eles conseguem captar. São informações subjetivas, que permeiam as relações interpessoais e, para que sejam compreendidas, é necessário o contato direto, mais próximo com a população. Dessa forma, ao planejar suas ações, as equipes da PSB devem considerar esse aspecto da população e do território.

O planejamento das ações da PSB será mais efetivo quando forem consideradas as características que são próprias de cada comunidade e de cada território, tais como: tradições, costumes, relações comunitárias, redes de apoio, redes de serviços, entre outras. É fundamental, também, que os usuários participem desse planejamento, expondo as particularidades de cada comunidade, bem como suas demandas e expectativas.

Uma ferramenta importante que pode auxiliar as equipes da PSB no planejamento das ações a serem desenvolvidas pelo CRAS é o plano de ação. No plano de ação devem estar previstos as metas e objetivos a serem alcançados e as atividades a serem desenvolvidas para esse alcance. Tais metas e objetivos, além de observar as demandas da população e do território, devem estar em conformidade com os pressupostos da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e das legislações do SUAS e constar no Plano Municipal de Assistência Social do Município (PMAS).

O PMAS é um instrumento elaborado pela gestão municipal de assistência social, no qual devem constar: estudos e diagnósticos da realidade do município; mapeamento e identificação da rede intersetorial; objetivos a serem alcançados; estabelecimento de metas, diretrizes e prioridades; previsão de recursos; estabelecimento de ações de monitoramento e avaliação (MDS, 2009).

Nesta Unidade discutiremos algumas estratégias que podem auxiliar as equipes técnicas da PSB no planejamento das ações de dois serviços ofertados: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

No entanto, antes de abordarmos as ações específicas dos serviços, é importante discutirmos brevemente a respeito das ações da função de gestão territorial do principal equipamento da PSB: o CRAS.

3.1 Gestão Territorial da PSB

A gestão da PSB no território de abrangência do CRAS, de acordo com as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2009), consiste na articulação da rede socioassistencial, na promoção da articulação intersetorial e na busca ativa. A gestão da PSB está relacionada ao princípio de descentralização do SUAS e busca atuar preventivamente, disponibilizando serviços próximos aos locais de moradia dos usuários e tornando o CRAS uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

É por meio do conhecimento do território, do mapeamento e coordenação da rede socioassistencial, da busca ativa e da articulação com as demais políticas sociais que se

torna viável a integralidade da proteção socioassistencial dos usuários. Tais processos potencializam as ofertas da PSB ampliando a prioridade de acesso aos serviços públicos pelas famílias em situação de maior vulnerabilidade. Além disso, possibilitam a identificação dos contextos em que essas famílias estão inseridas para que as equipes possam atuar por meio de ações preventivas e protetivas.

A gestão territorial, ainda de acordo com as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2009), é de responsabilidade do coordenador do CRAS, entretanto, para que seja desenvolvida, deve contar com o apoio e auxílio dos demais integrantes da equipe de referência.

O coordenador é peça fundamental no CRAS, uma vez que: é o responsável pela gestão territorial; deve participar do planejamento da política de assistência social no município; é responsável pela articulação do PAIF com demais serviços ofertados no CRAS; é responsável pela articulação da rede de serviços de PSB no território de abrangência do CRAS; é responsável por promover a articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda; deve planejar reuniões periódicas com a equipe de referência do CRAS; dentre muitas outras atribuições.

Vamos conhecer um pouco sobre como as ações da gestão territorial da PSB podem auxiliar as equipes do CRAS na oferta dos serviços socioassistenciais.

3.1.1 Articulação e Ações Intersetoriais

A NOB/SUAS considera rede socioassistencial “o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS”.

A articulação da rede socioassistencial na PSB é o estabelecimento de contatos e parcerias entre o CRAS e outras unidades de assistência social do território, tais como: entidades comunitárias, entidades filantrópicas, centros de convivência, entre outras.

Já a rede intersetorial é composta por equipamentos, públicos e privados, de diversas políticas públicas. A articulação intersetorial consiste na parceria entre diferentes setores

que, trabalhando de forma integrada, buscam alcançar resultados mais expressivos na vida da população. Essa articulação envolve escolas, unidades básicas de saúde, áreas de lazer, cultura, entre outras.

A identificação das redes socioassistencial e intersetorial e a articulação do CRAS com essas unidades são estratégias importantes, uma vez que os equipamentos ofertam serviços a uma mesma população em situação de vulnerabilidade, visando à sua proteção integral e à melhoria de sua qualidade de vida.

A identificação das redes socioassistencial e intersetorial podem auxiliar o desenvolvimento e o planejamento de ações da PSB, tais como:

- Estabelecimento de fluxos de encaminhamentos;
- Conhecimento dos equipamentos presentes no território para o encaminhamento de famílias a outros serviços;
- Realização de reuniões periódicas para articulação das ações;
- Identificação conjunta de demandas e particularidades dos territórios;
- Discussão sobre o território e sobre as proteções e desproteções identificadas;
- Estabelecimento de contatos e alianças; e,
- Estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de ações.

A identificação da rede socioassistencial pode ser realizada utilizando-se de alguns dos instrumentos informacionais do SUAS, como o Censo SUAS e o CadSuas, que devem ser preenchidos pelos equipamentos socioassistenciais do município, conforme as orientações disponíveis na unidade anterior.

Já a identificação da rede intersetorial não pode ser realizada por meio desses instrumentos. Cabem ao Gestor Municipal da Assistência Social a identificação e a articulação com as demais políticas públicas setoriais para o estabelecimento de fluxos e procedimentos de atendimento à população.

3.1.2 A Busca Ativa Como Estratégia de Identificação de Vulnerabilidades e Prevenção de Situações de Risco Social

A busca ativa, de acordo com as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (BRASIL, 2009), é a procura intencional que a equipe da PSB realiza no território, visando identificar as situações de maior vulnerabilidade, conhecer melhor o território e a realidade local. Seu foco são os possíveis usuários dos serviços da PSB que ainda não acessaram o CRAS por demanda espontânea ou por encaminhamento de outras áreas. Pressupõe o diagnóstico e é por ele viabilizada, no sentido de propiciar ao CRAS o exercício da sua função preventiva e proativa.

A busca ativa, portanto, é uma estratégia, um método a ser utilizado pelos profissionais da PSB, que vai ao encontro de famílias que poderão ser inseridas em ações de atendimento ou no processo de acompanhamento familiar. Visa ao enfrentamento de situações de

vulnerabilidade social, a prevenção de situações de risco, a garantia do acesso a direitos, ao estímulo do protagonismo e à autonomia. Sua realização depende substancialmente de informações provenientes da Vigilância Socioassistencial e dos instrumentos informacionais do SUAS abordados na Unidade anterior.

A seguir discutiremos a respeito de como as equipes da PSB podem utilizar as informações disponibilizadas pelos instrumentos informacionais do SUAS, visando a alcançar famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social para posterior inserção nos serviços da PSB. Para isso, selecionamos alguns exemplos de situação de vulnerabilidade dentre vários.

Ressaltamos que as estratégias que aqui serão apresentadas são somente alguns exemplos e sugestões para auxiliar no planejamento das ações a serem desenvolvidas com as famílias. Dessa forma, as equipes da PSB dos municípios possuem total liberdade para criar e utilizar estratégias diferentes.

a) Busca Ativa de Famílias em Descumprimento de Condicionalidades do PBF

A busca ativa de famílias em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF é uma ação essencial para o trabalho preventivo. Os técnicos da PSB devem compreender que o descumprimento de condicionalidades podem revelar dificuldades de acesso aos serviços básicos de Educação e de Saúde apontando com isso a baixa frequência escolar, o pré-natal e a vacinação não realizados. Tais casos podem decorrer de questões que indicam agravos de situações de vulnerabilidade ou violações de direitos que poderão ser identificadas nos processos de atendimento e acompanhamento familiar desenvolvidos pelo PAIF.

As condicionalidades do PBF referem-se às áreas de Saúde e Educação. Na Saúde, as gestantes deverão realizar o pré-natal, comparecendo à Unidade Básica de Saúde mais próxima à sua residência e participar de atividades educativas sobre o aleitamento materno e a alimentação saudável. As nutrizes também são aconselhadas a participarem dessas atividades. As crianças menores de sete anos deverão ser vacinadas, mantendo o cartão de vacinação em dia e acompanhadas quanto ao seu crescimento e desenvolvimento. Na Educação, as crianças e adolescentes de seis a dezessete anos deverão ser matriculadas na escola. Crianças e adolescentes de até quinze anos devem manter uma frequência mínima de 85% nas aulas. Já os adolescentes de dezesseis e dezessete anos deverão ter uma frequência de 75% (BRASIL, 2014).

Através do SICON, os profissionais da PSB poderão ter acesso à relação das famílias que se encontram em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF, conforme demonstrado na Unidade anterior. Tal informação é importante para que essas famílias sejam identificadas e localizadas pelo CRAS, possibilitando o desenvolvimento das ações de acompanhamento familiar e a superação de situações de vulnerabilidade.

O primeiro passo é acessar o SICON seguindo as orientações disponíveis na Unidade anterior deste caderno. A partir desse acesso será baixada uma lista contendo todas as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades do município.

Os efeitos do descumprimento de condicionalidades do PBF no benefício que a família recebe são: advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento.

É importante ressaltar que as listas de descumprimento baixadas através do SICON contêm informações de todas as famílias do município. É necessário que a referida lista seja organizada de acordo com os bairros, para que seja possível identificar os territórios de cada CRAS.

Os municípios de pequeno porte que possuem apenas um ou dois CRAS referenciam um número menor de bairros e terão uma lista mais simplificada. Já nos municípios de médio e grande porte, nos quais estão implantados um número maior de CRAS, essa tarefa exigirá mais tempo. Nesse caso, recomenda-se que o setor de vigilância socioassistencial, quando existir, realize essa função.

Identificadas as famílias do território, as equipes da PSB terão dados que permitirão o planejamento de ações de busca ativa dessas famílias.

Algumas estratégias que podem auxiliar os profissionais no planejamento dessas ações são:

- Identificar quais são as famílias que se encontram em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF e verificar quais delas estão em fase de suspensão e podem ter o benefício cancelado;
- Localizar as famílias no território e analisar se há algum local de concentração das mesmas;
- Averiguar quais são as famílias que estão aparecendo reiteradas vezes nas listas de descumprimento;
- Investigar se as famílias estão referenciadas ao CRAS e se já participaram de

- alguma ação desenvolvida por este equipamento;
- Identificar se essas famílias são acompanhadas pelo PAIF; e,
- Buscar formas de se chegar até essas famílias e verificar os recursos necessários para essa ação.

Apartir dessas estratégias, as equipes poderão planejar e posteriormente desenvolver ações como:

- Visitas domiciliares;
- Contatos telefônicos;
- Envio de correspondências para localização e atendimento das famílias no CRAS;
- Planejamento de oficinas do PAIF e ações comunitárias para discussão e reflexão sobre temas de interesse dos usuários e outros relacionados ao PBF;
- Reuniões com a rede intersetorial (Saúde e Educação) para identificação de possíveis problemas e soluções relacionados ao descumprimento de condicionalidades; e,
- Inserção em atividades do SCFV.

b) Busca Ativa de Famílias com Membros Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Os beneficiários do BPC constituem-se como um dos públicos a serem acompanhados prioritariamente pelo PAIF, conforme mencionado na Unidade I. Identificar, atender e acompanhar as famílias com membros beneficiários do BPC é de extrema importância para o enfrentamento a situações de vulnerabilidade social e para prevenir a ocorrência de situações de risco e violações de direitos, além de proporcionar a identificação e o estímulo das potencialidades das famílias e de seus membros.

As ações de busca ativa dos beneficiários do BPC podem ser orientadas através da utilização dos instrumentos informacionais do SUAS, principalmente do CECAD e do SuasWeb.

Conforme demonstrado na Unidade anterior, para localizar e caracterizar os beneficiários do BPC, os profissionais da PSB poderão, por exemplo, utilizar as planilhas do SuasWeb e do CECAD para cruzar as informações e identificar, dentre as pessoas idosas e/ou com deficiência do município:

- Quais recebem BPC e já possuem cadastro no CadÚnico;
- Quais recebem BPC e não possuem cadastro no CadÚnico; e,
- Quais estão no CadÚnico, possuem perfil para acesso ao BPC e ainda não recebem o benefício.

Apartir da identificação desse público no município, as equipes da PSB poderão dar início ao planejamento das ações para a realização da busca ativa.

Algumas estratégias que podem auxiliar os profissionais no planejamento da busca ativa desse público são:

- Identificar quais são os beneficiários do BPC que residem no território do CRAS, dentre eles:
 - a) As pessoas idosas beneficiárias do BPC;
 - b) As pessoas com deficiência beneficiárias do BPC.
- Localizar onde esses beneficiários residem;
- Identificar se há uma prevalência de beneficiários idosos em determinado local do território;
- Verificar se as famílias desses beneficiários estão referenciadas ao CRAS e se já participaram de alguma ação desenvolvida por esse equipamento;
- Averiguar se as famílias dos beneficiários estão cadastradas no CadÚnico;
- Analisar se existem beneficiários cadastrados no CadÚnico que residem sozinhos;
- Identificar as pessoas com perfil de renda para acesso ao BPC e que ainda não recebem o benefício;
- Localizar os beneficiários menores de 18 anos de idade e verificar se estão matriculados na rede de ensino;
- Identificar no território a existência de outros serviços setoriais que atendam o público do BPC; e,
- Buscar formas de se chegar até essas famílias e verificar os recursos necessários para essa ação.

A partir de tais estratégias as equipes poderão planejar e posteriormente desenvolver ações como:

- Visitas domiciliares;
- Contatos telefônicos;
- Envio de correspondências para atendimento das famílias no CRAS;
- Acolhida das famílias em domicílio, quando houver necessidade;
- Planejamento de oficinas do PAIF e ações comunitárias para discussão e reflexão sobre temas relacionados ao BPC, aos direitos da pessoa idosa e aos direitos da pessoa com deficiência; e,
- Inserção em atividades do SCFV.

As equipes deverão atentar-se para algumas prioridades que podem indicar o agravamento da situação de vulnerabilidade ou uma possível situação de violação de direitos, por exemplo:

- Pessoas idosas e/ou com deficiência que residem sozinhas;
- Pessoas com deficiência na faixa etária de 0 a 18 anos que não frequentam a escola;
- Pessoas idosas que possuem algum tipo de deficiência;
- Pessoas com deficiência que dependem de cuidados de vizinhos; e,
- Pessoas idosas e com deficiência que estão em situação de acolhimento.

c) Busca Ativa de Famílias com Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social

Conforme mencionado na Unidade I, famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social também são consideradas prioritárias para inserção nas ações de atendimento/acompanhamento do PAIF. A identificação dessas famílias para realização da busca ativa das que ainda não estão referenciadas ao CRAS pode ser feita através do CECAD.

A partir das informações obtidas pelo cruzamento de variáveis do CECAD, conforme demonstrado na Unidade II, os profissionais do CRAS terão dados que possibilitam a identificação de vulnerabilidades desse público, tais como: crianças e adolescentes fora da escola, crianças e adolescentes em situação de trabalho, crianças e adolescentes pertencentes a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que ainda não recebem benefício do PBF, crianças e adolescentes com deficiência, entre muitas outras. A partir dessa identificação, as equipes da PSB poderão dar início ao planejamento das ações para a realização da busca ativa.

Algumas estratégias que podem auxiliar os profissionais no planejamento da busca ativa desse público são:

- Identificar quais são as crianças e adolescentes que residem no território do CRAS;
- Pesquisar o local de moradia dessas crianças e adolescentes;
- Analisar se há uma prevalência de crianças ou adolescentes em determinado local do território;
- Verificar se as famílias dessas crianças e adolescentes estão referenciadas ao CRAS e se já participaram de alguma ação desenvolvida por este equipamento;
- Averiguar se as crianças e adolescentes estão matriculadas em estabelecimentos de ensino;
- Identificar a existência de crianças e adolescentes com deficiência;
- Localizar crianças e adolescentes com deficiência com perfil para acesso ao BPC que ainda não acessaram o benefício;
- Identificar as famílias beneficiárias do PBF que possuem crianças e adolescentes em sua composição;
- Verificar a existência de famílias com perfil para o PBF que ainda não acessaram o benefício;
- Apurar a existência de crianças e adolescentes em situação de trabalho;
- Buscar formas de se chegar até essas famílias e verificar os recursos necessários para essa ação; e,
- Identificar no território, a existência de outros serviços setoriais que atendam esse público.

A partir dessas estratégias, as equipes poderão planejar e posteriormente desenvolver ações, tais como:

- Visitas domiciliares;
- Contatos telefônicos;
- Envio de correspondências para atendimento das famílias no CRAS;
- Planejamento de oficinas do PAIF e ações comunitárias para discussão e reflexão sobre temas relacionados aos direitos da criança e do adolescente;
- Reuniões com a área de educação para identificação e solução de possíveis problemas na permanência da criança ou adolescente na escola; e,
- Inserção em atividades do SCFV.

d) Busca Ativa de Famílias Residentes em Área Rural, Famílias Indígenas, Famílias Quilombolas e Famílias Pertencentes a Grupos Tradicionais e Específicos em Situação de Vulnerabilidade Social

Famílias residentes em áreas rurais, indígenas, quilombolas ou pertencentes a grupos tradicionais e específicos que se encontram em situação de vulnerabilidade social também devem ser pensadas como prioridade para a busca ativa, visto que algumas vezes se encontram geograficamente afastadas dos equipamentos socioassistenciais. Além do fator geográfico, esse público possui outras especificidades, relacionadas a aspectos identitários, culturais e relacionais e podem apresentar vulnerabilidades associadas ao precário ou nulo acesso aos serviços públicos e à renda.

A atuação da PSB junto a essas famílias muitas vezes será diferenciada, já que em algumas situações será necessário que os serviços da assistência social se desloquem até essas famílias. Uma estratégia importante para solucionar essa questão é a implementação de Equipes Volantes.

As Equipes Volantes são constituídas por profissionais de nível médio e superior que se deslocam em territórios rurais e/ou afastados da sede do CRAS para o desenvolvimento das atividades da PSB.

O primeiro passo a ser dado pelas equipes da PSB em relação a essas famílias é a busca ativa. É necessário que as equipes tenham informações para planejar e orientar o acesso a essas famílias. Um dos instrumentos informacionais do SUAS que pode ser utilizado para este fim é o CECAD.

Conforme verificado na Unidade anterior, o CECAD possui variáveis específicas que permitem a identificação de cada uma das situações descritas neste tópico. Essas variáveis são as de número 3, 2 e 11.

A partir das informações disponíveis nessas variáveis e outras que podem ser geradas através do cruzamento de dados com as demais variáveis, será possível planejar ações de busca ativa das famílias que residem em área rural, quilombolas, indígenas ou pertencentes a grupos tradicionais e específicos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

No processo de busca ativa, é importante que os profissionais da PSB considerem a história das comunidades, sua identidade, cultura e tradições, com sensibilidade e abstendo-se de julgamentos. Isso significa dar visibilidade e empoderamento às famílias como protagonistas da história que é intrínseca ao território.

Algumas estratégias que podem servir como bases para o planejamento dessa busca ativa são:

- Apurar quantas famílias residem em domicílios pertencentes à área rural;
- Identificar quais são essas famílias;
- Verificar a existência de famílias quilombolas, indígenas e pertencentes a grupos tradicionais e específicos;
- Averiguar se essas famílias estão referenciadas ao CRAS e se já participaram de alguma ação desenvolvida por esse equipamento;
- Identificar o perfil de renda dessas famílias;
- Detectar a existência de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Pesquisar se existem famílias com membros beneficiários do BPC;
- Investigar se existem famílias com perfil para o Programa Bolsa Família que ainda não acessaram o benefício;
- Verificar a existência de crianças e adolescentes em situação de trabalho;
- Definir formas de se chegar até essas famílias e recursos necessários para essa ação; e,
- Identificar no território, a existência de outros serviços setoriais que atendam esse público.

A partir dessas estratégias as equipes poderão planejar e posteriormente desenvolver ações, tais como:

- Visitas domiciliares;
- Contatos telefônicos;
- Envio de correspondências para localização e atendimento das famílias no CRAS;
- Instituição de equipes volantes para realizar o atendimento das famílias que residem em locais afastados do CRAS;
- Planejamento de oficinas do PAIF e ações comunitárias para discussão e reflexão sobre temas relacionados às tradições culturais dessas populações;
- Inserção em atividades do SCFV; e,
- Desenvolvimento de grupos do SCFV em locais mais próximos às famílias que residem em locais afastados do CRAS.

Dica Importante!

Para todas as situações de busca ativa citadas, o endereço das famílias é peça fundamental para planejar as ações a serem desenvolvidas. Os profissionais poderão separar o público por bairro, de acordo com o território de abrangência dos CRAS. Após a divisão por bairros, poderão ainda separar a listagem por ruas para identificar as pessoas que residem próximas umas das outras. Esse planejamento otimizará o tempo das equipes da PSB e qualificará a busca ativa, uma vez que os profissionais poderão estabelecer as prioridades, saber quais ferramentas serão necessárias e planejar os dias e o tempo necessário para a realização da ação.

Após a apropriação dessas informações, do planejamento e do desenvolvimento das ações de busca ativa junto ao público da assistência social, as equipes técnicas poderão iniciar com as famílias a inserção nos serviços da PSB, conforme veremos a seguir.

3.2 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O principal serviço da PSB é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que consiste no trabalho social com famílias e deve ser executado obrigatoriamente no CRAS. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), é um serviço de caráter continuado, que tem como objetivo o fortalecimento da função protetiva das famílias, a prevenção da ruptura de vínculos familiares e comunitários, a promoção e ampliação do acesso e usufruto de direitos e a contribuição na melhoria da qualidade de vida. Para além disso busca o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, através de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Dessa forma, o PAIF visa a anteceder as ocorrências de risco e violação de direitos de modo a produzir informações capazes de identificar e fortalecer os recursos disponíveis das famílias, suas potencialidades, bem como a forma como se organizam, o seu desenvolvimento no âmbito da participação popular, sociabilidade e o conhecimento das redes sociais de apoio localizadas nas áreas de abrangência, agindo de forma preventiva.

A materialização do PAIF se dá através do Trabalho Social com Famílias (TSF) que ocorre por meio de dois processos distintos, porém complementares: o atendimento e o acompanhamento familiar.

Trabalho Social com Famílias (TSF) é, portanto, um conjunto de procedimentos efetuados com o objetivo de contribuir para a convivência, o reconhecimento de direitos e as possibilidades de intervenção na vida social de uma família. Desenvolve ações de caráter protetivo, preventivo e proativo e possui como finalidades:

- Assegurar a convivência familiar e comunitária;
- Proteger os direitos sociais; e,
- Apoiar as famílias no desempenho de sua função protetiva e de socialização.

O TSF, no âmbito da PSB, requer a assimilação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa dos processos de trabalho na perspectiva preventiva, protetiva e proativa. Não é nossa intenção discutir neste documento os pressupostos² do TSF. Entretanto, gostaríamos de lembrar que a dimensão ético-política dos processos de trabalho requer do profissional o reconhecimento e o respeito aos usuários do SUAS como cidadãos e detentores de direitos. Além disso, deve considerar esses usuários como sujeitos históricos que exercem a sua autonomia e participam dos espaços sociais, com capacidade de influenciar e decidir sobre sua própria vida, sua comunidade/território, sua cidade e as políticas públicas das quais são destinatários.

Nas próximas seções entenderemos melhor o atendimento e o acompanhamento familiar e discutiremos o planejamento das ações de PSB, relacionando-o com os aspectos técnico-operativos do TSF.

3.2.1 Acolhida de Famílias em Situação de Vulnerabilidade e Referenciamento ao CRAS

A acolhida, de acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), é o primeiro contato que a família ou um de seus membros possui com a equipe técnica do PAIF. É o momento no qual a família apresentará suas demandas e serão repassadas informações sobre os serviços da PSB, da rede socioassistencial e de outras políticas setoriais. É também

² Para obter mais informações sobre os pressupostos que envolvem o conjunto de procedimentos desenvolvidos pelo TSF, consulte as Orientações Técnicas sobre o PAIF vol. 2 (BRASIL, 2012) e o documento Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2016).

o momento em que os vínculos entre a família e o técnico começarão a ser estabelecidos. Devido a isso, a acolhida deve ser realizada de forma atenciosa e respeitosa, buscando-se compreender a realidade familiar sem julgamentos precipitados e garantindo-se o sigilo das informações.

A acolhida no PAIF pode ser realizada de duas formas: particularizada ou em grupo, sendo que uma forma não exclui a outra, pois são complementares. Assim, sugere-se que as famílias que tenham sido acolhidas de forma coletiva sejam, posteriormente, acolhidas individualmente para que os técnicos possam escutar suas demandas individuais e realizar as demais ações necessárias.

Acolhida em grupo: é a acolhida realizada com duas ou mais famílias, com o objetivo de repassar informações sobre o PAIF, escutar e identificar demandas das famílias, compreender os impactos que o território onde essas famílias residem tem sobre essas demandas e discutir temas de interesses das famílias ou da comunidade (BRASIL, 2012).

Acolhida particularizada: é a acolhida realizada com apenas uma família ou um de seus membros. Pode ser realizada no CRAS ou no domicílio da família, sendo esta indicada quando a família não responde aos convites feitos pelo CRAS ou vivencia situação de vulnerabilidade ou risco (BRASIL, 2012).

Ao planejar a acolhida, os técnicos do PAIF deverão ter claro para quais famílias será destinada essa ação. Após buscar as informações sobre as famílias do território, a partir dos instrumentos informacionais do SUAS, os profissionais convidarão as famílias em situação de vulnerabilidade que ainda não estejam referenciadas ao CRAS para a ação de acolhida.

Para a acolhida em grupo, a equipe poderá utilizar de várias estratégias para convidar as famílias ao CRAS, tais como: cartas, cartazes e panfletos com informações sobre a ação, seu objetivo, a importância da presença da família, a data, o horário e o local que será realizada. Também poderá verificar a possibilidade de firmar parcerias com as Unidades Básicas de Saúde e as escolas presentes no território para que esses equipamentos auxiliem na divulgação da ação.

Para a acolhida particularizada a equipe poderá sensibilizar e convidar as famílias a partir da acolhida em grupo, falando sobre as principais diferenças entre as duas formas de ação, com foco na escuta qualificada das demandas individuais da família. A acolhida particularizada proporciona um entendimento mais aprofundado das situações de vulnerabilidades.

Uma vez acolhidas e identificadas as demandas das famílias, as equipes da PSB terão condições de avaliar a necessidade de inclusão no PAIF, seja através de outras ações de atendimento, seja através do acompanhamento familiar. Diante disso, é importante que a acolhida seja realizada de forma respeitosa, com empenho, conduta ética e escuta qualificada por parte dos profissionais. O processo de acolhida e a consequente identificação das demandas são fundamentais para o planejamento de ações futuras para com as famílias.

A partir da acolhida, a família deverá ser referenciada ao CRAS através do encaminhamento para a realização do seu cadastro no CadÚnico, nos casos em que ainda não houver sido realizado. A equipe do CadÚnico não deve se esquecer de preencher o campo 3.12 do formulário que solicita o nome e o código do CRAS/CREAS em que os membros da família são atendidos.

Vejamos, agora, outras formas de inserção em ações do PAIF, a partir das demandas apresentadas e da avaliação das equipes da PSB.

3.2.2 Inclusão de Famílias Prioritárias em outras Ações de Atendimento do PAIF

Para entendermos melhor as formas de inclusão das famílias no PAIF, é necessário que façamos uma breve diferenciação entre o atendimento e o acompanhamento familiar:

- O atendimento, de acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), configura-se como uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, visando a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território. É realizado pelos técnicos de nível superior do CRAS, através das ações do PAIF, as quais serão listadas a seguir:
 - a) Acolhida;
 - b) Oficinas com Famílias;

- c) Ações Comunitárias;
 - d) Ações Particularizadas; e,
 - e) Encaminhamentos.
- O acompanhamento familiar é um processo contínuo, um conjunto de intervenções, que será apresentado de forma detalhada no próximo item.

Conforme mencionado anteriormente, a acolhida é o primeiro contato da família com o serviço. Através dela, os técnicos do CRAS avaliarão a necessidade de inclusão em outras ações do PAIF e/ou no acompanhamento familiar.

Vejamos, então, as demais formas de inserção das famílias no PAIF através do atendimento.

3.2.2.1 Oficinas com Famílias

As oficinas com famílias propiciam uma reflexão crítica das inúmeras situações vivenciadas por elas em seu cotidiano e no território que vivem. Devem ser realizadas com os responsáveis familiares e com outros membros, “de modo a torná-las mais heterogêneas e diversificar os pontos de vista sobre os temas discutidos, enriquecendo a troca de vivências e possibilitando aos participantes o exercício de convivência, diálogo e reflexão” (BRASIL, 2012, vol. 2, p. 27).

Todos os integrantes familiares, ou seja, homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, podem e devem participar das oficinas com famílias! É importante que os profissionais se atentem para não reproduzirem práticas moralistas, sexistas ou de predileção de gênero sobre o exercício de determinados papéis sociais que podem ser abordados nas oficinas.

De acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), o objetivo dessas oficinas é promover a

reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos (BRASIL, 2012, vol. 2, p. 24).

Os técnicos do PAIF poderão elaborar propostas de oficinas e selecionar as famílias que serão convidadas a participarem, a partir das situações de vulnerabilidade social identificadas na busca ativa, das demandas escutadas e identificadas nas ações de acolhida e durante o processo de acompanhamento familiar (que será discutido mais adiante).

O tempo de duração da oficina, o número de encontros, os dias em que será realizada e as estratégias que serão utilizadas deverão ser planejados pela equipe técnica do CRAS juntamente com as famílias participantes, tendo sempre a atenção de escutar e considerar as demandas manifestadas por essas famílias.

As famílias que recebem benefícios eventuais também podem participar de oficinas com famílias.

Ao planejar as oficinas com famílias, os técnicos do PAIF poderão, por exemplo, observar:

- Quais e quantas famílias serão convidadas a participar da oficina;
- Qual temática será proposta a essas famílias;
- Que tipos de demandas e temáticas foram abordadas no processo de acolhida e podem ser trabalhadas nas oficinas;
- Que tipo de atividades podem ser propostas às famílias;
- Quais recursos serão necessários (profissionais, espaço, materiais);
- No primeiro encontro: escuta das expectativas dos participantes, estabelecimento de regras de funcionamento do grupo, definição do número de encontros, do tempo de duração da oficina e dos dias em que será realizada, de acordo com os objetivos a serem alcançados e a disponibilidade dos profissionais e dos participantes.
- Diversos temas podem ser sugeridos para as oficinas, tais como: direitos socioassistenciais; benefícios de transferência de renda; acesso a serviços básicos; mercado de trabalho; relações interpessoais; família; comunidade; ciclos de vida; redes de apoio, entre outros.
- Ao final da oficina, recomenda-se que seja realizada uma avaliação, com opiniões dos profissionais e das famílias, para que os pontos positivos e negativos dos processos possam ser identificados.

Os técnicos do PAIF, durante a realização das oficinas, devem estar sempre atentos às especificidades daquele conjunto de famílias, seus interesses e perspectivas. Em alguns momentos, pode ser necessária a redefinição de estratégias e objetivos, pensada com o auxílio dos participantes.

Exemplo: No município “M”, os técnicos do PAIF identificaram 10 famílias beneficiárias do PBF sendo acompanhadas por descumprimento de condicionalidades da área de educação, em fase de bloqueio do benefício. Decidiram, então, convidar essas famílias para participar de uma oficina para discutir o direito das crianças e adolescentes ao acesso a serviços públicos, entre eles a educação, bem como sobre a importância do acesso a esse direito como possibilidade de promoção à interrupção do ciclo intergeracional da pobreza. Após definir as famílias a serem convidadas, a temática a ser trabalhada, os profissionais que seriam responsáveis pela condução do grupo, o espaço onde seria realizada a oficina e uma data de início das atividades, os técnicos realizaram o convite a essas famílias falando sobre a temática a ser desenvolvida. No primeiro encontro definiram, juntamente com as famílias, as regras de funcionamento do grupo e propuseram o tempo de duração, o número de encontros e os dias da semana em que a oficina seria realizada, considerando os objetivos a serem alcançados e a disponibilidade de todos os envolvidos.

3.2.2.2 Ações Comunitárias

As ações comunitárias também possuem caráter coletivo, porém mobilizam um número maior de participantes do que as oficinas com famílias e agregam diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum. Contribuem para o fortalecimento de vínculos comunitários, a mobilização social, o protagonismo e o desenvolvimento de sociabilidade, coletividade e organização da comunidade. Proporcionam espaços de discussão e acesso a informações, direitos e interesses comuns. Nesse sentido, atuam no território de modo a promover o exercício da cidadania e, conseqüentemente, prevenir situações de vulnerabilidade. São exemplos de ações comunitárias as palestras, as campanhas e os eventos comunitários (BRASIL, 2012).

A identificação dos temas e das formas de trabalho dependerá de um entendimento qualificado das demandas e potencialidades do território, considerando, inclusive, as sugestões das famílias. Para o desenvolvimento das ações comunitárias as equipes da PSB precisam conhecer o território e buscar compreendê-lo. É importante a articulação com lideranças locais e outros serviços presentes no território. Os instrumentos informacionais do SUAS também são importantes para sinalizar demandas a serem trabalhadas na comunidade, na medida em que permitem o conhecimento sobre a população residente no território do CRAS.

A partir das ferramentas do SUAS, das demandas da população, do conhecimento do território e da identificação das vulnerabilidades e potencialidades das famílias e do território, os técnicos do PAIF terão informações para subsidiar as ações comunitárias a serem desenvolvidas no território.

A escolha sobre o tipo de ação comunitária a ser realizada dependerá dos objetivos a serem alcançados pela equipe técnica em conjunto com as famílias.

Exemplo: No município “M”, através das informações disponibilizadas pelo CECAD e do conhecimento que os técnicos do PAIF já possuíam sobre a população e o território, foi constatada grande presença de idosos residentes no território do CRAS em situação de vulnerabilidade. Diante dessa informação, a equipe do CRAS decidiu realizar um evento comunitário para comemorar o Dia do Idoso. Para isso, estabeleceram a data em que o evento seria realizado, quais os profissionais seriam responsáveis, quais recursos seriam necessários para a mobilização (cartazes, panfletos, convites) e para realização (local, lanches, materiais para decoração, entre outros) e estabeleceram contatos com lideranças das comunidades, com o CREAS, com instituições de acolhimento e com as Unidades Básicas de Saúde do território para decidir como todos poderiam contribuir na organização e na realização do evento.

Os profissionais responsáveis pelo planejamento e execução das ações comunitárias devem buscar temas que estejam em consonância com a Política de Assistência Social e com o interesse das famílias. Além disso, é preciso atentar para a localização de espaços físicos adequados à realização das atividades e às formas de mobilizar e convidar as famílias a participar. Avaliações ao final do processo, inclusive com opiniões das famílias, são importantes para verificar se os objetivos foram alcançados e identificar aspectos a serem melhorados.

3.2.2.3 Ações Particularizadas

As ações particularizadas, de acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), se caracterizam como atendimentos direcionados à família ou algum de seus membros, de forma individualizada e após a acolhida. Através desses atendimentos, é possível conhecer mais profundamente as demandas, as potencialidades e a organização de uma determinada família. Assim como nas demais ações do PAIF, o objetivo é proteger a família, agindo de forma preventiva.

Algumas famílias possuem demandas e características particulares e não se sentem à vontade para exporem-nas de modo coletivo. Assim, a partir das observações feitas pelo técnico responsável pela acolhida da família ou por demanda da própria família, as ações particularizadas podem ser realizadas.

Algumas questões são importantes e devem ser observadas pelos técnicos do PAIF no planejamento das ações particularizadas:

- Conduta ética dos profissionais, imprescindível para que sejam evitados julgamentos e posturas indevidas perante a família em atendimento;
- Garantia de sigilo e privacidade; e,
- Espaço apropriado para a escuta (iluminado, arejado, longe de ruídos externos).

Outra questão que os técnicos devem considerar ao planejar a inserção de uma família em ação particularizada é o local onde ela será realizada: no CRAS ou no domicílio.

Os técnicos devem compreender que a ação particularizada domiciliar, de acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), deve ser utilizada em casos específicos, nos quais a família ou a referência familiar está impossibilitada de comparecer ao CRAS por alguma situação de vulnerabilidade.

As informações disponibilizadas pelos instrumentos informacionais do SUAS a respeito da população que reside no território, como a presença de pessoas idosas e/ou com deficiência dependentes de cuidados de terceiros, podem indicar alguns casos nos quais será necessário o desenvolvimento de ações particularizadas no domicílio, auxiliando o planejamento dos técnicos do PAIF.

A partir das ações particularizadas, os técnicos do PAIF, em conjunto com a família, poderão avaliar a necessidade e a possibilidade de outras formas de atendimento e/ou acompanhamento.

3.2.2.4 Encaminhamentos

Os encaminhamentos, conforme as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), referem-se ao direcionamento e orientação das famílias para outros serviços ou benefícios socioassistenciais e/ou para outros setores, possibilitando a proteção de forma integral.

No planejamento dessas ações é importante que as equipes da PSB, em conjunto com a rede socioassistencial e intersetorial, estabeleçam fluxos para operacionalizar os processos de encaminhamentos das famílias.

Os técnicos do PAIF, para garantir que a família seja realmente atendida em relação às suas demandas, devem realizar contatos prévios e posteriores com os locais de encaminhamento. Esses contatos são importantes para a certificação de que a família realmente acionou o serviço para o qual foi encaminhada.

Para isso, é importante manter no CRAS informações referentes a esses locais, tais como: telefone, endereço, horário de funcionamento, responsáveis pelos serviços ofertados. O CadSUAS é uma ferramenta que disponibiliza essas informações. Os encaminhamentos devem ser feitos de forma escrita e documentada nos prontuários das famílias.

Os encaminhamentos possibilitam que as famílias tenham acesso a serviços e direitos, a partir das redes socioassistencial e intersetorial do município.

3.2.3 Acompanhamento Familiar de Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Conforme mencionado anteriormente, o acompanhamento familiar é um dos processos de trabalho do PAIF. Constitui-se em “um processo de caráter continuado e planejado, por

período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pelas famílias, a definição de objetivos a serem alcançados” (BRASIL, 2012, vol. 2, p. 63).

Nem todas as famílias que forem inseridas em uma ou mais ações do PAIF necessitarão de um acompanhamento familiar. Deverão ser incluídas em acompanhamento aquelas que vivenciem situações de vulnerabilidade social, em especial, de acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF:

- Famílias contrarreferenciadas ao CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- Famílias com beneficiários do BPC de até 18 anos, que não estejam frequentando a escola;
- Famílias que estão em situação de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família; e,
- Demais famílias em situação de vulnerabilidade de acordo com a avaliação dos técnicos.

Atenção! O acompanhamento familiar prevê a inserção em ações do PAIF. Assim, uma família pode estar em acompanhamento e, ao mesmo tempo, participar de oficinas e ações comunitárias no âmbito do PAIF ou necessitar de algum tipo de encaminhamento. As ações de atendimento e o acompanhamento se articulam, constituindo parte do TSF e buscando a proteção social das famílias.

O acompanhamento familiar pode ser realizado de duas formas: particularizado ou em grupo. O acompanhamento particularizado é aquele cujas ações são direcionadas a uma única família e o acompanhamento em grupo é o processo desenvolvido com duas ou mais famílias.

Alguns instrumentos devem ser considerados no processo de acompanhamento familiar do PAIF: o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) e o SICON. Vamos agora entender um pouco mais sobre esses instrumentos.

a) Plano de Acompanhamento Familiar (PAF)

O acompanhamento familiar, seja ele particularizado ou em grupo, carece da elaboração de um documento que explicita quais são as situações de vulnerabilidades vivenciadas e quais

as possibilidades de intervenção vislumbradas, denominado Plano de Acompanhamento Familiar (PAF).

O PAF consiste no planejamento conjunto entre a(s) família(s) e o profissional responsável pelo acompanhamento familiar. Esse planejamento é necessário para o alcance dos objetivos esperados no processo.

O PAF, seja ele elaborado para uma única família, seja para um maior número de famílias, deve conter, de acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF:

- As demandas e necessidades da(s) família(s);
- As vulnerabilidades a serem superadas;
- As potencialidades que a(s) família(s) e seus membros possuem e que devem ser fortalecidas, para auxiliar a superação das vulnerabilidades;
- Os recursos presentes no território que podem ser utilizados, contribuindo para a superação das vulnerabilidades vivenciadas pela(s) família(s);
- As estratégias que os profissionais e a(s) família(s) adotará(ão) durante o processo; e,
- Os compromissos assumidos tanto pela(s) família(s) quanto pelos técnicos no processo de superação de vulnerabilidades.

Após a busca ativa das famílias em situação de vulnerabilidade social e da sua inserção em ações do PAIF, as famílias que necessitem do acompanhamento familiar serão identificadas pela equipe técnica que planejará todo o processo de acompanhamento a partir do PAF.

Atenção! Nenhuma família deve ser obrigada a participar do acompanhamento familiar e/ou de qualquer outra ação do PAIF. A inserção nesse processo depende da prévia anuência do responsável pela família. As atribuições descritas no PAF também devem ser acordadas com as famílias.

Não há um modelo padronizado de PAF a ser utilizado pelas equipes do PAIF. Os municípios possuem total autonomia para criar seu PAF, de acordo com suas necessidades. Entretanto, avaliamos que algumas questões são importantes e devem ser consideradas pelas equipes municipais no momento de elaboração do PAF. A seguir apresentamos essas questões a título de sugestão:

- Motivo do primeiro atendimento e que levou a inserção da família no processo de acompanhamento familiar:

De que forma a família (ou membro da família) acessou a Unidade para o primeiro atendimento?

- Por demanda espontânea
- Em decorrência de Busca Ativa realizada pela equipe da unidade
- Em decorrência de encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção Social Básica
- Em decorrência de encaminhamento realizado por outros serviços/unidades da Proteção Social Especial
- Em decorrência de encaminhamento realizado pela área de Saúde
- Em decorrência de encaminhamento realizado pela área de Educação
- Em decorrência de encaminhamento realizado outras políticas setoriais
- Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Conselho Tutelar
- Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Poder Judiciário
- Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Sistema de Garantia de Direitos (Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacias)
- Outros encaminhamentos

Sempre que o acesso for decorrente de algum encaminhamento, identifique detalhadamente o Nome e Contato do órgão/unidade que encaminhou o usuário: _____

Quais as razões, demandas ou necessidades que motivaram este primeiro atendimento?

Assinale abaixo caso a família, ou algum de seus membros, seja beneficiária de algum dos seguintes Programas Sociais:

- Bolsa Família BPC PETI Outro(s) Programa(s) prioritário(s): _____

- Potencialidades e vulnerabilidades identificadas em aspectos da vida familiar e comunitária:



CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Há quantos anos a família mora neste estado: anos () a família sempre morou no estado

Há quantos anos a família mora no município: anos () a família sempre morou no município

Há quantos anos a família mora no bairro atual: anos () a família sempre morou no mesmo bairro

A família, ou algum de seus membros, é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside?
 Sim Não Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações que sejam relevantes.

A família possui parentes que residam próximo ao seu local de moradia e que constituam rede de apoio e solidariedade?
 Sim Não Caso sim, utilize a página ao lado caso queira anotar o nome, parentesco e contato destes parentes mais próximos.

A família possui vizinhos que constituam rede de apoio e solidariedade?
 Sim Não Caso sim, utilize a página ao lado caso queira anotar o nome e contato de algum vizinho mais próximo.

A família, ou algum de seus membros, participa de grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições que constituam rede de apoio e solidariedade?
 Sim Não Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações que sejam relevantes.

A família, ou algum de seus membros, participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos?
 Sim Não Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações que sejam relevantes.

Existe alguma criança ou adolescente do grupo familiar que **não tem acesso** a atividades de lazer, recreação e convívio social?
 Sim Não Não se aplica (família sem criança/adolescente)

Existe algum idoso do grupo familiar que **não tem acesso** a atividades de lazer, recreação e convívio social?
 Sim Não Não se aplica (família sem idoso)

Há pessoas dependentes (crianças, idosos dependentes ou pessoas com deficiência) que permaneçam períodos do dia em casa sem a companhia de um adulto?
 Sim Não Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações que sejam relevantes.

Relações de Convivência Intrafamiliares *

| Percepção/Avaliação do técnico sobre as relações conjugais na família, se for o caso | Nome do Técnico | Data (Mês/Ano) |
|--|-----------------|----------------|
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |
| Percepção/Avaliação do técnico sobre as relações entre pais/responsáveis e os filhos inclusive entre o padrasto ou madrasta com o(s) enteado(s), se for o caso | Nome do Técnico | Data (Mês/Ano) |
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |
| Percepção/Avaliação do técnico sobre as relações entre os irmãos, se for o caso | Nome do Técnico | Data (Mês/Ano) |
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |
| () Conflituoso, com violência () Conflituoso, sem violência () Sem conflitos relevantes | | __/__/__ |

* A descrição ou detalhamento dos conflitos intrafamiliares, quando pertinente, poderá ser realizada na página ao lado.

Indique se há relações conflituosas envolvendo outros indivíduos que residam no domicílio?

- Sim, com presença de violência. Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações relevantes.
- Sim, sem presença de violência. Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações relevantes.
- Não há conflitos relevantes envolvendo outros indivíduos que residam no domicílio.

- Campo para registro das observações feitas pelo(s) técnico(s): Para cada aspecto da vida familiar, há um campo no Prontuário SUAS disponibilizado para o técnico registrar suas informações:



COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Outras observações referentes ao diagnóstico da composição familiar

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



CONDIÇÕES HABITACIONAIS DA FAMÍLIA

Outras observações referentes ao diagnóstico das condições habitacionais da família

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



CONDIÇÕES EDUCACIONAIS DA FAMÍLIA

Outras observações referentes ao diagnóstico das condições educacionais da família

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDIMENTOS DA FAMÍLIA

Outras observações referentes ao diagnóstico das condições de trabalho e rendimentos da família

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



CONDIÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Outras observações referentes ao diagnóstico das condições de saúde da família

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



ACESSO A BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Outras observações referentes ao acesso a Benefícios Eventuais

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Outras observações referentes ao diagnóstico das condições de convivência familiar e comunitária

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)



PARTICIPAÇÃO EM SERVIÇOS, PROGRAMAS OU PROJETOS QUE CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA E PARA O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Outras observações referentes à participação de membros da família em Serviços programas ou projetos que contribuam para o desenvolvimento da convivência comunitária e para o fortalecimento de vínculos *(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)*

- Planejamento e Evolução do acompanhamento familiar: Nesses campos poderão ser descritos os objetivos esperados, os compromissos assumidos pelo(s) técnico(s) e pela família, as ações a serem desenvolvidas a fim de cumprir os compromissos firmados e as mediações e intervenções realizadas:

PLANEJAMENTO INICIAL:

O planejamento inicial deve ser elaborado de forma dialogada com a família/indivíduo e considerar de forma particularizada as necessidades e as potencialidades de cada família. Nele se identificam os objetivos a serem perseguidos e as possíveis ações e estratégias para alcançá-los. Embora não deva ser encarado de forma rígida, o planejamento inicial ajuda a nortear o trabalho a ser desenvolvido com a família/indivíduo e a avaliar sua evolução.

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)

PLANEJAMENTO E EVOLUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

EVOLUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Entende-se por **evolução do acompanhamento familiar** todo o processo que se segue ao contato inicial com a família/indivíduo, por meio do qual o profissional aprofunda seu conhecimento sobre a realidade específica daquela família, planeja e realiza ações para alcance de determinados objetivos e avalia os resultados alcançados.

Este espaço do Prontuário é destinado às anotações qualitativas sobre aspectos importantes da vida familiar que venham a ser identificados durante o processo de acompanhamento. Deve, também, ser utilizado para anotações pertinentes aos procedimentos e atividades desenvolvidas com a família e para avaliação dos resultados obtidos.

(Atenção! Toda anotação incluída neste espaço deve ser precedida de data, nome e função do profissional responsável pela mesma)

- Registro das avaliações:

REGISTRO SINTÉTICO DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

A Avaliação de Resultados do Acompanhamento Familiar pode ser realizada a qualquer momento, a critério do profissional responsável. Entretanto, recomenda-se que o registro sintético da avaliação de resultados seja preenchido, no mínimo, uma vez a cada seis meses durante o período de acompanhamento; e obrigatoriamente, sempre que houver o desligamento de uma família do PAIF ou PAEFI.

A Avaliação de Resultados deve ser realizada com a participação da família acompanhada (ou indivíduo), e a avaliação do profissional também deve considerar as opiniões e percepções da própria família (ou indivíduo). Deve, ainda, haver especial atenção com a identificação dos fatores que contribuíram, ou que dificultaram, o alcance dos resultados esperados.

Nome do Profissional Responsável: _____

Data da Avaliação: ____/____/____ Número de meses que a família está sendo acompanhada: [__][__] meses

Foram efetivamente disponibilizadas para a família/indivíduo todas as ofertas de Assistência Social (em termos de serviços, benefícios, programas e projetos) cuja necessidade havia sido identificada pelo profissional?

Sim Parcialmente Não

Em relação aos encaminhamentos da família/indivíduo para as demais políticas, houve atendimento efetivo e resolutivo por parte da área que recebeu o(s) encaminhamento(s)?

Sim Parcialmente Não Não se aplica, pois não houve necessidade de encaminhamentos para outra área

A família reconhece o Serviço de Acompanhamento como algo que contribui para a superação ou enfrentamento dos seus problemas e dificuldades e deseja continuar recebendo atenções deste Serviço?

Sim Parcialmente Não

A família reconhece o Serviço de Acompanhamento como algo que contribui para a superação ou enfrentamento dos seus problemas e dificuldades e deseja continuar recebendo atenções deste Serviço?

Sim Parcialmente Não

Como você classifica os resultados obtidos, até o presente momento, no que se refere à ampliação da capacidade de enfrentamento ou superação das condições de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal por parte da família/indivíduo?

- Houve um agravamento/piora em relação à situação inicial da família/indivíduo
- A situação atual é equivalente à situação inicial, sem avanços identificáveis
- Houve avanço/melhora da capacidade de enfrentamento ou de superação dos riscos e vulnerabilidades
- Houve significativo avanço/melhora da capacidade de enfrentamento ou de superação dos riscos e vulnerabilidades, justificando-se o desligamento do acompanhamento sistemático, sem prejuízo da eventual permanência da família ou indivíduo em outros programas, projetos, serviços ou benefícios da Assistência Social.

Registre, descritivamente, os principais resultados alcançados, bem como fatores que contribuíram ou dificultaram o alcance dos resultados:

O prontuário constitui-se também como instrumento importante para fornecer dados e informações à Vigilância Socioassistencial, para o desenvolvimento de ações de monitoramento e avaliação das ações realizadas pelos serviços ofertados e para o planejamento de novas ações dos serviços da PSB pela própria equipe técnica.

b) Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON)

Especificamente em relação ao acompanhamento de famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, vale ressaltar a importância do preenchimento das informações referentes a esse acompanhamento no SICON.

O SICON é um sistema, que entre outras funções, permite aos técnicos do PAIF registrar as informações referentes ao processo de acompanhamento de famílias em descumprimento de condicionalidades. Para isso, os técnicos devem possuir o número do NIS ou o código de descumprimento das famílias. Ao optar pela inclusão no acompanhamento familiar, também é necessário que seja feito um breve texto com informações gerais sobre a família. É importante ressaltar que informações sigilosas não devem ser registradas, atentando-se para uma conduta ética e cuidadosa perante as famílias.

Uma vez realizado esse pequeno resumo, é preciso que sejam selecionadas as situações identificadas nas famílias, que demonstram vulnerabilidades e necessidade de acompanhamento. São elas:

LISTA DAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS

1. Violência intrafamiliar (física, sexual ou psicológica)
2. Negligência dos pais ou responsáveis
3. Envolvimento de membros da família com drogas
4. Violência ou discriminação no ambiente escolar
5. Violência na área de moradia, impedindo o ir e vir
6. Recusa da criança em frequentar a escola ou o serviço de convivência do PETI
7. Adolescente em cumprimento de LA ou PSC
8. Adolescente em cumprimento de medidas restritivas de liberdade
9. Criança/adolescente em medida protetiva de acolhimento (abrigo)
10. Trabalho infantil
11. Trajetória de rua da criança/adolescente
12. Criança/adolescente responsável pelo cuidado de familiares

| |
|---|
| 13. Família vítima de calamidades públicas |
| 14. Ausência dos pais por prisão |
| 15. Inexistência de oferta de serviços educacionais (próximos ao local de moradia) |
| 16. Inexistência de oferta de serviços de saúde (próximos ao local de moradia) |
| 17. Inexistência de oferta de serviços de convivência do PETI (próximos ao local de moradia) |
| 18. Falta de acessibilidade da escola ou de serviço do PETI (no caso de criança/adolescente com deficiência) |
| 19. Inexistência ou dificuldade de transporte para escola, serviço de saúde ou serviço do PETI |
| 20. Gravidez infanto-juvenil |
| 21. Óbito na família |
| 22. Doença da criança/adolescente |
| 23. Outro motivo |

Selecionadas as situações identificadas nas famílias ou no ambiente em que vivem, o técnico do PAIF informará as atividades que já realizou ou pretende realizar com as famílias, como visitas domiciliares e outros atendimentos.

A última informação inserida, antes de efetivar o acompanhamento familiar no sistema, é se a família é ou será acompanhada por CRAS, CREAS ou equipes técnicas locais, de PSB ou PSE.

Através dessa funcionalidade, os técnicos poderão registrar as situações de vulnerabilidade e risco que as famílias vivenciam e as ações que são realizadas com essas famílias visando à superação dessas situações. Além disso, possibilita também que os técnicos realizem a interrupção temporária dos efeitos do descumprimento de condicionalidades nos benefícios das famílias, com o objetivo de garantir não só a oferta de serviços socioassistenciais, mas também a segurança de renda das famílias (BRASIL, 2014).

Assim, quando houver a marcação de interrupção temporária, mesmo que a família descumpra uma condicionalidade, ela não terá os efeitos do descumprimento em seu benefício. A interrupção temporária é válida por um período de seis meses, podendo ser renovada por mais seis, dependendo da avaliação do técnico e da superação da situação de vulnerabilidade por parte da família.

O acompanhamento familiar registrado no SICON deve ser avaliado de tempos em tempos, para inclusão ou exclusão de informações e para encerramento do processo, quando verificada a superação das vulnerabilidades identificadas.

O objetivo do acompanhamento às famílias que descumprem condicionalidades é o de realizar trabalho socioassistencial para promover a redução das vulnerabilidades e o acesso aos serviços de educação e de saúde. Aquelas que se encontram em fase de suspensão são prioritárias para o acompanhamento, inclusive de forma mais particularizada. O acesso dessas famílias será garantido por meio de busca ativa, de modo a assegurar o direito das crianças, adolescentes e jovens, bem como a segurança de renda familiar. As demais famílias deverão ser acompanhadas por meio de atividades coletivas.

Para assegurar o caráter preventivo estabelecido pela PSB, é fundamental que todas as famílias que apresentem algum tipo de vulnerabilidade sejam acompanhadas pela equipe do PAIF. Cabe lembrar que as famílias incluídas no PBF já são, por si só, público prioritário para inclusão no PAIF, independentemente do descumprimento de condicionalidades

O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS (BRASIL, 2009) estabelece como público prioritário para atendimento nos serviços socioassistenciais, os indivíduos e famílias beneficiárias do PBF, BPC e benefícios eventuais!

Conclui-se, portanto, que o acompanhamento familiar no âmbito do PAIF pressupõe ações planejadas, articuladas e integradas, visando à superação de vulnerabilidades e à consequente proteção das famílias.

3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é um serviço realizado em grupos, complementar ao trabalho social com famílias, organizado a partir de percursos, com o objetivo de garantir aquisições progressivas aos seus usuários, conforme seu ciclo de vida. Assim como o PAIF, possui caráter preventivo e proativo, e está pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários. Como um serviço que complementa o Trabalho Social com Famílias, deve estar sempre articulado ao PAIF.

3.3.1 Articulação entre PAIF e SCFV

A articulação entre PAIF e SCFV, de acordo com as Perguntas Frequentes – SCFV (BRASIL, 2016), ocorre por meio do papel complementar do SCFV ao Trabalho Social com Famílias desenvolvido pelo PAIF. O objetivo é prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer a convivência familiar e comunitária. Tal objetivo está em conformidade com a previsão da NOB/SUAS acerca da criação de serviços socioassistenciais e socioeducativos, geracionais e intergeracionais, em que o eixo matricial é a família. Por essa razão, os usuários atendidos no SCFV e suas famílias podem ser também acompanhados e atendidos pelo PAIF, cabendo à equipe de referência do CRAS avaliar essa necessidade.

É importante esclarecer que os usuários são encaminhados ao SCFV através do PAIF e que o CRAS exerce função de gestão da rede socioassistencial do território, portanto, todos os equipamentos que prestarem atendimento do SCFV deverão estar a ele referenciados. Assim, nenhum usuário deve ser atendido no SCFV antes de sua família estar referenciada ao CRAS e ter sido inserida em ações do PAIF ou em processo de acompanhamento familiar.

Caso um usuário seja encaminhado ao CRAS pelo CREAS ou por outros equipamentos da rede socioassistencial ou da rede intersetorial, para atendimento pelo SCFV, esse usuário será encaminhado ao PAIF que, a partir das avaliações da equipe técnica, incluirá o usuário nas atividades do SCFV. Dessa forma, os municípios poderão estabelecer fluxos de atendimento pelo SCFV, conforme pode ser observado no esquema a seguir:



O esquema demonstra o papel central do CRAS, através do PAIF, para a inserção de usuários no SCFV. Através de diferentes formas de acesso – busca ativa, demanda espontânea ou encaminhamentos – os usuários serão atendidos pelo PAIF. A partir desse atendimento, os técnicos, após escutar as demandas e acordar com as famílias a necessidade de participação, poderão encaminhá-las para os grupos do SCFV. Ou seja, todos os participantes do SCFV deverão necessariamente estar referenciados ao CRAS.

Veamos um exemplo de como esse fluxo acontece: Antônio é um adolescente de 16 anos que está cumprindo medida socioeducativa no CREAS. A técnica que o acompanha percebeu que ele possui dificuldade de se relacionar com outros adolescentes de sua idade e com sua família. Diante disso, acredita que a participação de Antônio no SCFV poderá auxiliá-lo nessas questões. Providenciou, então, um encaminhamento ao CRAS para possível inserção em grupos do SCFV. A equipe do PAIF atendeu Antônio e seus pais e avaliou que o SCFV realmente poderia ser algo positivo. O adolescente se mostrou interessado e foi incluído no serviço.

Percebe-se, portanto, que nenhum encaminhamento é realizado diretamente ao SCFV, sem antes ocorrer o referenciamento ao CRAS.

É importante ressaltar, por fim, que a participação dos usuários no SCFV é um ato de livre escolha do cidadão. A inclusão nesse serviço será possível a partir da avaliação do técnico do PAIF em conjunto com a decisão favorável do integrante familiar convidado.

3.3.2 Identificação e Inclusão do Público no SCFV

O SCFV destina-se às famílias e seus membros, de qualquer faixa etária, que estejam vivenciando situações de vulnerabilidade ou risco social. Entretanto, de acordo com a Resolução CNAS nº 01/2013, estabeleceu-se que o público a ser atendido prioritariamente pelo serviço são crianças, adolescentes e/ou pessoas idosas que se encontram nas seguintes situações:

- Isolamento;
- Trabalho Infantil;
- Vivência de violência ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos;
- Acolhimento;
- Cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto;
- Egressos de medidas sócio-educativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Medidas de proteção do ECA;
- Em situação de rua; e,
- Vulnerabilidade no que diz respeito às pessoas com deficiência.

De acordo com a Resolução CNAS nº 01 de 21 de fevereiro de 2013, a comprovação das situações prioritárias dar-se-á através de um documento elaborado por algum dos técnicos de nível superior dos serviços, que deverá ser arquivado na unidade que oferta o SCFV ou no órgão gestor, por um período mínimo de cinco anos.

O público a ser atendido pelo SCFV, inclusive o público prioritário, poderá chegar até o CRAS por meio de encaminhamentos do CREAS e de outros equipamentos da rede socioassistencial e da rede intersetorial, por demanda espontânea ou por meio de busca ativa. Através dessas formas de acesso, os técnicos identificarão a necessidade de encaminhamento ao serviço, seja por uma das situações prioritárias, seja por outra situação de vulnerabilidade social.

As análises das informações disponibilizadas pelos instrumentos informacionais do SUAS e a ação de busca ativa, já discutidas nesse caderno, constituem-se como estratégias importantes para se alcançar o público a ser atendido pelo SCFV, principalmente o público prioritário. Portanto, as equipes da PSB devem se apropriar das informações disponibilizadas por esses sistemas para identificar públicos que ainda não acessaram o serviço.

Alguns exemplos de como utilizar as informações dessas ferramentas na identificação do público do SCFV são:

- A partir de informações extraídas pelo CECAD será possível identificar no território crianças e adolescentes em situação de trabalho; crianças, adolescentes e idosos em situação de rua; famílias com membros institucionalizados; pessoas com deficiência; idosos com deficiência; entre outros;
- A partir de informações disponibilizadas pelo SICON será possível identificar no território, crianças e adolescentes em descumprimento de condicionalidades do PBF, e que, portanto, podem se encontrar fora da escola; e,
- A partir do SuasWeb será possível identificar os beneficiários do BPC.

A partir do SISC, na opção “Relatórios de Situações Prioritárias” os profissionais da PSB poderão ter acesso a informações referentes ao público em situação prioritária que já está sendo atendido pelo serviço. Ao cruzar essas informações com as obtidas através do CECAD e do SICON, será possível fazer uma análise para ampliar a cobertura do serviço.

No SCFV, os grupos não devem ser formados de acordo com as situações identificadas nos territórios, mas sim levando-se em consideração os ciclos de vida. Assim, em territórios onde a incidência de trabalho infantil é alta, por exemplo, não se pode formar grupos apenas com crianças e adolescentes nessa situação. Os grupos serão divididos por faixas etárias e essas crianças e adolescentes serão incorporadas a eles.

A organização de reuniões periódicas com as instituições que compõem a rede socioassistencial e a rede intersetorial também é uma estratégia importante para a oferta de um serviço com qualidade e para o alcance do público a ser atendido, uma vez que se estabelecem rotinas de atendimentos e encaminhamentos dos usuários aos serviços.

3.3.3 O Planejamento da Oferta do SCFV a partir dos Ciclos de Vida e das Demandas dos Grupos

A oferta qualificada do SCFV depende, em primeira instância, de um planejamento bem elaborado, de acordo com as especificidades do serviço e do público atendido. Para compreendermos melhor como se efetivará esse planejamento, precisamos realizar, de forma breve, uma descrição dos profissionais que atuam nesse serviço e suas respectivas funções. Vejamos o quadro a seguir:

| Profissional | Funções/Especificidades |
|-----------------------|--|
| Técnico de referência | Profissional de nível superior do CRAS que será referência para o SCFV. Realizará, quando necessário, o acompanhamento e o atendimento das famílias cujos membros participam do SCFV. Além disso, é responsável por auxiliar o orientador social a planejar e desenvolver os grupos. O técnico de referência também deve realizar, periodicamente, reuniões com os orientadores sociais e facilitadores de oficinas. |

| Profissional | Funções/Especificidades |
|-------------------------------|---|
| Orientador Social | Profissional que tenha escolaridade, no mínimo, de nível médio. Sua função é desenvolver as atividades com os grupos, promovendo a reflexão dos temas planejados. É importante que possua habilidades para trabalhar com grupos, tais como: criatividade, proatividade, postura ética, flexibilidade para lidar com diferentes públicos e faixas etárias, entre outras. Além disso, o orientador social deve conhecer a Política de Assistência Social e possuir perfil para lidar com as especificidades da mesma. |
| Facilitador de Oficina | Profissional que tenha escolaridade, no mínimo, de nível médio. O facilitador de oficina é opcional dentro do SCFV e possui a função de desenvolver oficinas de convívio, como: trabalhos manuais, artes, esportes, lazer, entre outras. O planejamento das oficinas deve estar em consonância com os demais temas trabalhados nos grupos. As oficinas, por si só, não se configuram como grupos do SCFV. São estratégias para tornar os grupos mais atrativos e devem estar articuladas com a orientação social. |

A partir do quadro, é possível perceber que o planejamento das atividades dentro do SCFV deve acontecer de forma integrada entre os diversos profissionais. Nesse sentido, reuniões periódicas e uma comunicação efetiva são imprescindíveis.

A integração da equipe do SCFV também será fundamental para perceber as especificidades de cada ciclo de vida e de cada grupo, integrando-as ao planejamento das atividades.

No que diz respeito aos ciclos de vida, pode-se dizer que eles definem e caracterizam um determinado grupo de pessoas em função de suas vivências e particularidades. Os grupos do SCFV precisam promover a reflexão sobre temas específicos, de acordo com as faixas etárias. Vejamos, então, os ciclos de vida que são prioritários para o SCFV, suas principais características e sugestões de atividades para os grupos:

- **Crianças:** a infância é marcada pelo desenvolvimento de aspectos físicos e psicológicos. Essa fase da vida é caracterizada pelas brincadeiras e pelos estudos. Os temas trabalhados com os grupos devem possuir um aspecto lúdico e contribuir para a convivência, a socialização, o respeito mútuo, bem como para o desenvolvimento da autonomia e da afetividade.
Sugestões de atividades: jogos diversificados; teatro de fantoches; oficinas lúdicas; desenho livre; brincadeiras tradicionais; contação de histórias; exposição de filmes etc.
- **Adolescentes:** a adolescência é caracterizada como um período de transformações físicas, hormonais e sociais. Geralmente, é o momento de

inicialização da vida laboral, como forma de buscar autonomia. As temáticas abordadas nos grupos devem estimular o conhecimento crítico da realidade e dos direitos dos cidadãos. Além disso, devem incentivar a participação social e o desenvolvimento de habilidades afetivas e de convívio.

Sugestões de atividades: oficinas de teatro, esporte e música; passeios culturais; gincanas; exibição de filmes; palestras diversificadas (sexualidade, higiene pessoal, mercado de trabalho, meio ambiente, entre outras); elaboração de textos; jogos de tabuleiro etc.

- Idosos: o envelhecimento representa um acúmulo de experiências e, simultaneamente, um processo de constantes perdas físicas e sociais. Os grupos do SCFV devem contribuir para um envelhecimento saudável, no qual sejam garantidas a autonomia, o convívio e a participação social.

Sugestões de atividades: resgate de histórias (de vida, de família, de comunidade); oficinas de dança, música e artesanato; palestras (direitos do idoso; violência contra o idoso); passeios culturais etc.

Além dos ciclos de vida, as equipes do SCFV precisam estar atentas às especificidades dos grupos. Os territórios de vivências, bem como os objetivos e as demandas, são diversificados e determinarão características e possibilidades de intervenção junto aos indivíduos. Sendo assim, é importante que os profissionais observem as realidades e solicitem a participação dos usuários nesse planejamento, visando atender às expectativas e demandas dos grupos.

3.3.4 O Planejamento da Oferta do SCFV a partir da Distribuição da População no Território

Conforme mencionado anteriormente, o SCFV é organizado em grupos de acordo com o ciclo de vida dos usuários. Nesse sentido, a oferta do serviço deve estar de acordo com o público presente no território do CRAS. O CECAD e o SISC são instrumentos que podem auxiliar as equipes da PSB nessa tarefa.

A partir do CECAD, conforme orientações da Unidade anterior, os profissionais da PSB poderão observar no território a predominância de determinados públicos, conseguindo obter um perfil geral da população de acordo com os ciclos de vida.

Essas informações permitirão a esses profissionais planejar e desenvolver ações que atendam às demandas do público e lhes despertem interesse. Assim, em um território com a presença expressiva de crianças deverão ser pensadas atividades voltadas a esse público. Da mesma forma, em um território onde se encontra um grande número de pessoas entre 60 e 70 anos, deve-se pensar na formação de grupos com essa faixa etária.

O SISC também pode auxiliar os profissionais nesse trabalho na medida em que sistematiza informações do público já atendido pelo serviço. As equipes da PSB podem cruzar as informações obtidas através dos dois sistemas para analisar se os grupos que estão sendo ofertados encontram-se de acordo com o público presente no território do CRAS.

Exemplo: O município “M” possui quatro grupos de idosos em atividade, apenas um grupo de crianças e nenhum grupo de adolescentes. Ao realizar análises sobre a distribuição dos públicos no território do CRAS, a equipe da PSB observou uma maior predominância de crianças e adolescentes. A partir disso, o município identificou esse público através da busca ativa e planejou novos grupos ampliando a cobertura para esses ciclos de vida.

Esse tipo de planejamento pode ajudar a evitar que sejam oferecidas atividades voltadas a um público com pouca presença no território e que acabam não tendo adesão pela população.

Diante do exposto, pode-se dizer que um olhar observador dos profissionais, juntamente com os dados dos instrumentos informacionais do SUAS e com a participação dos usuários, permitirá conhecer as especificidades dos ciclos de vida, de cada grupo e do território. Esse conhecimento permitirá um planejamento adequado das atividades do serviço, o qual, por sua vez, possibilitará que as demandas sejam atendidas e as vulnerabilidades superadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: MDS, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Brasília, DF: MDS, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

_____. *Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. 2ed. Brasília, DF: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual de Gestão do Programa Bolsa Família*. 2ed. Brasília, DF: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual de Instruções Para Utilização do Prontuário SUAS*. Versão Preliminar. Brasília, DF: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual Prático do Usuário: SICON – Sistema de Condicionais do Programa Bolsa Família – versão 1.5*. Brasília, DF: MDS, 2014. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/manualsicon/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Programa Nacional do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho*. Brasília, DF: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução n. 01 de 21 de fevereiro de 2013*. Dispõe sobre o reordenamento do SCFV, no âmbito do SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências. Brasília, DF: MDS, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *CapacitaSUAS Caderno*

3: Vigilância socioassistencial: garantia do caráter público da Política de Assistência Social. Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília, DF: MDS, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)*. Brasília, DF: MDS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*. v. 2. Brasília, DF: MDS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Portaria 251, de 12 de dezembro de 2012*. Regulamenta a gestão das condicionalidades do PBF e revoga a Portaria nº 321. Brasília, DF: MDS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sistema BPC na Escola*. Brasília, DF: MDS, 2011.

_____. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador*. 2ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/plan-prevencao-trabalho infantil-web_758.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Portaria 177, de 16 de junho de 2011*. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências. Brasília, DF: MDS, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS*. Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993. Alterada pela Lei 12.435, de 6 de julho de 2011. Brasília, DF: MDS, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília, DF: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Comissão Intergestores Tripartite. *Resolução n. 7, de 10 de setembro de 2009*. Dispõe sobre o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS, 2009.

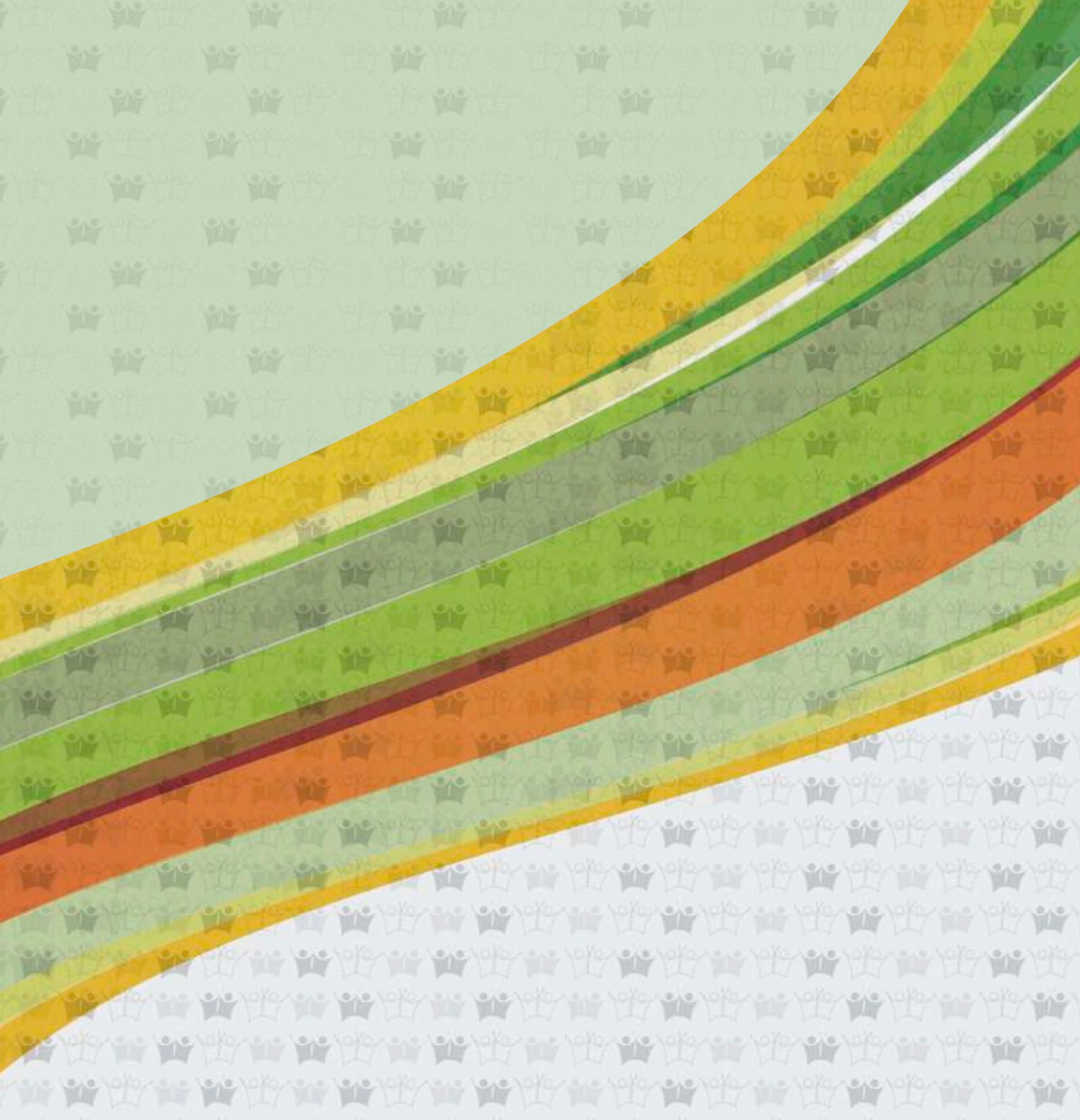
_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. *Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004*. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, 2004.

_____. *Estatuto do Idoso: Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente: *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual do Usuário: SAA Gestão – versão 1.0*. Brasília, DF: MDS, s.d.



SECRETARIA DE
TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



Ministério do Desenvolvimento
Social e Agrário